

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Flávia Amboss Merçon Leonardo

**ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL:
*O Caso da Pesca Artesanal e a Configuração de um Cenário de Injustiça
Ambiental em Regência Augusta-ES***

**VITÓRIA
2014**

Flávia Amboss Merçon Leonardo

**ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL:
*O Caso da Pesca Artesanal e a Configuração de um Cenário de Injustiça
Ambiental em Regência Augusta-ES***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Trigueiro Vicente.

VITÓRIA
2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental: O caso da pesca artesanal e a configuração de um cenário de injustiça ambiental em Regência Augusta-ES

Flávia Amboss Merçon Leonardo

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Aprovada por:

Orientadora: Dra. Aline Trigueiro Vicente
Universidade Federal do Espírito Santo

Dra. Teresa da Silva Rosa
Universidade de Vila Velha

Ms. Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti
Universidade Federal de Pernambuco
Fundação Joaquim Nabuco

Dra. Winifred Knox
Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória
2014

AGRADECIMENTOS

Na certeza de que este trabalho não foi construído de forma solitária, torna-se importante o agradecimento a diversas pessoas que me ajudaram ao longo desta trajetória.

Nesse sentido, o carinho, a atenção, a torcida e a confiança de toda a família: avós, tios, primos, irmã e em especial dos meus pais Grayce e Alexandre foram essenciais!

Agradeço também ao João Paulo pela dedicação no decorrer do trabalho de campo e pelos registros fotográficos, alguns utilizados inclusive neste trabalho. Além é claro, da amizade e carinho!

A amiga Charlene pela amizade, prosa e conforto durante o trabalho de campo.

A professora Aline Trigueiro, orientadora nesta pesquisa, e em outros momentos, por toda paciência dedicada e sabedoria compartilhada!

Aos colegas do grupo GEPEDES, que por muitas vezes ajudaram nas reflexões sobre o trabalho. Em especial as professoras Winifred e Aline, além dos colegas Gustavo e João Paulo pelos diversos debates e críticas realizados nas atividades em grupo.

Aos professores da banca, Clóvis Cavalcanti, Tereza Rosa e Winifred Knox, que no período da qualificação ajudaram na configuração do trabalho.

Um agradecimento especial também deve ser feito a todos os pescadores e pescadoras de Regência e outros interlocutores que contribuíram com esta pesquisa. Sem eles o trabalho seria impossível!

Aos professores e demais funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFES, além da CAPES, pela bolsa concedida.

Muito obrigada!

“Dotados de recursos que em outra época eram reservados à Divina Providência, modificaram o regime das chuvas, apressaram o ciclo das colheitas e tiraram o rio de onde ele sempre esteve” (Gabriel Garcia Marques, Cem Anos de Solidão, p. 261).

“O ator principal da economia, o homem econômico, não consegue encontrar respostas adequadas para enfrentar a crise do desenvolvimento, e frequentemente reage com tristeza, fadiga, até desespero. Constantemente ele se ilude com o jogo político de demandas e promessas, ou com o jogo econômico de trocar o presente pelo futuro, as esperanças por expectativas. Em contrapartida, o ator principal das novas comunidades, o homem comum, reduz ou evita a escassez com seus esforços imaginativos para enfrentar sua condição. Ele não busca nada mais que espaços livres ou um apoio limitado para suas iniciativas. Ele pode combina-las em coalizões políticas que, a cada dia, tornam-se mais capazes de dar nova orientação às políticas públicas e a transformar estilos políticos. Com o apoio de experiências recentes, a nova consciência que surge das margens pode despertar outros, ampliando essas coalizões até que uma inversão do domínio econômico torne-se viável” (ESTEVA, Gustavo, 1992, p. 79).

RESUMO

LEONARDO, Flávia. A. M. Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental: O caso da pesca artesanal e a configuração de um cenário de injustiça ambiental em Regência Augusta-ES, (2014). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo), Vitória, 2014.

Este trabalho teve como ponto de partida uma reflexão sobre a atual conjuntura econômica do estado do Espírito Santo, que tem se destacado como grande produtor e exportador de *commodities*. Nos últimos anos a faixa costeira deste estado tem se constituído em um espaço de grandes intervenções dessas atividades, especialmente aquelas relacionadas à mineração, celulose, petróleo e gás, além da infraestrutura portuária. Diante desse quadro, o objetivo dessa pesquisa é compreender como os grupos locais, muitas vezes invisibilizados por essas atividades econômicas e altamente dependentes do ambiente para a manutenção de suas tradições culturais e sociais, estão vivenciando as transformações sociais que vem ocorrendo em seus locais de moradia e trabalho, decorrentes dessas atividades. Enquanto *locus* empírico, elegemos o distrito de Regência Augusta, localizado no município de Linhares-ES, como campo de estudo, por se tratar de um palco simultâneo de ações tanto desenvolvimentistas (atividades de petróleo e gás), quanto preservacionistas (criação de UC e Projeto TAMAR), que vem coexistindo com a atividade da pesca e agricultura na região, caracterizando um cenário de injustiças ambientais. No que tange aos objetivos específicos, buscar-se-á compreender como os pescadores e pescadoras artesanais dessa localidade estão vivenciando e percebendo os processos de mudanças sociais, sobretudo na atividade pesqueira, ocasionados por essa emergência de ações desenvolvimentistas e preservacionistas.

Palavras-chave: Pesca Artesanal, Desenvolvimento Econômico, Preservação Ambiental, Injustiça Ambiental, Regência Augusta.

ABSTRACT

LEONARDO, Flávia. A. M. Between development and environmental preservation: the case of artisan fishing in Regência Augusta, ES (2014). Dissertation (M.A. in Social Sciences – University of Espírito Santo Post Graduation Program), Vitória, 2014.

This work starts with a reflexion on Espírito Santo's present economic conjuncture, which has been figuring out as a major commodities' producer and exporter. Over the last years, its coastal range has become a space of massive interventions from these activities, specially those related to mining, cellulose, oil and gas, besides port infrastructure. Regarding this picture, the main objective of this research is to understand how local groups, most times undermined by these economic activities and highly dependant on the environment to keep their cultural and social traditions, are living under the social transformations that have been going on on their living and working sites. The district of Regência Augusta in the city of Linhares-ES was chosen as the empirical site of the study field, for it simultaneously serves as a stage for development actions (linked to oil and gas) as well as conservational ones (Conservancy Units; the Tamar Project), which have been coexisting with the local artisan fishing. As for the specific objectives, we intend to understand how fishermen and artisan fishermen on that site are living and perceiving the social change processes, mainly within the fishing activity, caused by these developing and conservational activities.

Key words: artisan fishing, economic development, environment preservation, Regência Augusta.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Tabela 1 – Os trinta maiores investimentos no Espírito Santo (2010-2015)	35
Mapa 1 – Localização da Microrregião rio Doce no estado do Espírito Santo	35
Mapa 2 – Limites administrativos do município de Linhares	36
Tabela 2 – Principais investimentos em Linhares (2010-2015)	38
Tabela 3 – Tipos de Unidades de Conservação previstos no SNUC	75
Figura 1 – Distrito de Regência Augusta e a foz do rio Doce	79
Figura 2 – Vista aérea do distrito de Regência, a praia e a foz do rio Doce	79
Figura 3 – Embarcações no rio Doce	116
Tabela 4 – Síntese do cenário de transformações <i>outsiders</i> em Regência Augusta	129
Tabela 5 – Transformações e percepção dos pescadores acerca do ambiente fluvial e marinho em Regência Augusta nos últimos trinta anos	130
Tabela 6 – Percepção dos problemas enfrentados devido a emergência de um duplo processo de transformação em Regência Augusta-ES	141

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Rua de acesso a praia de Regência	87
Fotografia 2: Rua enfeitada com resquícios de festa junina	87
Fotografia 3: Rua da praia	88
Fotografia 4: Farol de Regência	88
Fotografia 5: Porto dos pescadores localizado no rio Doce	89
Fotografia 6: Pescadores retornando da pescaria 1	89
Fotografia 7: Pescadores retornando da pescaria 2	90
Fotografia 8: Embarcações	91
Fotografia 9: Embarcações 2	91
Fotografia 10: Embarcação no rio Doce	92
Fotografia 11: Embarcação atracada no porto dos pescadores e ao fundo embarcação saindo da foz do rio Doce	92
Fotografia 12: Fim da pescaria	93
Fotografia 13: A pescaria no rio Doce	93
Fotografia 14: A pescaria no rio Doce 2	94
Fotografia 15: A pescaria no rio Doce 3	94
Fotografia 16: Banda de congo de Regência na Festa do Caboclo Bernardo	95
Fotografia 17: Capela ornamentada para a Festa do Caboclo Bernardo	95
Fotografia 18: Festa do Caboclo Bernardo	96
Fotografia 19: Festa dos pescadores	96
Fotografia 20: Atividade Petrolífera 1.....	102
Fotografia 21:Atividade Petrolífera 2	102
Fotografia 22: Extração de petróleo na localidade de Regência 1.....	103
Fotografia 23: Extração de petróleo na localidade de Regência 2.....	103
Fotografia 24: Extração de petróleo na localidade de Regência 3	104
Fotografia 25: Grandes embarcações que transitam na localidade	104
Fotografia 26: Praia de Regência e os tonéis da Petrobras	105
Fotografia 27: Tonéis da Petrobras dentro da UC de Comboios	105
Fotografia 28: Sede do Projeto Tamar na Reserva Biológica de Comboios	112
Fotografia 29: Projeto Tamar na Reserva Biológica de Comboios	112
Fotografia 30: Estrada de chão	113
Fotografia: 31: Restinga	113
Fotografia 32: Acesso à praia na Reserva Biológica de Comboios	114
Fotografia 33: A produção do bolinho de peixe.....	114

LISTA DE SIGLAS

ACAPEMA - Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente
ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APP - Área de proteção permanente
ASPER – Associação de Pescadores de Regência
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e desenvolvimento
BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EJA – Educação para jovens e adultos
FBCN - Fundação Brasileira para Conservação da Natureza.
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
ICMbio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – ES
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves
INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAM – Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração
OEA – Organização dos Estados Americanos.
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas.
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
REBIO – Reserva Biológica
RDS – Reserva de Desenvolvimento sustentável
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UC - Unidade de Conservação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<i>Considerações sobre a abordagem metodológica da pesquisa</i>	<i>17</i>
<i>O trabalho de campo e as variações nas formas de inserção</i>	<i>18</i>
<i>Apresentação dos capítulos</i>	<i>21</i>
CAPÍTULO 1	
<i>Modernização e desenvolvimento econômico no Espírito Santo: A aposta na indústria de commodities</i>	<i>23</i>
1.1. Ciclos Econômicos e Modernização: algumas considerações	25
1.2. Grandes Projetos Industriais e a emergência dos “ <i>dramas desenvolvimentistas</i> ”	29
1.3. Breves considerações sobre o cenário econômico recente	32
1.4. Linhares no cenário da modernização e industrialização	34
CAPÍTULO 2	
<i>A Proeminência do discurso desenvolvimentista e a emergência do discurso da sustentabilidade ambiental</i>	<i>41</i>
2.1. O desenvolvimento e suas origens na ideia de progresso	41
2.2. A hegemonia do modelo desenvolvimentista	47
2.3. Entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade: a emergência do <i>desenvolvimento sustentável</i>	54
2.4. Reflexões sobre a reapropriação social da natureza e as distintas linguagens de valoração da natureza	60
<i>O Culto ao Silvestre e o Preservacionismo como um tipo de política ambiental.....</i>	<i>61</i>
<i>O Credo da Ecoeficiência: Modernização e desenvolvimento sustentável como políticas ambientais</i>	<i>65</i>
<i>O Ecologismo Popular e o Movimento por Justiça Ambiental</i>	<i>68</i>
<i>Socioambientalismo versus Preservacionismo/Conservacionismo: O debate sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil</i>	<i>73</i>
CAPÍTULO 3	
<i>Transformações em Regência Augusta: Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental</i>	<i>78</i>
3.1. Caracterização do distrito de Regência Augusta	78
<i>Imagens de Regência Augusta, dos pescadores, da atividade pesqueira e outras manifestações culturais</i>	<i>86</i>
3.2. A Configuração de um Cenário Desenvolvimentista: A Emergência dos latifúndios e as atividades de Petróleo, gás e celulose na localidade de Regência	97
<i>Imagens de Regência e do cenário das atividades industriais</i>	<i>102</i>
3.3. A Configuração do Cenário Preservacionista: Criação da Reserva Biologia de Comboios e uma base do Projeto Tamar	106
<i>Imagens de Regência e do Cenário Preservacionista</i>	<i>112</i>

CAPÍTULO 4

<i>As vivências dos pescadores e pescadoras e a configuração de um cenário de injustiças ambientais em Regência Augusta</i>	115
4.1. Modos de viver e trabalhar em Regência Augusta	115
Considerações sobre a atividade pesqueira: “ <i>Não carecia de ir ao mar para pescar, pescava de canoa no rio Doce</i> ”	117
Considerações sobre a prática agrícola: “ <i>Antigamente isso era uma mata fechada. Mata mesmo! Hoje em dia não tem mais. Vivia muita gente aí</i> ”	124
4.2. As transformações em Regência e a percepção dos pescadores.....	129
<i>Transformações no ambiente fluvial</i>	130
<i>A pesca e as transformações no ambiente marinho</i>	133
4.3. Se o cenário é de injustiças ambientais, quais são as agências possíveis?	141
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
 REFÊRENCIA BIBLIOGRÁFICA	160
 ANEXOS	169

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como ponto de partida uma reflexão sobre o recente processo de industrialização da economia capixaba, guiada pelo que estamos chamando de uma lógica modernizadora e desenvolvimentista do estado do Espírito Santo, que tem buscado sua inserção em um cenário globalizante¹.

Com efeito, nos últimos anos a faixa costeira deste estado tem se apresentado como um grande palco de intervenções do governo estadual (com apoio do governo federal), além das iniciativas privadas (incentivadas pelo próprio governo estadual), tendo em vista, sobretudo, as recentes descobertas de novos poços de petróleo, gás e da recente camada de pré-sal². Destacamos que tem ocorrido também um intenso investimento em infraestrutura, como a construção de portos para auxiliar no desenvolvimento da própria atividade petrolífera e outras atividades econômicas no estado do Espírito Santo³.

Nesse sentido, compreendemos que a estrutura da economia espírito-santense está atualmente voltada para a comercialização de *commodities* (minério, mármore, granito, celulose, petróleo e gás), o que tem possibilitado um acelerado processo de crescimento econômico para o estado. Salientamos que muito tem se falado sobre a importância destes projetos, principalmente no que tange a suposta geração de emprego e crescimento da economia local, no entanto, pouco tem sido dito a respeito do ônus proveniente desse modelo de desenvolvimento, principalmente em relação às consequências ambientais e sociais decorrentes da implantação destas atividades. Estas não são abordadas, ou quando lhe são feitas referências consideram-nas como

¹Para as reflexões acerca da globalização utilizamos Bauman (1999): “A globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas as que promovem a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo “localizador”, de fixação no espaço. Conjuntamente, os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existenciais de populações inteiras e de vários segmentos de cada população” (BAUMAN, 1999, p. 8). Nesse sentido, o autor está afirmando que o processo de globalização produz necessariamente o processo de localização. Assim, o processo de globalização não é sentido da mesma forma pelos diversos agentes sociais, ao contrário disso, para BAUMAN (1999) existe uma polarização na ideia de globalização: ao mesmo tempo em que para alguns grupos sociais ela promove o avanço, a descoberta de novos horizontes e o fim das barreiras político-econômicas, para outros ela promove a separação, a segregação e a pobreza.

²Estamos falando de empreendimentos que se encontram em distintas etapas de execução, por exemplo: fase de projeto (ainda sem licença prévia), fase de andamento (apenas com licença prévia) e em fase de operação (já tendo obtido a licença para operação da atividade).

³Esses investimentos podem ser vistos nos documentos oficiais do governo estadual como é o caso do Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento (2006), sobre o qual abordaremos no capítulo 2.

externalidades do processo de desenvolvimento, que, por meio dos mecanismos de compensações, geralmente considerados democráticos, encontrarão no mercado o agente regulador *par excellence* destes danos.

Dessa forma, compreendemos que a implantação de atividades relacionadas à comercialização de *commodities* tem contribuído para gerar mudanças na paisagem do estado do Espírito Santo, além de consequências sociais, culturais e ambientais, provocando assim, tensões entre diferentes agentes que possuem modos de pensar distintos à tradição economicista (clássica) em relação ao meio ambiente e aos recursos naturais, como é o caso dos ribeirinhos, dos pescadores, dos pequenos agricultores, dos quilombolas e dos indígenas, por exemplo, que estabelecem uma relação integrada e complexa com o meio ambiente.

De modo geral, o objetivo desta pesquisa é compreender como estes grupos locais, muitas vezes invisibilizados pelos processos econômicos e altamente dependentes do ambiente para manutenção de suas tradições culturais e sociais, estão reagindo frente aos processos de mudanças sociais que vêm ocorrendo em seus locais de moradia e trabalho. Para isso, elegemos a atividade da pesca artesanal como objeto de estudo e os pescadores artesanais como os sujeitos desta pesquisa.

Enquanto *locus* empírico, elegemos o distrito de Regência Augusta como campo de estudo específico, por se tratar de um palco simultâneo de ações tanto desenvolvimentistas (atividades de petróleo e gás), quanto preservacionistas (criação de Unidade de Conservação e Projeto TAMAR). Ambas as atividades vêm coexistindo com a atividade da pesca artesanal na região desde meados dos anos de 1980. A análise deste cenário torna-se importante em razão dos impactos que estas atividades vêm ocasionando na localidade pesquisada, sobretudo ao grupo dos pescadores artesanais.

Regência Augusta é um pequeno distrito localizado no município de Linhares, litoral norte do estado do Espírito Santo, que integra a microrregião do Rio Doce. Situado na parte sul deste município, o distrito pesquisado está cerca de 60 km da sede do município e 125 km, ao norte, da capital do estado do Espírito Santo.

Sobre a localização do distrito pesquisado, é importante caracterizar ainda que, a região situa-se na margem sul da foz do rio Doce (ambiente considerado propício para a reprodução e diversidade do pescado) e ainda faz fronteira com a Reserva Biológica de Comboios. Assim, diante de um cenário privilegiado para a atividade pesqueira, a mesma obteve destaque na região, constituindo-se em uma das principais atividades e tornando-se um elemento fundamental para a obtenção de renda e alimento para as famílias desta localidade.

É esta atividade que, nas últimas décadas vem sofrendo um intenso processo de transformação. Por um lado, identificamos a emergência de ações desenvolvimentistas, como é o caso das atividades referentes à indústria petrolífera e de gás na região, como um dos fatores propulsores de mudanças e impactos. Esta atividade teve início na localidade a partir da década de 1970, período no qual também houve um intenso processo de desmatamento na região.

Em relação aos impactos provenientes desta atividade é possível apontarmos transformações no território, como é caso da pressão imobiliária, do desemprego e da maior demanda por serviços públicos (como exemplo: a água, esgoto e energia) decorrentes do intenso crescimento demográfico ocorrido nos últimos anos, este impulsionado pela promessa de crescimento econômico e geração de emprego na região, com a chegada da indústria petrolífera. Além destes impactos, é possível apontarmos também transformações no ambiente marinho, como: a intensa iluminação das plataformas e embarcações petrolíferas que atrapalham a chegada dos peixes na costa; a restrição da área de pesca em torno dessas plataformas marinhas; aumento do tráfego de navios e mais recentemente a ocorrência de atividades sísmicas que têm contribuído para o afastamento de cardumes na região.

Por outro lado, identificamos as ações de cunho preservacionista como outro fator propulsor de mudanças na atividade pesqueira nesta localidade. Ações que se intensificaram, sobretudo a partir da década de 1980, com a criação da Reserva Biológica de Comboios e a instalação de uma base de Projeto Tamar – Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas.

Dessa forma, Regência, que possuía a pesca como principal atividade, passa a se destacar nacionalmente a partir da exploração petrolífera e das atividades preservacionistas encampadas pelo Projeto Tamar. Desde então, os pescadores passam a vivenciar e relatar transformações na atividade pesqueira. Nesse sentido, torna-se importante salientar que as indagações que vão nortear as reflexões deste trabalho são: *Como os pescadores e pescadoras de Regência Augusta-ES estão vivenciando e percebendo as transformações sociais em seu local de moradia e trabalho? É possível verificar alguma forma de resistência e mobilização por parte destes pescadores?*

Compreendemos que a presença destas duas frentes: o desenvolvimento econômico e o preservacionismo torna o distrito de Regência um espaço de grande relevância analítica. Trata-se, portanto, de um microcosmo que condensa e expressa elementos que estão se multiplicando em outras localidades brasileiras: grandes empreendimentos, danos ambientais, delimitação de áreas protegidas, conflitos sociais, etc. Por conta disso, buscamos analisar este cenário de transformação social a partir do referencial teórico da Ecologia Política⁴.

A Ecologia Política se constitui como um campo de estudos que identifica o meio ambiente como um espaço de disputa social, disputas estas travadas por agentes que possuem interesses, valores e lógicas próprias e muitas vezes divergentes acerca do ambiente e dos recursos naturais nele existentes. Esta abordagem nos permite compreender melhor tais processos antagônicos, e, sobretudo, as relações de poder que se estabelecem nessas disputas pelo ambiente.

Considerações sobre a abordagem metodológica

⁴ De acordo com Martinez-Alier (2007), o termo “ecologia política” foi introduzido pelo antropólogo Eric Wolf, em 1972, no entanto, tal expressão já havia sido utilizada em 1957 por Bertrand de Jouvenel. Esse campo de estudos nasceu a partir de estudos de casos realizados por pesquisadores nas áreas da geografia e antropologia rural e hoje se estende em níveis internacionais. Assim, nas palavras do autor: “O campo da ecologia política está agora movimentando para além das situações rurais locais, na direção de um mundo mais amplo. A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte de vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e a qualidade do solo. No entanto, também, são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos” (Ibid., p. 113).

Este estudo baseia-se em uma metodologia de pesquisa qualitativa, estruturada a partir de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Com efeito, compreendemos a pesquisa qualitativa como aquela que privilegia a “análise de microprocessos através do estudo das ações sociais individuais ou grupais” e que através de um “exame intensivo dos dados [...] os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador” (MARTINS, 2004, p. 292).

Podemos caracterizar ainda como “a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDSON, 1999, p. 90). Nesse sentido, como buscamos compreender a singularidade presente nas ações sociais dos pescadores e pescadoras artesanais em Regência Augusta-ES, diante de um processo de transformação na localidade que tem comprometido e alterando seus modos de vida e ofícios tradicionais, consideramos essa metodologia a mais condizente com o nosso propósito.

Dentre as distintas categorias de pesquisa qualitativa é possível situarmos esta pesquisa como um estudo de caso. Para Howard S. Becker (1999) essa modalidade de análise apresenta um duplo propósito: “por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo [...] ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais” (BECKER, 1999, p 118). Assim, buscamos compreender a dimensão singular do fenômeno estudado, mas sem perder de vista a sua dimensão estrutural e histórica, uma vez que a realidade deve ser compreendida a partir das suas múltiplas relações e determinações.

Em relação às fontes dos dados coletados nesta pesquisa, torna-se importante ressaltar que foram utilizadas distintas fontes e realizadas diversas incursões a campo, estas dadas em diferentes condições de inserção, nas quais explicaremos adiante. Inicialmente, em relação ao tipo de material empregado, destacamos duas distintas etapas: 1) Pesquisa bibliográfica acerca de documentos pertinentes a pesquisa; e 2) Trabalho de campo.

Na primeira etapa da pesquisa, buscamos colher os dados obtidos de maneira indireta, ou seja, os “registros cursivos” (GIL, 2008) que tomam a forma de documentos, tais

como livros, registros estatísticos e documentos elaborados por agências governamentais, entre outros. Nessa etapa foram contemplados os seguintes documentos públicos: Plano estratégico de Linhares; Plano Estratégico do Espírito Santo 2015-2030; Plano de Manejo da Reserva Biológica de Comboios; Relatório de Contribuição ao Processo de Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce; Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para as Comunidades do Entorno da Reserva Biológica de Comboios; além dos registros estatísticos, estes coletados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e da Secretária de Assistência a Saúde (DATASUS).

No que concerne à etapa de trabalho de campo é possível distinguir ainda quatro procedimentos distintos, porém complementares, de coleta de dados, a saber: 1) **oficina** realizada com os pescadores artesanais, buscando compreender os principais problemas e causas da atividade pesqueira na localidade, bem como as principais soluções apontadas pelos próprios agentes; 2) **registros em diários de campo**, retratando eventos de caráter político e manifestações culturais na localidade, as observações das interações entre os sujeitos pesquisados e as interações da pesquisadora com os próprios sujeitos pesquisados; 3) **entrevistas em profundidade e semi-estruturadas** realizadas com alguns pescadores na localidade; 4) **participação em audiências públicas** e outros eventos públicos. Além disso, registros fotográficos foram realizados durante as incursões a campo, os quais, numa pequena parte, ilustrarão o trabalho⁵.

O trabalho de campo e as variações nas formas de inserção

As primeiras incursões a campo ocorreram no período de junho a novembro de 2012, podendo ser caracterizadas como um campo exploratório para a pesquisa⁶. Neste momento inicial, foram feitas algumas viagens a Regência Augusta com a finalidade de participar de um projeto cultural na localidade. Este momento foi bastante frutífero para o trabalho, pois foram feitos contatos iniciais com os pescadores e as pescadoras artesanais, proporcionando assim o estabelecimento de diálogos sobre diversos assuntos

⁵ Os registros fotográficos foram realizados em parceria com o pesquisador João Paulo Lyrio Izoton.

⁶ Essas incursões ocorreram, sobretudo, com o apoio dos pesquisadores Charlene Bicalho e João Paulo Lyrio Izoton.

com os sujeitos pesquisados⁷. Torna-se importante ressaltar que este primeiro momento do trabalho de campo possibilitou o acesso não só ao local de trabalho (praia, rio e píer dos pescadores), mas, muitas vezes ao espaço familiar e de lazer destes pescadores.

Um segundo momento do trabalho de campo foi à realização da oficina “*Direitos Sociais e Humanos e Apoio ao Associativismo entre Pescadores e Pescadoras Artesanais*”, fruto de projeto de extensão, na localidade. Esta incursão a campo foi realizada em grupo e ocorreu entre os dias 27 e 28 de setembro de 2012. A oficina participativa como instrumento metodológico foi refletida e conduzida de forma coletiva pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES/UFES)⁸ e teve a participação *in loco* de alguns integrantes do grupo. Com os dados produzidos pelo projeto de extensão já citado, foi possível mapear alguns problemas referentes à atividade pesqueira e suas respectivas causas e possíveis soluções na região, todas apontadas e refletidas pelos próprios pescadores presentes na oficina.

Com efeito, este campo exploratório, bem como este primeiro mapeamento realizado a partir da oficina participativa, podem ser aglutinados e caracterizados como um ponto de partida para a posterior inserção individual da pesquisadora na localidade, que ocorreu, sobretudo, a partir do ano de 2013. Salientamos que a questão da inserção é um problema que aflige muitos pesquisadores principalmente aqueles que querem estudar organizações, grupos e comunidades. Conseguir essa permissão e ter acesso às pessoas que se quer estudar não é uma tarefa fácil para o pesquisador (BECKER, 1999).

Nesse aspecto, é importante considerar que o grupo pesqueiro tem sido alvo de inúmeras pesquisas, principalmente aquelas relacionadas aos estudos de impactos promovidos por empresas de consultoria ligadas aos empreendimentos e estudos compensatórios para estes impactos, além das pesquisas realizadas pelo Projeto Tamar na região e aquelas sobre desembarque pesqueiro. Portanto, é notório que este mesmo grupo esteja saturado de responder questionários e receber pesquisadores em seu ambiente de trabalho e domiciliar. Por isso, ressaltamos a importância deste campo

⁷ Diálogos que, muitas vezes, iam além do próprio interesse da pesquisa, mas que foram valiosos para a compreensão das relações sociais estabelecidas na localidade.

⁸ O grupo de pesquisa em questão é coordenado pelas professoras Aline Trigueiro e Winifred Knox.

exploratório que teve a intenção tanto de conhecer melhor o local, as pessoas, quanto se apresentar ao grupo a ser pesquisado, tentando sempre que possível estabelecer uma diferença entre este tipo de “pesquisa compensatória” e a pesquisa com a finalidade acadêmica, como é o caso dos propósitos desta pesquisa.

Outro ponto importante sobre a condição de produção da pesquisa se refere sobre a questão de gênero. Mesmo não tendo sido interesse investigativo da pesquisa, é relevante destacar o quanto foi difícil à inserção enquanto mulher e pesquisadora em um universo predominantemente masculino, que se mostrou a pesca artesanal.

Dito isso, salientamos que no desenvolvimento da pesquisa foram realizadas ao todo doze idas a campo que ocorreram nos meses de junho, julho, agosto e outubro de 2012, abril, maio, junho e setembro de 2013 e fevereiro, abril, maio e julho de 2014. A maior parte destas viagens de campo teve duração entre quatro e sete dias, sendo que no mês de fevereiro de 2014 houve uma imersão de 30 dias seguidos na localidade o que proporcionou um contato maior com o grupo pesqueiro, bem como a realização da maior parte das entrevistas em profundidade.

O esclarecimento quanto aos períodos de inserção em campo e em relação ao recorte temporal da pesquisa empírica vai além da necessidade de situar o leitor quanto ao período de ocorrência da pesquisa, mas tem estreita relação com a possibilidade de alteração dos posicionamentos dos sujeitos pesquisados. Dito de outra forma é importante reassaltar que os posicionamentos dos sujeitos pesquisados podem sofrer alterações em decorrência do tempo e, sobretudo em relação aos eventos e acontecimentos na localidade (LITTLE, 2006).

No transcorrer de todo o período destinado ao trabalho de campo foi praticada a técnica da observação participante. No entanto, de acordo com Howard Becker (1999), a modalidade do estudo de caso não deve se limitar a observação participante apenas, mas é interessante que o pesquisador realize entrevistas com membros do grupo, seja ela feita isoladamente ou coletivamente. Nesta perspectiva, após um tempo de trabalho de

campo iniciou-se a etapa de entrevista⁹. Foram realizadas ao todo onze entrevistas¹⁰ em profundidade, todas elas gravadas, com pescadores e pescadoras na região, quatro entrevistas não gravadas com pescadoras na região e uma entrevista em profundidade e gravada com representante do Projeto Tamar¹¹. Consideramos importante informar ainda que todas as entrevistas gravadas foram transcritas totalmente ou parcialmente, das quais buscou-se sempre manter a fidelidade das falas¹². Outro ponto importante foi garantir o direito à confiabilidade da entrevista. Para não comprometer nenhum informante, optamos pelo uso de siglas ao invés dos nomes reais das pessoas¹³.

Por fim, salientamos ainda que, durante as viagens a campo foi possível participar de alguns eventos públicos como foi o caso de duas audiências públicas, sendo uma delas ocorrida em Linhares – referente ao licenciamento do empreendimento portuário da empresa Manabi que pretende construir um Superporto no litoral de Linhares¹⁴ – e a outra sobre o conflito acerca da posse de terras envolvendo a empresa União Engenharia e alguns moradores de Regência¹⁵. Além disso, foi possível participar também de um evento caracterizado como “Ordem de serviço do píer dos pescadores” que ocorreu na localidade pesquisada no dia 11 de fevereiro de 2014 e contou com a participação de diversas autoridades políticas entre elas o vice-governador, o prefeito de Linhares, alguns vereadores, além de representantes da empresa MF Engenharia (que vai realizar a obra do píer) e a empresa União Engenharia¹⁶.

⁹ Sobre o aspecto amostral, foi utilizada a técnica “bola de neve” que corresponde em solicitar a cada entrevistado que indicasse outros possíveis sujeitos a ser entrevistado, até ter início um processo de repetição das informações colhidas nessa etapa de entrevistas (BECKER, 1999).

¹⁰ Diante do fato de ter realizado trabalho de campo individual e em grupo, algumas entrevistas foram realizadas ora individualmente ora coletivamente. As entrevistas realizadas em grupo são arquivos do grupo GEPEDES.

¹¹ Salientamos, no entanto, que não conseguimos entrevistas com representantes do cenário desenvolvimentista na localidade e por isso, as informações sobre esse cenário foram colhidas de três formas: a) por documentos oficiais; b) em meios de comunicação locais; 3) durante eventos públicos.

¹² No entanto, compreendendo que poucas pessoas falam em prosa gramatical, tivemos a liberdade para decidir quanto daquilo que está na gravação deve ser transcrito. Assim, é necessário reconhecer que a transcrição nunca será totalmente precisa (GIBBS, 2009).

¹³ Apenas as falas de pessoas públicas conferidas em eventos públicos ou mesmo representantes públicos que deram entrevistas é possível à identificação.

¹⁴ A audiência ocorreu no dia 30 de janeiro de 2014 na sede do município de Linhares e teve pouca participação dos moradores de Regência.

¹⁵ Essa audiência, que foi solicitada pelo Ministério Público, ocorreu em Regência, no espaço do Centro Ecológico do Projeto Tamar no dia 2 de junho de 2014.

¹⁶ Em anexo disponibilizamos algumas notas etnográficas referentes aos momentos mencionados.

Apresentação dos capítulos

O trabalho estrutura-se em cinco capítulos. O **primeiro capítulo** – “*Modernização e desenvolvimento econômico no Espírito Santo: a aposta na indústria de “commodities”*” – tem a finalidade de refletir acerca da conjuntura econômica do estado do Espírito Santo, que está atualmente voltada para a indústria de *commodities* e os possíveis ônus socioculturais decorrentes da adoção deste modelo econômico.

Com o intuito de aprofundar as análises sobre a predominância deste cenário do desenvolvimento econômico, no **segundo capítulo** – “*A Proeminência do Discurso Desenvolvimentista e a Emergência do Movimento Ambiental*” – abordaremos as reflexões teóricas sobre a noção de desenvolvimento e progresso, sobretudo aquela centrada no crescimento econômico. Em seguida, daremos destaque para a emergência do discurso da sustentabilidade, como é caso do desenvolvimento sustentável.

O **terceiro capítulo** – “*Do desenvolvimento econômico à preservação ambiental: Transformações no cenário e na pesca artesanal em Regência Augusta*” – tem a finalidade de apresentar o cenário empírico desta pesquisa. A proposta do capítulo é caracterizar o distrito de Regência Augusta e apresentar o cenário de transformações oriundas da emergência de valores e práticas desenvolvimentistas e preservacionistas na localidade.

No **quarto capítulo** – “*Vivências dos pescadores e a percepção do desenvolvimentismo e preservacionismo em Regência Augusta*” – buscamos compreender como estas duas lógicas estruturantes são reconhecidas e acionadas pelos sujeitos locais e como o grupo pesqueiro está vivenciando e percebendo tal processo de transformação em seu local de moradia e trabalho, dando destaque para a configuração de um cenário de injustiças ambientais na região e sobre um *ecologismo popular*, no entanto, ainda latente entre os pescadores.

No que tange aos **aspectos conclusivos**, buscamos refletir a existência de distintas linguagens de valoração acerca do ambiente, salientando a predominância hegemônica das linguagens desenvolvimentistas e preservacionistas na região, e por outro lado,

ainda que de forma latente, a emergência do *ecologismo popular*, sobretudo a partir das denúncias realizadas pelos pescadores. Assim, buscamos chamar atenção para a questão da justiça ambiental, movimento este ainda embrionário na localidade pesquisada.

CAPÍTULO 1

Modernização e desenvolvimento econômico no Espírito Santo: a aposta na indústria de “*commodities*”

“Até 2025 o Espírito Santo alcançará padrões de desenvolvimento próximos aos dos países com as melhores condições de vida na atualidade. E isto não é um sonho. É um projeto viável, como bem demonstra este Plano Estratégico de Desenvolvimento” (Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento, 2006).

“A economia de Linhares, em 2025, será a maior e mais dinâmica do norte do Espírito Santo, com um PIB de 3,5 bilhões de reais. Os principais segmentos econômicos serão a agroindústria, o setor moveleiro, o setor metalmecânico, a indústria do gás e petróleo, a agricultura, o setor de rochas ornamentais, o comércio e os serviços, notadamente os serviços de educação e de saúde. Nesta nova realidade, o PIB per capita deve subir para mais de 19 mil reais/ano e a renda média familiar mensal per capita, que estava em menos de 260 reais/mês no ano de 2000, deverá ultrapassar os 600 reais/mês fazendo com que o percentual de linharenses considerados pobres calculado em 31% em 2000 seja reduzido para menos de 10% da população” (Plano Estratégico de Linhares 2005-2025: Agenda 21, 2007, p. 32).

O primeiro trecho da epígrafe se refere às primeiras linhas do documento intitulado *Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento*, realizado pelo governo estadual durante o ano de 2006¹⁷, com a finalidade de planejar estrategicamente o futuro do estado do Espírito Santo. O segundo trecho faz parte do documento *Plano Estratégico de Linhares 2005-2025: Agenda 21*, realizado pela Prefeitura de Linhares em parceria com o Governo Estadual, durante o ano de 2007. Um aspecto comum nos referidos documentos é que em ambos encontramos claras referências à ideia de crescimento econômico, tendo como principal referência o Produto Interno Bruto (PIB)¹⁸, como uma variável indispensável, para promover a almejada modernização e o desenvolvimento do estado.

Outro aspecto comum aos documentos mencionados é o estabelecimento de uma relação favorável entre a ideia de crescimento econômico e as atividades decorrentes da

¹⁷Esse documento estratégico (2006) é um resgate dos objetivos centrais das “Orientações Estratégicas de Governo 2003-2006”, elaborado durante a gestão do governador Paulo Hartung, que visa justamente construir um plano estratégico de longo prazo para o desenvolvimento do estado do Espírito Santo.

¹⁸De acordo com CECHIN (2012), “O PIB, como indicador de crescimento econômico, não esclarece o que cresceu, como cresceu e para quem foram os frutos do crescimento” (CECHIN, 2012, p. 350). Para o autor, pode ocorrer crescimento econômico com diminuição de riqueza, caso esse crescimento esteja relacionado à depredação de florestas, por exemplo. Esse ônus não é mensurado nessa variável econômica.

indústria de *commodities*¹⁹, que são apresentadas como o avanço necessário para a modernização deste estado. Nos documentos em destaque, o ideal de crescimento econômico está intrinsecamente direcionado para o investimento em grandes projetos centrados nas indústrias de base (pelotas de minério, de ferro, de aço, celulose, e mais recentemente, com as atividades de extração do petróleo e da camada pré-sal), além de grandes projetos de infraestrutura (construção e ampliação de rodovias, ferrovias e portos) que servem justamente para assessorar os grandes projetos industriais.

A partir de uma leitura atenta sobre o conteúdo dos referidos documentos, é possível notar que a ideia de desenvolvimento (atrelada ao crescimento econômico) aparece com um tom claro de progresso, ou seja, a presunção de um caminhar gradual em direção ao aperfeiçoamento do estado do Espírito Santo, assim como, do município de Linhares. É um projeto de sociedade que prevê percorrer estágios que vão necessariamente aumentando sua escala de qualidade – que será exemplar – desde que se sigam as instruções elaboradas nos planos estratégicos mencionados.

Tomando como referencia as diretrizes destes documentos, verificamos que muito tem se falado sobre a importância da industrialização e produção de *commodities* no estado, tendo em vista a capacidade de geração de emprego e de crescimento econômico que estas atividades supostamente oportunizam. Todavia, pouco tem sido dito a respeito do ônus proveniente deste modelo de desenvolvimento centrado na produção e exportação de *commodities*. Salientamos que as consequências ambientais (poluição, desmatamento, entre outros) não são abordadas, ou quando lhe são feitas referências consideram-nas como externalidades do processo (MARTINEZ-ALIER, 2007), que, por meio dos mecanismos de compensações, geralmente considerados democráticos, encontrarão no mercado o agente regulador *par excellence* destes danos. Nessa perspectiva, o discurso das externalidades “exprime a ação de forças extramercantis na colonização de espaços sociais em favor da acumulação capitalista” (ACSELRAD,

¹⁹ Em um trabalho recente da autora Maristella Svampa (2013), a conjuntura da economia baseada em *commodities* que está sendo amplamente incentivada na América Latina, em pleno século XXI, é explicada como um processo de “reprimarização” da economia, tendo em vista que os países da América Latina continuam cumprindo seu papel colonial de fornecer matéria-prima para os países do Norte. A autora defende a tese, portanto, de que o atual modelo de desenvolvimento baseado na exploração de *commodities*, caracterizado como um modelo moderno que visa o progresso, o desenvolvimento e a modernização dos países latinos, é, na verdade o velho modelo de exploração de matéria-prima estabelecido desde períodos colônias, mas reconfigurado por novas linguagens de valoração.

2009b, p. 135). No tocante, é importante considerar que quando a problemática ambiental passa a ser vista como externalidades, a degradação não será abordada como uma incapacidade do mercado em gerir, mas, como resultado da própria inadequação da natureza (ACSELRAD, 2009b).

Neste capítulo nossa reflexão aborda a conjuntura econômica do estado do Espírito Santo, atualmente voltada para a indústria de *commodities* e os possíveis ônus socioculturais e ambientais decorrentes da adoção deste modelo corriqueiramente tratados como externalidades.

1.1. Ciclos Econômicos e Modernização: algumas considerações

Uma análise histórica da economia do Espírito Santo (ROCHA; CASSETI, 1983; BITTENCOURT, 1987; ROCHA; MORANDI, 1991; SIQUEIRA, 2009; ZORZAL E SILVA, 2010) nos mostra que a retórica do desenvolvimento enquanto crescimento econômico está presente no estado desde meados do século XX, período no qual começam a se destacar as ações de modernização e industrialização no estado. Com efeito, a partir da reflexão de tais autores compreendemos que a economia espírito santense é marcada até o final dos anos de 1990 por dois ciclos econômicos.

O primeiro ciclo é caracterizado pela atividade da cafeicultura, apresentando uma base agrária e familiar de produção. Este ciclo prevaleceu desde meados do século XIX até a década de 1950. O segundo ciclo vigorou a partir de 1960 até o final do século XX, e é caracterizado pelo contexto da industrialização. Nele, podemos notar ainda o estabelecimento de duas fases: 1) crescimento e instalação de pequenas e médias indústrias (1960-1975); e 2) crescimento e instalação de grandes empresas – os chamados Grandes Projetos – produtoras de *commodities*. Neste período são instaladas as grandes empresas: Aracruz Celulose (atual FIBRIA), Samarco, Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST – (atual Arcelor Mittal) e Companhia Vale do Rio Doce, todas em plena atividade ainda neste início do século XXI (ROCHA; CASSETI, 1983; BITTENCOURT, 1987; ROCHA; MORANDI, 1991; SIQUEIRA, 2009; ZORZAL E SILVA, 2010).

Apesar de está localizado na área geoeconômica mais dinâmica do país (o sudeste), durante um longo período histórico, o estado do Espírito Santo não acompanhou tal dinamismo regional²⁰, ocupando uma posição periférica no cenário econômico nacional. Esta situação começa a ser alterada no final da década de 1960, quando a industrialização passa “a ser vista como a saída para a reestruturação e o dinamismo da econômica estadual, a fim de superar o grande atraso relativo que separava o Espírito Santo das regiões mais desenvolvidas do país” (SIQUEIRA, 2009, p. 6). Nota-se, neste período, um processo claro de modernização do estado, que conforme veremos adiante teve a figura do estado como agente propulsor da mudança, atuando como planejador.

Isso posto, será diante de um contexto nacional²¹ de aceleração do desenvolvimento industrial, que a economia do Espírito Santo vai deslocar de um perfil agrário, baseado na produção cafeeira²² – cenário constituído predominantemente por relações familiares de produção – para um modelo industrial, buscando assim, a sua inserção nos processos mais gerais de globalização. Portanto, na década de 1960, o padrão agrário da economia do ES será alterado com base nas “diretrizes da política de erradicação dos cafezais improdutivos, dando novos rumos à estrutura econômica do estado [...]” (SIQUEIRA, 2009, p. 2). Compreendemos que tal processo não ocorre de forma autônoma, ao contrário, neste período de transição econômica o estado se apresenta como agente propulsor da modernização.

²⁰ De acordo com SIQUEIRA (2009), o baixo índice populacional, aliado ao pouco desenvolvimento das forças produtivas (estas apoiadas, primeiramente, na escravidão e, em seguida, na pequena propriedade familiar) proporcionou uma lenta expansão da agricultura cafeeira no estado do Espírito Santo, não conseguindo acompanhar o ritmo dinâmico da região sudeste.

²¹No cenário nacional, o período é marcado pelo ambicioso Plano de Metas, lançado a partir de 1956, pelo então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Dando prosseguimento a política desenvolvimentista do período anterior, esse plano foi um importante programa de industrialização e modernização do governo brasileiro. De acordo com ROCHA; MORANDI (1991), “Embora os investimentos programados no Plano tenham se concentrado no eixo Rio-São Paulo, alguns projetos industriais prioritários foram implantados no território capixaba. Esses projetos mesmo sendo de grandes dimensões, quando confrontados com a indústria e a economia nacional, determinaram significativa expansão da indústria capixaba, particularmente nos gêneros de metalurgia, minerais não-metálicos e produtos alimentares (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 45).

²²Em relação a esse período de transição de uma economia agrário-familiar, centrada basicamente na produção de café para uma economia industrial, merece destaque o fato de que a atividade cafeeira teve grande importância na economia capixaba a partir do final da década de 1940, devido ao grande crescimento dos preços internacionais na época. Contudo, esse *boom* cafeeiro não se circunscreveu aos limites geográficos do Espírito Santo, mas atingiu todas as regiões cafeeiras do país. Assim, a expansão do café foi muito grande, ocorrendo uma superprodução na atividade e a consequente crise da mesma, uma vez que os preços internacionais tiveram quedas espetaculares a partir de 1955. A queda dos preços do café afetou de forma particular a econômica capixaba, pois se tratava de uma estrutura fundamentada na pequena produção familiar, e, portanto, representava para os cafeicultores, quase que a única fonte de renda (ROCHA; MORANDI, 1991).

Logo, no intuito de viabilizar a industrialização e modernização do estado do Espírito Santo, o Governo Estadual em parceria com o Governo Federal investiram vigorosamente em infraestrutura local, tendo como intuito afastar os possíveis entraves ao crescimento industrial no estado, como por exemplo, os investimentos feitos no sistema de transporte²³ e abastecimento energético²⁴.

Com uma nova organização estrutural, de acordo com Rocha e Morandi (1991), a partir da década de 1970, a economia capixaba já havia atingido um nível de maturidade que a qualificava para receber grandes investimentos produtivos. Dito de outra forma, para os autores, havia uma “facilidade natural” – representada pela posição geográfica estratégica do estado – que se encontrava muito bem estruturada, por conta dos investimentos realizados no setor portuário, rodoviário e no abastecimento energético. Nas palavras dos autores: “estavam dadas as principais condições para um novo ciclo de expansão econômica, que, no entanto, iria apresentar significativas diferenças em relação ao ciclo expansivo realizado nos anos anteriores” (Ibid., 1991, p. 91).

Portanto, a partir de meados de 1970 a economia capixaba vai se consolidar no mercado internacional, tendo em vista um modelo de industrialização baseado nos grandes projetos de indústria de base (pelotas de minério, de ferro, de aço, celulose), conforme sintetizado por Siqueira (2009):

Os projetos foram agrupados em cinco complexos, sendo três do setor secundário (siderúrgico, naval e paraquímico, este com implicações no setor primário) e dois do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual). Os complexos siderúrgicos estavam centrados nas atividades da Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Usina Siderúrgica de Tubarão (CST) e Usina de Pelotização Samarco, unidades industriais siderúrgicas com terminais portuários próprios, tecnicamente aparelhados, atendendo às necessidades da produção e às modernas exigências para embarque e desembarque de navios de grande porte. O complexo paraquímico centrou-se na Aracruz Celulose S/A, acoplando indústria, floresta e infra-estrutura portuária e Flonibra -

²³Nesse período foram concluídas as obras na BR-101, na BR-262 e na BR-259, contribuindo para uma ampla comunicação via transporte rodoviário entre o estado do Espírito Santo e seus vizinhos, Minas Gerais e Rio de Janeiro (ROCHA; MORANDI, 1991).

²⁴Na década de 1950, foram construídas duas importantes usinas de geração elétrica: 1) Rio Bonito (concluída em 1960) que representou um aumento de 240% na capacidade geradora do estado, e 2) Usina de Suíça (concluída em 1965) representando um aumento de 100%. Já em meados de 1968 a ESCELSA foi federalizada, tendo passado ao controle da ELETROBRAS, que financiou uma terceira usina: a Mascarenha. Esta última inaugurada em 1974, e representando um aumento de 191% na capacidade geradora do estado. Isso permitiu autossuficiência para o estado do Espírito Santo nesse período de industrialização (ROCHA; MORANDI, 1991).

Empreendimentos Florestais (associação CVRD/Japan Brasil Pulp), investimento em indústria e floresta (SIQUEIRA, 2009, p. 8).

Com efeito, a formulação e a implantação dos Grandes Projetos Industriais representa a concretização da modernização econômica no estado, processo este que vem sendo analisado por perspectivas distintas. Por um lado, Zorzal e Silva (2010) chama a atenção para os “Grandes Projetos de Impactos”, ressaltando o grande potencial em termos de investimentos financeiros e geração de empregos²⁵ que supostamente advém da implantação destes projetos, proporcionando assim a inserção da economia capixaba nos mercados internacionais.

Por outro lado, Siqueira (2009) nos chama a atenção para as contradições inerentes a este processo de desenvolvimento econômico, mostrando como a concretização de um período de modernização via grandes projetos industriais conduz não só ao crescimento econômico, como a formação de bolsões de miséria, como o ocorreu na região da “Grande Vitória”. A autora salienta que embora a economia urbana tenha se expandido, no contexto de desenvolvimento modernizante da década de 1970, não foi possível suportar o êxodo rural, pois não havia estruturas para receber tal fluxo, desencadeando em um processo de desemprego urbano e miséria na região da Grande Vitória. Logo, a região mencionada passa “a enfrentar os problemas da urbanização desordenada, principalmente com o surgimento e a expansão de inúmeros bairros periféricos que, juntamente com as favelas, alojam a classe trabalhadora e concentram, tanto a pobreza da cidade, quanto a de seus habitantes” (SIQUEIRA, 2009, p. 14).

Portanto, compreendemos que o crescimento econômico impulsionado pela criação dos “Grandes Projetos Industriais” no estado do ES possibilitou o processo de modernização e inserção da economia capixaba no mercado nacional e global. Todavia, a questão que nos interessa neste trabalho é: a qual preço isto tem sido possível?

1.2 Grandes Projetos Industriais e a emergência dos “*dramas desenvolvimentistas*”

²⁵ Contudo, não são questionadas a qualidade e a duração desses mesmos empregos, nem mesmo se os próprios trabalhadores locais possuem capacitação para assumirem tais postos de empregos. Muito menos se estes sujeitos têm interesse de trabalhar nesses grandes projetos.

Uma reflexão crítica sobre a instalação destes “Grandes Projetos Industriais” ou “Grandes Projetos de Impactos” é feita por Ribeiro (2008). De acordo com este autor, a instalação destes projetos que envolvem vultosos investimentos, denominados por ele de “Projetos de Grande Escala” (PGEs), é marcada por um encontro dicotômico entre dois distintos grupos de agentes: 1) os grandes empresários (*outsiders*) e 2) a comunidade local. Para o autor, neste encontro a comunidade local passa a ter o seu território (local de moradia e trabalho) planejado e dominado a partir de então, pelos interesses globais dos grandes investidores destes projetos. É possível caracterizar o momento de instalação e posteriores atividades destes PEGs a partir da noção, proposta pelo próprio autor, de “dramas desenvolvimentistas”, que, nas palavras do mesmo, podem ser descritos como:

[...] tipos complexos de encontros que juntam atores e instituições locais a outsiders. O fato de outsiders pretenderem planejar o futuro de uma comunidade é indicativo do seu poder diferencial no encontro. Em tais circunstâncias, instala-se uma dicotomia. Por um lado, há os objetivos e racionalidades dos planejadores; por outro lado, o destino e a cultura das comunidades. Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de pessoas. Na realidade, planejamento — isto é, a determinação antecipada de como uma certa realidade será — implica a apropriação, por parte de outsiders, do poder das populações locais de serem sujeito dos seus próprios destinos. De sujeito de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes (RIBEIRO, 2008, p.122).

No Espírito Santo, um caso emblemático acerca da configuração deste “drama desenvolvimentista” exposto por Ribeiro (2008), foi (e ainda é) a instalação do complexo paraquímico (indústria de celulose), no município de Aracruz. Esse tipo complexo de encontro envolvendo agentes *outsiders e insiders* passou a ocorrer quando a empresa Aracruz celulose S/A – atual FIBRIA²⁶ – se instalou na região norte do estado, provocando alterações na paisagem, nos ambientes naturais e gerando consequências sociais na região.

²⁶ Esta transição na empresa ocorreu no ano de 2009, quando houve a fusão entre a empresa Aracruz Celulose S/A e a empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP) formando a atual FIBRIA. Em um primeiro momento, o controle da empresa ficou sobre a responsabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) que comprou 34,9% de participação na Fibría, o grupo Votorantim possui 29,3% de participação e 35,8% de suas ações foram negociadas no mercado. Todavia, a participação do BNDES deverá ser reduzida ao longo dos próximos anos, conforme anunciado pelo próprio grupo Votorantim.

Em relação ao processo de implantação da indústria de celulose em terras capixabas, há uma bibliografia interessante referente ao tema, que busca salientar os impactos ambientais e as tensões decorrentes da disputa por território e por recursos naturais na região a partir dos distintos interesses envolvidos (CICCARONE; 2001; MARACCI, 2005; SILVA, 2007; FERREIRA, 2010). Diante de um contexto amplo de políticas centradas em valores modernizadores e desenvolvimentistas, a atividade de cultivo de eucalipto em solos capixabas foi desde o início, e se mantém atualmente, incentivada pelo poder público estadual, como podemos observar na reflexão de Maracci (2005):

A parceria do Estado com o Projeto Aracruz é decisiva desde os momentos de articulação pró-indústria no Espírito Santo e se manifesta através de esforços estatais expressos em incentivos fiscais, reconhecimentos oficiais de apropriações indevidas de terras, de licenciamentos e EIA-Rimas ilegítimos, financiamentos, créditos, condições de mercado e outros (MARACCI, 2005, p. 8476).

Com efeito, a monocultura de eucalipto no ES data do final dos anos 60 (1967/68), quando a empresa Aracruz Celulose S/A (atual FIBRIA) iniciou suas atividades no estado e provocou a emergência de embates relacionados à questão territorial e uso dos recursos naturais, dando margem ao surgimento de conflitos e evidenciando as diferentes formas de apropriação do ambiente pelos agentes em disputa.

De acordo com relatório *O Projeto Agroindustrial da Aracruz Celulose (Fibria) e as Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte (2010)*, “os primeiros eucaliptos foram plantados no município de Aracruz sobre os territórios indígenas dos povos Tupiniquim e Guarani” (ESPÍRITO SANTO/CDDH, 2010, p. 2), e com isso a empresa pôde se apropriar das melhores terras para a produção agrícola (MARACCI, 2005). Em seguida, a Aracruz Celulose expandiu-se para novas terras no extremo norte do estado, ocupando áreas dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, passando a ocupar, dessa vez, áreas em territórios quilombolas (ESPÍRITO SANTO/CDDH, 2010). Dessa forma, é importante ressaltar que os impactos ambientais desta atividade no litoral norte capixaba são inúmeros. Ainda de acordo com MARACCI (2005) é possível salientarmos que:

A apropriação e concentração da terra e das águas constituem a base deste empreendimento. A monocultura, o desmatamento da Mata Atlântica, o manejo do plantio, o desvio de rios e riachos, os distúrbios hídricos como secamento de riachos, mananciais, nascentes, assoreamentos e conseqüente diminuição de chuvas, o desequilíbrio das condições de vida das

comunidades locais e a expulsão das terras, compõem hoje o quadro geográfico da área em questão (MARACCI, 2005, p.8476).

Nesse sentido, a atividade de monocultivo do eucalipto, incentivada pelo poder público, pautado em lógica desenvolvimentista, tem gerado desde o início, um intenso conflito entre a empresa, poder público e comunidades locais (como é caso de indígenas e quilombolas), tendo em vista, sobretudo, a sobreposição de territórios, apropriação indevida de recursos naturais e poluição nos rios, aquíferos e no ar. Este ambiente de conflitos pode ser explicado em virtude da existência de lógicas divergentes acerca dos valores e racionalidades que imperam em cada um destes distintos agentes envolvidos (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Todavia, o cenário de conflitos tende a ser abafado quando os problemas ambientais são tratados como externalidades do processo econômico, e nessa perspectiva, “os ganhos de competitividade decorrentes da apropriação das vantagens naturais, institucionais e políticas da esfera não mercantil são considerados legítimos do ponto de vista do capital” (ACSELRAD, 2009b, p. 136). Os danos ambientais, não são vistos, portanto, como falhas do mercado, ao contrário, são encaradas como vantagens competitivas na disputa entre os distintos capitais. Nesse sentido, só serão “erigidas a categoria de “falhas de mercado” em razão das pressões dos movimentos sociais – a resistência social as externalidades – ou quando o dano ambiental comprometer os elementos da natureza enquanto recursos produtivos potenciais” (Ibid. p. 136).

De acordo com o relatório sobre violações dos direitos humanos e populações tradicionais (ESPÍRITO SANTO/CDDH, 2010):

O processo que envolveu o plantio de eucalipto do norte e extremo norte do Espírito Santo produziu uma série de conseqüências para as comunidades quilombolas localizadas na região chamada Sapê do Norte, entre elas a perda de grande parte do seu território, o que levou a uma série de reações dessa população que, atualmente, luta pela sua retomada. Por causa dos conflitos locais, as organizações de direitos humanos têm sido acionadas regularmente para intervir. (ESPÍRITO SANTO, 2010, p. 4).

Portanto, o conflito entre essas diferentes lógicas tem ocorrido há algum tempo no estado do Espírito Santo, e tem gerado uma mobilização por parte dos agentes atingidos por esses grandes projetos. É importante salientar que a luta dos povos Tupiniquim e Guarani pela retomada dos seus territórios expropriados pela empresa tem sido um

grande marco nesse conflito. Neste sentido, povos indígenas iniciaram uma forte mobilização contra a empresa: foram realizadas auto-demarcações, ocupações de terras plantadas com eucalipto, manifestações na sede da empresa, dentre outras iniciativas. Em 2007, houve uma grande vitória por parte deste grupo local, tendo em vista que o Ministério da Justiça garantiu a posse de parte deste território expropriado pela empresa Aracruz Celulose-S/A (atual FIBRIA) para os Tupiniquins e os Guaranis da região²⁷.

1.3. Breves considerações sobre o cenário econômico recente

Ampliando as análises do cenário de investimentos em grandes projetos no estado do Espírito Santo, estamos atualmente vivenciando o fortalecimento do setor de energia, tendo em vista as recentes descobertas de novos poços de petróleo, gás, e da recente camada do pré-sal. Soma-se ao atual cenário o acentuado investimento em infraestrutura que auxilia as atividades industriais, como é o caso da construção de portos e ferrovias.

Nesse sentido, torna-se importante destacar que atualmente tem sido aceita a tese de que o estado do Espírito Santo, após passar por um período recente de modernização/industrialização e se firmar no mercado internacional, passa agora pelo seu terceiro ciclo de desenvolvimento e modernização da economia (IGLESIAS, 2010; CAÇADOR; GRASSI, 2013). Logo, de acordo com o documento de planejamento estratégico: *Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento* (2006), já se fala em uma “terceira onda” referente aos ciclos econômicos do estado:

Passados os ciclos do café e da industrialização, no limiar do século XXI teve início o terceiro ciclo de desenvolvimento da economia capixaba, com a intensificação das pesquisas e a descoberta de novos e promissores campos de exploração de óleo e gás. Esta nova etapa do processo de desenvolvimento do Espírito Santo tem um grande potencial para provocar mudanças significativas na economia local. (MACROPLAN, 2006, p. 20).

Portanto, a aposta recente do estado do ES se configura a partir do desenvolvimento da indústria petrolífera. No período anterior, de modernização e industrialização, os investimentos se concentraram na região central do estado, sobretudo na capital e

²⁷ É importante salientar que os embates e conflitos entre os povos indígenas e grandes empresas ainda continuam ocorrendo no estado. Estes conflitos ainda ocorrem com a empresa Fibria (ex-Aracruz Celulose), e também ocorrem com outras empresas, como é o caso da Vale do Rio Doce (há uma estrada de ferro que passa dentro de algumas aldeias indígenas), com a Petrobras (gasodutos que passam em terras ou proximidades de aldeias indígenas), entre outros.

municípios vizinhos – Serra, Cariacica, Viana, Vila Velha – região caracterizada como a Grande Vitória – além do município de Aracruz. Atualmente os investimentos têm sido concentrados, além da região central, em outros dois polos, a saber: 1) a região sul do ES – sobretudo os municípios de Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataizes e Presidente Kennedy; e 2) região norte do ES – com destaque para os municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra. Logo, identificamos que a faixa litorânea do ES tem sido alvo de vultosos investimentos nos últimos anos, o que torna o ambiente costeiro um local de grande relevância investigativa.

Destacamos que, apesar dos problemas já mencionados no período anterior – da modernização e industrialização – no que tange a falta de investimentos do estado na área social, resultando na emergência de bolsões de pobreza ao redor dos polos econômicos, como foi o caso da formação metropolitana da Grande Vitória (SIQUEIRA, 2009), o papel do estado, não tem sido diferente neste novo ciclo econômico, uma vez que vem priorizando os investimentos no setor de energia, das indústrias e infraestrutura em detrimento dos investimentos no setor social, conforme foi possível observar nos dados do Relatório “*Investimentos Anunciados para o Espírito Santo entre 2010-2015*” elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2011).

TABELA 1

Os trinta maiores investimentos no Espírito Santo, segundo setores e número de projetos – 2010-2015

Setores	30 maiores projetos			Total de projetos por atividades		
	Nº projetos	Valor (R\$ milhão)	%	Nº projetos	Valor (R\$ milhão)	%
Energia	16	43.007,53	56,0	93	47.943,7	50,9
Indústria	6	25.988,52	33,8	106	28.433,95	30,2
Transporte	2	3.405,64	4,4	190	5.833,17	6,2
Term. Portuário/Aeroporto e Armazenamento	4	2.852,66	3,7	70	5.914,04	6,3
Comércio/ Serviço e lazer	1	1.041,3	1,4	132	5.432,54	5,8
Meio Ambiente	1	531,0	0,7	5	725,52	0,8
Total	30	76.826,67	100,0 0	538	94.282,95	100,00

*Tabela elaborada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2011). In: “*Investimentos Anunciados para o Espírito Santo entre 2010-2015*”

Diante do exposto, torna-se importante salientarmos que este cenário de investimentos em Grandes Projetos Industriais – caracterizado agora como terceiro ciclo econômico – que tem se configurado no estado do Espírito Santo, sobretudo a partir da produção e

exportação de *commodities* (minério, celulose, petróleo e gás) tem sido uma tendência nas economias latino-americanas (MARTINEZ-ALIER, 2007; SVAMPA, 2013).

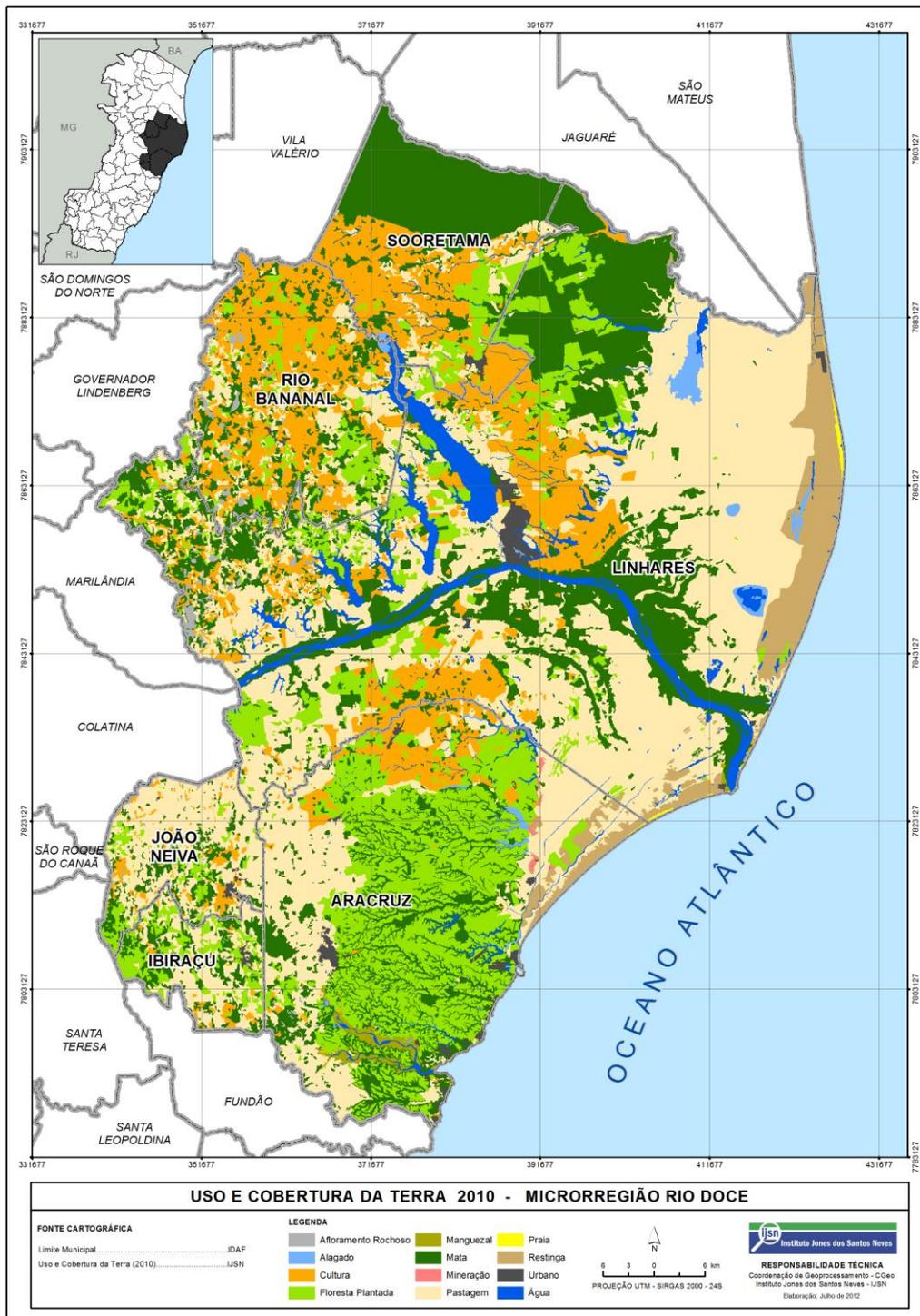
Não fugindo a regra das economias nacionais, neste novo cenário econômico que se configura no estado do ES as intervenções referentes aos grandes projetos industriais continuam pautadas por uma lógica modernizadora e voltadas para um ciclo extrativista de produção e exportação de *commodities*. Contudo, quem assume a responsabilidade pela implantação dos novos projetos industriais é o capital privado, geralmente composto por grandes corporações. Mesmo assim, o papel do Estado continua sendo fundamental para a implantação e manutenção destes grandes empreendimentos industriais. Assim, somam-se aos incentivos fiscais e territoriais concedidos pelo próprio Estado às novas formas de governança ambiental, estas caracterizadas pelo suposto processo dialógico que o estado assume ao tentar conciliar o interesse da empresa e de comunidades locais atingidas pelo empreendimento e as flexibilizações dos processos de licenciamento ambiental (ZHOURI, 2008), ressaltando, portando, as assimetrias, já presentes, no encontro entre empreendimentos (grande capital privado) e populações locais.

1.4. Linhares no cenário da modernização e industrialização

O município de Linhares situa-se na costa norte do estado do Espírito Santo e integra a microrregião Rio Doce, junto com os municípios de Aracruz, Ibraçu, João Neiva, Rio Bananal e Sooretama. Possui atualmente 141.306 habitantes sendo que a maior parte dos moradores, 86% estão localizados em área urbana e apenas 14% área rural.

MAPA 1

Localização da Microregião rio Doce – estado do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves.

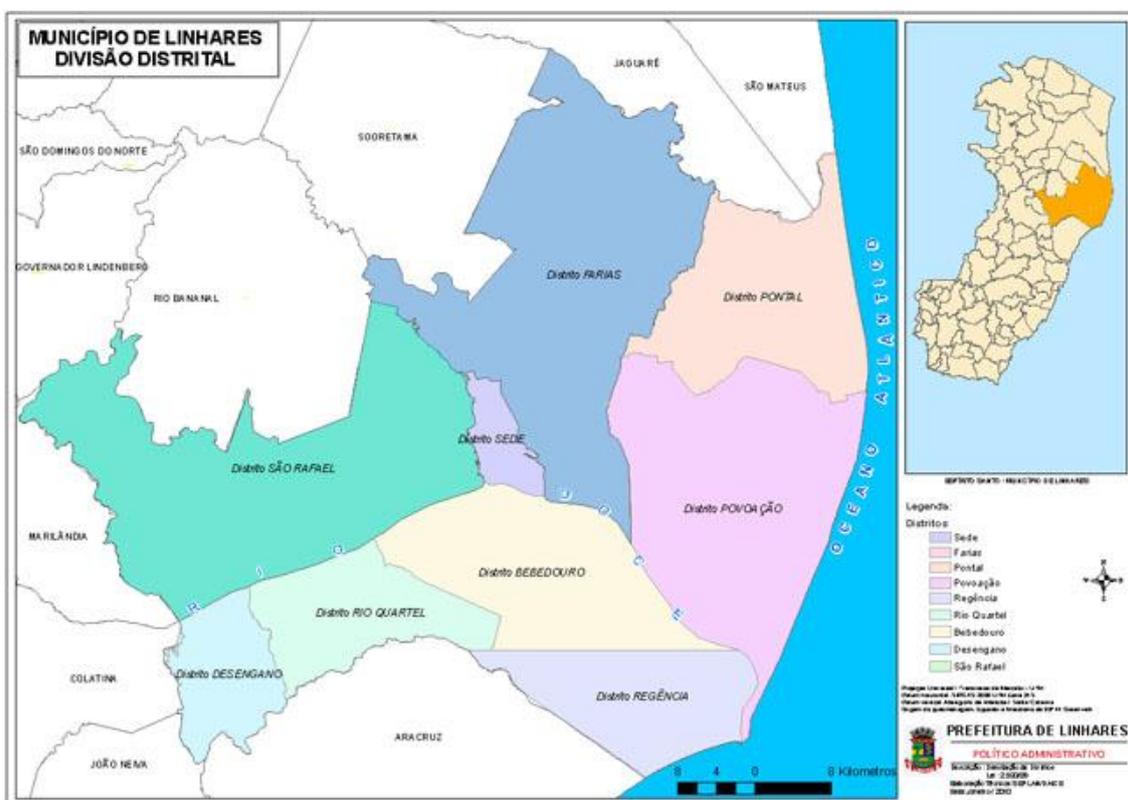
De acordo com o documento *Plano estratégico de Linhares 2005-2025*, o município que está localizado a 135 km da cidade de Vitória (capital do estado do Espírito Santo) possui uma posição geográfica estratégica, pois é cortado no sentido norte-sul pela

importante rodovia BR 101, além disso, possui a maior extensão territorial do estado (3.506 km²), e também a maior extensão litorânea que corresponde a 68 km de costa.

Na região leste do município, há uma planície costeira situada no nível do mar que compõe a região do baixo rio Doce. Nesta região é possível caracterizar três localidades distintas: ao norte da planície estão as praias do Pontal do Ipiranga e Barra Seca. Na margem norte da foz do Rio Doce encontra-se a vila de Povoação e na margem sul está localizado o distrito de Regência Augusta, “uma tradicional vila de pescadores, famosa pelo seu antigo farol, pelas bandas de congo e por sua praia de grandes ondas propícias à prática do surf. Ali é onde se celebrou o herói linharenses, Caboclo Bernardo” (PREFEITURA DE LINHARES, 2007, p. 20), local proposto para análises empíricas desta pesquisa.

MAPA 2

Limites Administrativos do Município de Linhares



Fonte: Prefeitura de Linhares.

Sobre a história econômica recente do município de Linhares e seu contexto de modernização – ainda de acordo com o documento de planejamento estratégico do

município (2007) – é possível caracterizar dois grandes ciclos econômicos, além de um período de relativa estagnação econômica. O primeiro ciclo compreende as décadas de 1950 a 1970. Neste período há um destaque para a atividade extrativista e agrícola na região. O crescimento econômico do município foi sustentado basicamente pela exploração predatória de madeira nativa e pela expansão das atividades agrícolas o que ocasionou uma intensa degradação ambiental na região, sobretudo, na área da planície costeira do baixo rio Doce, área caracterizada, na época, pela ausência de ocupação e uso das terras, ou seja, um relativo “vazio demográfico”. No entanto, a Planície Costeira do Baixo Rio Doce compreende um local com predomínio de pequenas unidades rurais de produção, no qual se destaca o trabalho e a gestão familiar.

Na década seguinte o município apresentou uma grande estagnação econômica. As causas apontadas para a recessão correspondem a um período de crise no setor agrícola linharenses, ocasionadas, sobretudo, pelo fim do ciclo da madeira na região (PREFEITURA DE LINHARES, 2007). A partir de meados dos anos de 1990, a economia do município voltou a apresentar índices de crescimento. Os impactos da modernização da agricultura, da ampliação do setor de comércio e serviços e principalmente a ampliação do setor industrial, são aspectos que caracterizam uma nova fase na economia desta localidade, conforme aponta documento de planejamento estratégico do município (2007).

Logo, a década de 1990 representa um período de transição na região, ou seja, Linhares deixa de ser um município predominantemente agrícola para se tornar um município industrializado²⁸. Atualmente, desde a primeira década do século XXI, o município vem sendo caracterizado pelo dinamismo no setor econômico “com a ampliação de indústrias e agroindústrias já existentes, instalação de novos empreendimentos e a partir da descoberta e exploração de grandes jazidas de gás natural” (PREFEITURA LINHARES, 2007, p. 26).

Assim, é importante destacar que a atividade de exploração das jazidas de gás natural está localizada principalmente na região costeira do baixo rio Doce, sobretudo nas

²⁸ Sobre o processo de modernização do município, um ponto que deve ser salientado é a integração do município à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no ano de 1998, o que contribuiu para a ampliação do polo moveleiro na região e do setor da agroindústria, além da instalação de indústrias metalmeccânicas (PREFEITURA DE LINHARES, 2007).

proximidades do distrito de Regência e Povoação, áreas caracterizadas pela presença de pequenas unidades de produção – onde predominam o trabalho e a gestão familiar mesclando, muitas vezes, as atividades da lavoura e da pesca. Estas atividades empregam sistemas produtivos que dependem de quase tudo da natureza, uma vez que a produção – que é ajustada a disponibilidade de recursos naturais – utiliza-se de técnicas baseadas no conhecimento que estes grupos desenvolvem no convívio com a natureza. Assim, compreendemos que estas comunidades possuem em comum a organização baseadas em laços de parentescos, culturais e de pertencimento ao território, que têm sido desrespeitadas diante do processo de modernização recente que o município de Linhares vem apresentado.

De acordo com documento base de planejamento do município, entre as atividades atuais encontradas na região, é possível destacar a produção de frutas, café, cacau, cana-de-açúcar, eucalipto, seringueira, indústria moveleira, indústria de confecções, agroindústrias, beneficiamento de rochas ornamentais, além da extração de petróleo e gás natural. A maior parte desta produção é destinada a exportação para outros países e o restante contribui no abastecimento dos mercados consumidores do Espírito Santo e outros estados como o Rio de Janeiro e São Paulo (PREFEITURA DE LINHARES, 2007; IPEMA, 2009).

Todavia, ao contrário do suposto dinamismo econômico salientado no documento de planejamento do município de Linhares, de acordo com o relatório: “*Investimentos Anunciados para o Espírito Santo entre 2010-2015*” elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, o que podemos observar para o município de Linhares no período entre 2010 e 2015 é um demasiado investimento de projetos para o setor de energia e indústria.

TABELA 2

Principais investimentos no Espírito Santo – 2010-2015 - Destaque para o município de Linhares*

Projeto	Setor	Descrição
Petrobras e outras empresas – exploração na bacia do espírito santo e no norte da bacia de campos	Energia	Exploração na bacia do Espírito Santo e no norte da bacia de Campos
Petrobras – Complexo gás químico	Indústria	Implantação de um complexo gás-químico que utiliza o gás natural como combustível
Bertin Energia – Usinas termelétricas	Energia	Implantação de quatro usinas termelétricas

		a gás natura: UTE Cacimbas, UTE Escolha, UTE Joinville e UTE João Neiva, totalizando 1.243 MW
Petrobras – Unidade de Tratamento de gás de Cacimba (UTGC) Fase III	Energia	UTGC fase III – Instalação de duas UPNG e duas unidade de processamento de condensado (UPGCN)
EDP- Energias do Brasil – Escelsa	Energia	Geração de energia a partir da fonte eólica

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2011). *Investimentos Anunciados para o Espírito Santo entre 2010-2015*. *Tabela adaptada pela pesquisadora.

Compreendemos a emergência de um conjunto de transformações no município durante o contexto de modernização descrito: a paisagem referente à Planície Costeira do Rio Doce foi homogeneizada, reduziu-se a biodiversidade da Mata Atlântica e da Restinga existente na região, elevou-se a pressão sobre os recursos hídricos no rio Doce e seus afluentes, além da ocorrência de um amplo processo de expropriação de famílias indígenas, lavradoras, ribeirinhas e pescadoras que perderam grande parte das suas terras. No discurso desenvolvimentista e modernizador, tais prejuízos seriam compensados pelo progresso e pela geração de emprego e renda que tais atividades supostamente trazem.

No entanto, apesar dos grandes investimentos no município de Linhares, ainda assim 30,9% da população deste município são consideradas pobres (ou seja, possui uma renda familiar *per capita* inferior à metade de um salário mínimo). Ainda no que concerne aos dados sociais, o município possui um IDH médio, que corresponde a 0,724 e o índice de Gini está em torno de 0,52, o que demonstra a ocorrência de uma grande desigualdade social no município (PNUD, 2013), contrariando o discurso desenvolvimentista de que o crescimento econômico é propulsor de riquezas e benfeitorias sociais para todos. Logo, tomando como base esse cenário social, questionamos a respeito da política de modernização e desenvolvimento do município de Linhares, esta baseada, sobretudo, na modernização da agricultura e na industrialização via extração dos recursos naturais (petróleo e gás principalmente).

Destarte, diante de um cenário eufórico em prol da industrialização e modernização do município de Linhares alicerçado no ideal desenvolvimentista que tem apostado na produção e comercialização de *commodities*, torna-se, necessário indagarmos acerca dos impactos socioambientais que este modelo de desenvolvimento vem ocasionando, especialmente no que tange aos grupos sociais que dependem do ambiente para a

manutenção dos seus costumes e práticas tradicionais. Uma vez que, tais atividades são consideradas altamente impactantes, provocando danos irreversíveis ao meio ambiente. Nesse sentido, compreendemos que mesmo fazendo uso de um discurso pautado no desenvolvimento sustentável, a política econômica recente do município de Linhares tem se mostrado demasiadamente reducionista, pois tem se mostrado muito mais preocupada com o crescimento econômico do que com os aspectos sociais, ambientais e culturais.

Com efeito, esta noção reducionista do desenvolvimento que tem se mostrado hegemônica no contexto local, também tem sido criticada no contexto nacional e internacional. Tal constatação nos leva a questionar os processos sociais que deram margem para que esta noção alçasse tamanha relevância. Dito isso, levantamos algumas indagações prévias acerca do desenvolvimento que buscaremos desenvolver no próximo capítulo. Em suma, o que queremos compreender é: a partir de que momento da história que a ideia de desenvolvimento passa a ocupar um espaço central no cenário mundial? Quais são os interesses que estão em jogo no contexto de formação desta ideia? Quais são as linguagens valorativas que alimentam a ideia de desenvolvimento? Por fim, tomando emprestadas as reflexões de RIST (2012): “Seria mesmo o desenvolvimento esta panaceia capaz de solucionar todos os problemas do mundo, ou seria, afinal uma trapaça do sistema para estender a hegemonia do capitalismo para todo o planeta, transformando natureza e relações sociais em mercadoria?” (RIST, 2012, p. 135). Tais perguntas são, portanto, o norte para as reflexões do próximo capítulo, para em seguida adentrarmos nas análises do estudo de caso no distrito de Regência.

CAPÍTULO 2

A proeminência do discurso desenvolvimentista e a emergência do discurso da sustentabilidade

Este capítulo foi elaborado com o intuito de abordar as reflexões teóricas sobre a noção de desenvolvimento, sobretudo aquela centrada no crescimento econômico. Nosso interesse é refletir acerca de como esta noção emerge em um contexto global e se reproduz em contextos locais, tornando-se assim, uma ideia hegemônica. Ainda neste capítulo serão abordadas também algumas considerações acerca da emergência do movimento ambiental e a sua contribuição na elaboração da crítica ao modelo desenvolvimentista.

2.1. O conceito de desenvolvimento e suas raízes na ideia de progresso

A ideia de desenvolvimento é tão hegemônica no pensamento ocidental que muitas vezes se confunde como uma característica natural das sociedades humanas, fato que nos faz pensar sobre a sua origem. De acordo com Robert Nisbet (1985), a ideia de desenvolvimento – que emerge em meados do século XX, se constitui a partir da ideia de progresso (que teve seu ápice durante o século XVIII). Em termos gerais, progresso é entendido como um caminhar ascendente das sociedades humanas em direção ao seu aperfeiçoamento e dessa forma, a um futuro sempre benévolo. Para este autor, “nenhuma ideia, por si só, foi mais importante, ou talvez tão importante quanto à ideia de progresso na civilização ocidental, durante quase três mil anos” (NISBET, 1985, p. 16), sendo responsável ainda pela formação de muitas outras noções-chaves para o pensamento ocidental, como a ideia de liberdade, justiça, igualdade e comunidade (NISBET, 1985).

Nesse sentido, Nisbet (1985) e Gilberto Dupas (2006) salientam a importância dada à formulação da própria *noção de ideia*. Para Nisbet: “Nós vivemos – já se tem dito isto – sob o encanto das ideias, sejam elas boas ou más, verdadeiras ou falsas” (NISBET, 1985, p. 16). Complementando essa reflexão “ideias são aceitas ou rejeitadas não por serem verdadeiras ou falsas, mas por serem consideradas mais adequadas ou não para descrever algo em que temporariamente se acredita” (DUPAS, 2006, p. 29). Com efeito, para ambos os autores, os indivíduos reagem a acontecimentos e as mudanças na

história tendo em vista o papel que essas ideias (importante enfatizar: verdadeiras ou não, boas ou más) representam para eles e para a sociedade em que vivem.

Com efeito, a ideia de progresso alcançou um papel de destaque nas sociedades ocidentais, pois nenhuma ideia foi tão importante e prevaleceu durante tanto tempo como esta. Tomando emprestada novamente as palavras de Nisbet (1985): “a ideia de progresso acredita que a humanidade avançou do passado – a partir de alguma condição original de primitivismo, barbárie, ou até nulidade – continua agora avançando e deverá ainda avançar através do futuro que possa ser previsto” (Ibid., 1985, p. 16). Assim, o autor nos faz refletir acerca da característica de naturalidade que a ideia de progresso adquire ao longo de sua história, ou seja, a ideia de percorrer estágios é apresentada de maneira tão natural que passa a adquirir um papel estruturante nos modos de agir e viver dos seres humanos que compartilham dessa ideia. Mas ao contrário disso, ela vem sendo criada e reproduzida há séculos na sociedade ocidental, e dessa forma, “a palavra progresso está longe de ser dotada de univocidade semântica e consenso conceitual” (DUPAS, 2006, p. 22).

Assim, importantes estudiosos sobre o tema como DUPAS (2006), NISBET (1985), SZTOMPKA (2005) e ROSSI (2000) descrevem e refletem sobre uma série de acontecimentos históricos, obras filosóficas e científicas que tiveram grande repercussão ao longo da história ocidental e que contribuíram para alavancar a ideia de progresso como uma ideia estruturante do pensamento ocidental, podendo ser caracterizada inclusive como uma ideia-força (DUPAS, 2006).

Dito isso, é importante salientar que o progresso é uma ideia que possui suas principais bases constitutivas relacionadas aos acontecimentos oriundos no período moderno. Entretanto, alguns autores vão desde a Antiguidade Clássica para buscar elementos constitutivos dessa ideia, como é o caso de SZTOMPKA (2005), NISBET (1985) e DUPAS (2006).

De acordo com esses autores é possível estabelecer uma combinação entre duas matrizes do pensamento ocidental – sendo uma grega e a outra judaica – para explicar as raízes dessa emblemática noção, que é o progresso. Há, portanto, uma combinação desses dois elementos: “o primeiro, introduzido pelos gregos, apoia-se no avanço das

artes e ciências; o segundo, produto da fusão agostiniana do milenarismo judeu com a ideia grega do crescimento que se desdobra na filosofia cristã da história” (NISBET, 1985, p. 138). As primeiras raízes da noção de progresso podem ser encontradas ainda na Grécia Antiga, uma vez que “os gregos observavam o mundo em processo de crescimento, de desdobramento gradual de potencialidades, passando por estágios determinados (épocas) produzindo avanços e melhorias” (SZTOMPKA, 2005, p. 58). Desde a Antiguidade Clássica entra em vigor a ideia de ciclos, ou seja, algo sempre vai nascer, crescer, e depois declinar. E essa ideia de ciclos é apresentada pelos autores como algo natural para se referir as mudanças sociais. Além disso, é apontada por esses autores como uma das bases para explicar a gênese do conceito de progresso (DUPAS, 2006; SZTOMPKA, 2005; NISBET, 1985).

Já a segunda matriz ocidental elencada pelos autores para explicar o surgimento da ideia de progresso é a matriz judaica. Para estes autores, a religião coloca a história (no sentido linear) como “sagrada” e que o seu curso tem uma providência divina que é predeterminada, irreversível e acima de tudo é necessária. Nesse sentido, a história passa a ter um sentido único que deve ser percorrido para chegar a um mesmo objetivo, uma vez que, passa a existir a ideia de predeterminação. O principal representante do pensamento cristão para a noção de progresso foi o pensador Santo Agostinho, que de acordo com Dupas: “[...] desenvolve a ideia globalizadora de unidade da humanidade, uma espécie de ser com infância, adolescência e maturidade. Ele divide a história em seis etapas, de Adão até Cristo, apontando os níveis de progresso de cada uma delas” (DUPAS, 2006, p. 34).

Ainda dentro desse legado judaico cristão, torna-se necessário salientar também a importância dos puritanos na contribuição para as bases que fundamentam a ideia de progresso: “os puritanos acreditavam que só a promoção da pesquisa sobre a natureza e sobre o homem permitiria ao milênio se realizar de uma vez na terra” (NISBET, 1985, p. 139). Para os puritanos o conhecimento científico e técnico era algo que conduzia a salvação. Assim, o puritanismo teve um papel fundamental, uma vez que esta religião atribuiu ao conhecimento, sobretudo o científico, uma importância milenarista. Essa importância espiritual dada à ciência vai ser extremamente relevante para a expansão da modernidade e para o significado que a ideia de progresso representa para esse novo período histórico (NISBET, 1985).

No entanto, será a partir do advento da modernidade, principalmente a partir do período Iluminista – período caracterizado pela legitimação do pensamento científico cartesiano e da sua proposta de verdade neutra e universal – que a noção de progresso passa a adquirir elementos essenciais que vão caracterizar a sua versão moderna, conforme conhecemos atualmente. Será a partir do Iluminismo que ciência e o progresso se cruzam, e passam a caminhar de forma inseparável, constituindo-se em duas categorias hegemônicas e estruturantes da modernidade ocidental, que vão contribuir na elaboração de um sentido interpretativo de mundo, específico da modernidade. De acordo com Rossi (2000), com o advento da modernidade vai haver uma forte relação entre ciência e progresso, ou seja, “a ideia de progresso não é marginal, mas constitutiva da imagem moderna de ciência” (ROSSI, 2000, p. 49).

Nesse sentido, o século XVIII deve ser caracterizado como um período emblemático para a elaboração da ideia de progresso. É a partir desse período que vai se generalizar a crença, a partir da razão, ou seja, fora do domínio do sagrado, de que a humanidade caminha a partir de etapas sucessivas em direção gradual e superiores, conforme observa Rossi (2000):

Com base numa nova imagem da ciência como construção progressiva — uma realidade nunca finita mas cada vez mais perfectível — foi formando-se também um modo novo de considerar a história humana. Esta podia agora aparecer como resultado do esforço de muitas gerações, cada uma delas utilizando os trabalhos das gerações anteriores, como o lento acumular-se de experiências sucessivamente perfectíveis (ROSSI, 2000, p. 73).

Esse sentido interpretativo de mundo, baseado nessa relação entre progresso e ciência positivista, que passa a vigorar a partir da modernidade, vai estruturar a forma de pensar e viver dos seres modernos. Ou seja, passa a representar, de fato, uma ideia-força do mundo moderno. O papel da ciência nesse momento é de extrema relevância para a compreensão do modo de vida moderno, tendo em vista que, a ciência, a partir das suas características compreendidas como essências, razão e neutralidade, vai explicar e dar sentido a esse mundo moderno. As explicações do mundo e dos seres humanos deixam, portanto, de serem teológicas, para serem científicas. Contudo, é importante enfatizar que a razão científica passa a dominar o mundo de forma imperial, e como todo império, desenvolve características intolerantes e violentas. Nesse sentido, seria ilusão pensar que a ciência moderna ampliou o conhecimento, pois o que ela fez foi reduzir as

distintas formas de conhecimento em apenas uma: a científica (ALVARES, 2000).

Tomando emprestadas as palavras do autor:

A arrogância da ciência com respeito a sua epistemologia levou-a a substituir, pelo seu próprio conhecimento, qualquer outra forma de saber alternativo, impondo a natureza processos novos e artificiais. Como era de se esperar, esse exercício gerou uma violência endêmica e permanente e muito sofrimento, à proporção que as percepções da ciência moderna se intrometeram abrupta e inadequadamente nos sistemas naturais. Assim, da mesma forma que, para abrir espaço para sua própria gente, os europeus mataram milhões de índios norte e sul-americanos e outras populações indígenas em outras regiões, e assim como sua medicina eliminou outros tipos de medicina, e suas sementes desalojaram outras sementes, assim também seu projeto ideológico, conhecido como ciência moderna, tentou ridicularizar e eliminar todas as outras formas de ver, de fazer e de possuir (ALVARES, 2000, p. 55).

Diante desse contexto que enfatiza o conhecimento científico e a razão como bases para as explicações acerca da realidade social e humana, a ideia de progresso veio então para contribuir. Nesse sentido, a própria formação da Sociologia como uma forma de conhecimento científico é também fundamentada nesse ideal de progresso. Já durante o século XIX, autores como Auguste Comte, Hegel, Karl Marx e Hebert Spencer vão dedicar grande parte de suas análises em relação à sociedade, a partir de uma interpretação progressista²⁹.

Auguste Comte foi um dos grandes nomes da Ciência Social influenciado por esses dois importantes elementos da modernidade: progresso e ciência, tendo elaborado, portanto, toda uma Teoria Social fundamentada nesses dois elementos. Para Comte, existe uma relação hierárquica e progressiva entre as formas de explicar o mundo e os períodos históricos existentes (GIDDENS, 2001). Nesse sentido, para Comte, o conhecimento científico situa-se no fim dessa progressão que ele elabora sobre a “lei dos três

²⁹ De acordo com SZTOMPKA (2005), “todos os pais de nossa disciplina adotam alguma versão do conceito de progresso” (SZTOMPKA, 2005, p. 61). Saint-Simon e Auguste Comte concentraram-se na questão do progresso mental e enfocaram as mudanças dos modos de pensar típicos, segundo três estágios: teológico, metafísico e positivo (...). A ciência “positiva” é tratada como aquisição suprema do pensamento humano. Hebert Spencer subsumiu crescimento e progresso, na natureza como na sociedade, sob o princípio comum da evolução (...). Karl Marx criou a utopia da sociedade comunista, afirmando que ela seria alcançada, em última instância pelo impulso das classes exploradas, que se utilizariam das oportunidades dadas pelo crescimento das forças produtivas (tecnologias). O movimento em direção a uma sociedade sem classes, comunista, far-se-ia mediante uma série de revoluções sociais. Max Weber percebeu a tendência generalizada para a racionalização da vida e da organização social (...) e considerou-a a principal direção em que se move a sociedade. Emile Durkheim chamou a atenção para a crescente divisão do trabalho e a comitente integração da sociedade através da “solidariedade orgânica” oriunda das contribuições complementares e reciprocamente vantajosas dos seus membros (SZTOMPKA, 2005, p. 61).

estágios”, ou seja, por meio de um percurso linear e ascendente o conhecimento humano passou por estágios distintos de evolução, sendo eles: o teológico, o metafísico e por fim, o científico (ou positivo). Sendo que este último ainda possui uma subdivisão hierárquica entre as ciências físicas, naturais e sociais³⁰.

Comte vivenciava assim o contexto do triunfo da razão, sobretudo nas ciências físicas e naturais e buscava legitimar isso também nas ciências sociais, ou melhor, na “física social”. Para Comte, que introduz o termo Sociologia, essa nova ciência teria a possibilidade de exercer um controle do mundo social similar ao que as ciências físicas e naturais exerciam sobre o mundo material. Nesse sentido, é possível dizer que há uma forte relação entre a formação da Sociologia como um campo do saber científico, o advento da própria modernidade e da ideia de progresso, como uma grande narrativa social. Para Trigueiro e Knox (2013): “os expoentes da Sociologia (e o próprio campo instituído dessa disciplina), assim como os seus sucessores, foram importantes agentes na produção desse imaginário” (TRIGUEIRO E KNOX, 2013, p. 3). De acordo com as autoras, os teóricos do século XIX, no ímpeto de explicar a sociedade que estava se formando, acabaram por validar certos preceitos sociais que estavam sendo geridos naquele mesmo momento, como é o caso da ideia de progresso.

De fato, a maior parte dos teóricos sociais contribuiu para alavancar a ideia de progresso, a partir de uma seta crescente em direção ao aperfeiçoamento humano. Assim, reproduzindo um imaginário social ou sendo um agente dessa construção de imaginário social, seja como for, esses teóricos (do século XVIII e XIX) eram crentes dessa fé no progresso. Acreditavam que o acúmulo de conhecimento humano levaria necessariamente a um futuro glorioso. Contudo, é necessário fazer justiça e salientar que havia os céticos e incrédulos dessa ideia, coforme podemos citar alguns: Alexis Tocqueville, Friedrich Nietzsche, Arthur Schopenhauer e Max Weber. Mas, vale salientar que, esse grupo cético caracteriza, de fato, uma pequena minoria, que talvez

³⁰Nas palavras de Giddens: “A relação lógica entre as ciências, segundo Comte, ajuda-nos a entender sua formação progressiva como disciplinas distintas na evolução intelectual da humanidade. As ciências que se desenvolvem primeiro – matemática e depois física – são aquelas que lidam com as leis mais gerais da natureza, as que regem os fenômenos mais afastados do envolvimento e do controle humano. A partir daí, a ciência introduz-se de forma cada vez mais direta na humanidade e acaba por criar em física social uma ciência da própria conduta humana” (GIDDENS, 2001, p. 219).

hoje (século XXI) possa apresentar mais ecos sociais do que à época em que escreviam³¹ (TRIGUEIRO; KNOX, 2013).

Por fim, salientamos que esse sentido interpretativo de mundo que passou a existir com o advento da modernidade, a saber: essa crença em um movimento histórico que faz a humanidade caminhar sempre em direção linear para uma etapa necessariamente superior a etapa anterior, buscando sempre o seu aperfeiçoamento, ancorada no que podemos considerar como um sentimento de fé na ideia de progresso (essa visão cíclica aliada à razão científica) – é o que alguns autores, como GIDDENS (1991) chamam de grande narrativa histórica³².

Assim, a ideia moderna de desenvolvimento, desdobrada a partir da ideia de progresso, pode ser interpretada a partir dessa categoria analítica de “grande narrativa histórica”, pois se apresenta como uma ideia-força (RIBEIRO, 2008; SACHS, 2005) ainda neste início do século XXI, ou seja, é uma noção tida como inquestionável, e contribui de forma estruturante para dar sentido ao mundo em que vivemos atualmente. Questionar, ou mesmo rejeitar essa ideia representa, portanto, uma heresia para muitos, mas para outros é motivos de resistência. Na próxima seção discorreremos sobre a emergência e o fortalecimento dessa moderna noção de desenvolvimento, bem como da sua hegemonia como modelo econômico.

2.2. A hegemonia do modelo desenvolvimentista

Como ponto de partida para refletirmos acerca da emergência e imposição dessa noção, adiantamos que a expressão desenvolvimento (conforme a utilizamos hoje) aparece pela primeira vez em meados do século XX, na parte ocidental do globo, em um período caracterizado pela disputa entre dois sistemas mundiais – capitalista *versus* socialista (SACHS. W, 2000; ESTEVA, 2000; SACHS. I, 2005). Neste sentido, esta primeira

³¹Mais informações sobre esses autores que durante um contexto de total euforia em relação ao progresso levantaram críticas e se mostram um tanto quanto pessimistas nessa fé, é possível encontrar no capítulo 9 “O progresso sob ataque” de Robert Nisbet (1985).

³² Nas palavras de Giddens (1991): “Teorias evolucionistas representam de fato “grandes narrativas”, embora não sejam teleologicamente inspiradas. Segundo o evolucionismo, a “história” pode ser contada em termos de um “enredo” que impõem uma imagem ordenada sobre uma mixórdia de acontecimentos humanos. A história “começa” com culturas pequenas, isoladas, de caçadores e coletores, se movimenta através do desenvolvimento de comunidades agrícolas e pastoris e daí para a formação de estados agrários, culminando na emergência de sociedades modernas no ocidente” (GIDDENS, 1991, p. 14).

referência à noção de desenvolvimento é atribuída ao discurso de posse do ex-presidente norte americano Harry Truman, no dia 20 de janeiro de 1949.

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponível para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN, apud ESTEVA, 2000, p. 59).

Em síntese, nesse discurso o então presidente se referiu aos países do Sul do globo, como subdesenvolvidos e os países do Norte, como desenvolvidos (SACH.W, 2000). Assim, através dessa ideia de desenvolvimento, os países do sul – os subdesenvolvidos – vão percorrer etapas em direção ao seu aperfeiçoamento, até chegarem ao ponto final dessa corrida, onde já se encontram os países desenvolvidos – os países do norte. De acordo com Gustavo Esteva (2000):

O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogênea e limitada (ESTEVA, 2000, p. 60).

Estabelecendo uma relação assimétrica entre os países do Norte e Sul em seu discurso, Harry S. Truman inaugura o que conhecemos hoje como a “era do desenvolvimento³³”. Assim, a ideia de desenvolvimento vem carregada de valores e conteúdos pré-estabelecidos, ou seja, do que é ou não é interessante e positivo para uma nação. Consideramos que nasce nesse momento uma importante ferramenta de dominação dos países do Norte em relação aos países do Sul. Contribuindo nessa reflexão, Ribeiro (1992) pontua que:

Não é por acaso que a terminologia de desenvolvimento comumente envolva o uso de metáforas que se referem a espaço ou ordem de maneira hierárquica:

³³ De certo que Henry Truman não foi o primeiro a usar este termo, mesmo com este sentido atribuído, outros pensadores já haviam usado antes, como é o caso de Wilfred Benson (membro do Secretariado da Organização Mundial de Trabalho), que elaborou o termo “áreas subdesenvolvidas” ao escrever suas bases econômicas para a paz, ainda no ano de 1942. Contudo, o termo só ganhou a relevância que teve, “quando Truman a introduziu como um símbolo de sua própria política externa” (ESTEVAN, 2000, p. 60).

desenvolvido/subdesenvolvido, avançado/atrasado, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo etc. Esta hierarquia é funcional para a crença de que há um ponto que pode ser alcançado, seguindo-se uma espécie de receita mantida, secretamente ou não, pelos Estados Nações que lideram a "corrida" para um futuro melhor (RIBEIRO, 1992, p. 24).

Dessa forma, teorias desenvolvimentistas emergem nesse contexto do pós-guerra para explicar as diferenças econômicas existentes entre os países, ou melhor, para justificar o atraso de alguns (os países do Sul) e o avanço de outros (os países do Norte). E também para promover a ilusão, fundamentada na concepção de progresso – ideia que já discutimos anteriormente – de que em um futuro próximo todos os países serão, portanto, desenvolvidos, basta seguir o mesmo caminho percorrido pelos países já considerados desenvolvidos³⁴, conforme bem observa Ignacy Sachs (2004):

No contexto histórico em que surgiu, a idéia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural (SACHS, 2004, p. 13).

Assim, a partir do pós-Segunda Guerra, e com o colapso dos poderes dos países europeus frente as suas antigas colônias, os Estados Unidos se apresentam como um Estado-nação desenvolvido e capaz de liderar a reconstrução dos países da Europa, bem como direcionar o desenvolvimento dos países do Sul (considerados naquele momento como subdesenvolvidos). Nas palavras de W. Sachs (2000):

O farol do desenvolvimento foi construído pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Com o colapso dos poderes coloniais europeus, os Estados Unidos encontraram a oportunidade de dar dimensões globais à missão que lhes havia sido legada por seus fundadores: ser “a luz no cimo do monte”. Lançaram o conceito de desenvolvimento com um apelo para que todas as nações seguissem seus passos. A partir desse momento, as relações entre Norte e o Sul passaram a ser formuladas segundo esse modelo: o “desenvolvimento” forneceu o marco de referência fundamental para aquela mistura de generosidade, chantagem e opressão que caracterizou as políticas dirigidas para o Sul. Durante quase meio século, a política de boa vizinhança no planeta foi formulada à luz do “desenvolvimento” (SACHS. W, 2000, p. 11).

³⁴ Nota-se que é justamente o que está salientado nas primeiras linhas do documento Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento (2006), “até 2025 o Espírito Santo alcançará padrões de desenvolvimento próximos aos dos países com as melhores condições de vida na atualidade. E isto não é um sonho. É um projeto viável, como bem demonstra este Plano Estratégico de Desenvolvimento”, (2006, p. 6) já citado em outro momento.

Neste contexto, temos o aparecimento do Plano Marshall³⁵ - Programa de Recuperação Europeia - elaborado pelos Estados Unidos para promover a recuperação dos países aliados europeus atingidos durante a Segunda Guerra Mundial, o que provocou uma “intensa descentralização das grandes empresas dos Estados Unidos no Velho Continente em busca de novos mercados e bens de serviços” (POCHMANN, 2009, p. 27). Além disso, a partir desse contexto são criadas também as organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas, com o objetivo de regular as relações entre os países e orientar os mesmos para alcançar a meta do desenvolvimento. De acordo com Pochmann (2009) “a base geográfica de disputa por novos mercados entre empresas multinacionais europeias e norte-americanas terminou por incluir alguns países não desenvolvidos como África do Sul, Argentina, Brasil, México, Coréia, entre outros” (POCHMANN, 2009, p. 28).

Ignacy Sachs (2005) contribui no debate pontuando que as teorias desenvolvimentistas foram criadas primeiramente com o intuito de reestruturar, a partir de um modelo capitalista, os países da Europa central e oriental, ou seja, em como poderiam diminuir as diferenças entre uma Europa moderna e capitalista (ocidental) e uma Europa atrasada: com “estruturas agrárias anacrônicas, população rural fortemente subempregada e vivendo em grande pobreza, relações de troca (...) desfavoráveis entre produtos agrícolas e industriais, industrialização incipiente (...)” (SACHS, 2005, p. 152). No entanto, “os planos ocidentais para a reconstrução daquela parte da Europa” (SACHS, 2005, p. 152), não foram concretizados e esses países, ao contrário, aderiram a uma política socialista de governo passando a integrar o mundo soviético. Entretanto, não houve perdas em relação a essa política de incentivo aos países europeus, pois “os avanços analíticos e teóricos logrados foram aproveitados no debate sobre a superação do subdesenvolvimento na Ásia, América Latina e África, iniciado pelas Nações Unidas logo após a guerra” (SACHS, 2005, p. 152).

³⁵ O período posterior a Segunda Guerra Mundial foi bastante complicado para os países europeus que se encontraram destruído com o término do conflito. Seria necessário grandes investimentos financeiros para a reconstrução dos mesmos. Neste contexto, foi criado nos Estados Unidos, no final da década de 40, pelo então secretário de Estado George Marshall, um plano econômico cujo principal objetivo era possibilitar a reconstrução dos países capitalistas europeus. A ajuda foi feita, principalmente, através de empréstimos financeiros.

Para Pochmann (2009) este contexto de formação das agências multilaterais (ONU, BIRD, FMI, GATT), e a busca por alcançar padrões de desenvolvimento estendidos também para os países da Ásia, África e América Latina, proporcionou o estabelecimento de uma nova Divisão Internacional do Trabalho. Isto ocorreu porque “o padrão de desenvolvimento mundial se deu por intermédio da contenção do processo de valorização financeira (fictícia) do capital, com a estabilidade do padrão monetário sustentado no sistema ouro-dólar” (POCHMAN, 2009, p. 48). Desta forma, os países que se encontram ainda a caminho do desenvolvimento (como é o caso dos países que integram a Ásia, a África e a América Latina) se viram dependentes dos padrões tradicionais da economia-mundo tendo que manter relações tradicionais na esfera econômica: produtores e exportadores de bens primários, com o intuito de alcançar um padrão monetário desejável.

É neste contexto que se cria, por exemplo, a CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina³⁶ – com o intuito de planejar o desenvolvimento dos países latinos. Desta maneira, os países da América Latina deveriam aplicar um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para deixar a condição de “subdesenvolvimento” e alcançar uma nova condição, que seria a de uma nação desenvolvida. A produção científica da CEPAL foi toda baseada nesta teoria desenvolvimentista (baseada na assimetria entre o que é desenvolvido e o subdesenvolvido) e a partir dela o Estado brasileiro teve legitimidade para proceder com as ações em prol da modernização e industrialização do país, com o intuito de eliminar as raízes que o caracterizavam como subdesenvolvido. A solução teórica encontrada para romper com essas amarras subdesenvolvidas foi dada pela própria CEPAL e passaria pela captação de recursos externos (IVO, 2012).

Tendo em vista o pensamento cepalino, a relação com o mercado externo passa, portanto, a representar uma grande importância para o rompimento do conceito subdesenvolvido (IVO, 2012). Mas, a forma como se estabelece esta relação com o

³⁶A CEPAL foi criada no ano de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), constituindo uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Sua finalidade é monitorar as políticas direcionadas a promoção do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos e fomentar a aproximação econômica desses países. A presença da CEPAL no Brasil data de 1952, a partir de um acordo de colaboração entre a instituição em questão e o BNDES. Neste contexto foi criado o Grupo Misto de Estudos CEPAL/BNDES, que visava avaliar, além de traçar programas de desenvolvimento para o país (Fontes: www.onu.org.br e www.cepal.org.br).

mercado externo é ponto da questão. Neste sentido, é importante enfatizar que no aspecto econômico, tendo em vista o contexto de configuração de uma segunda Divisão Internacional do Trabalho (POCHMANN, 2009), os países latinos mantiveram a condição colonial de produtores e exportadores de bens primários e importadores de produtos manufaturados.

Contribuindo nesta discussão acerca da relação assimétrica entre centro e periferia, elaborada a partir da *era desenvolvimentista*, Furtado (1974) salienta que nos países desenvolvidos, a industrialização contribuiu no processo de aperfeiçoamento do desenvolvimento, garantindo o pleno emprego e o consumo e produção em massa dos produtos produzidos e tudo isso ocorre aliado às intervenções do Estado na economia. Entretanto, nos países subdesenvolvidos o que prevaleceu foi uma forma de manipular a industrialização e a economia para atender ao mercado externo e desse modo o que se observa é uma forma de desenvolvimento focada em pequenos grupos, ou seja, nesses países que ainda não são considerados desenvolvidos apenas uma elite econômica consegue aderir aos frutos do desenvolvimento. A todo o restante da população o que sobra são os custos desse processo. Nas palavras do autor:

[...] a industrialização que atualmente se realiza na periferia sob o controle das grandes empresas é processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram países cênicos [...]. O dinamismo econômico no centro decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanentemente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cênicos. [...] Enquanto no capitalismo cênico a acumulação de capital avançou, no decorrer do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração (FURTADO, 1974, p. 45).

Segundo Cavalcanti (2003), Furtado elenca duas questões nada comuns no debate crítico acerca do desenvolvimento³⁷: 1) os “impactos do processo econômico no meio físico, na natureza”; além da (2) “constatação do caráter de *mito moderno* do desenvolvimento econômico” (CAVALCANTI, 2003, p. 73).

³⁷Cavalcanti salienta que quando o livro foi publicado as discussões sobre os limites do crescimento econômico a partir da dimensão ecológica eram muito incipientes. Praticamente não existiam dentro da disciplina da Economia campos de estudos como a Economia Ambiental e Economia Ecológica.

Sobre a tese do *mito moderno*, podemos considerar que Furtado a elaborou baseando-se em três pilares críticos a noção de desenvolvimento, sendo eles: o desenvolvimento “(a) não pode ser generalizado aos moldes dos países desenvolvidos; (b) existem obstáculos do ponto de vista dos recursos naturais; (c) existem problemas estruturais no Brasil, onde predomina o consumo privilegiado de poucos, o que amplia as desigualdades sociais” (PLEIN; FILIPPI, 2012, p. 17). Com efeito, essa tese do mito é construída por Furtado (1974) baseada na probabilidade nula das periferias atingirem o patamar dos países desenvolvidos, uma vez que isso poria em risco a própria sobrevivência da espécie humana. Novamente nas palavras do autor:

O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. [...] a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. [...] Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito (FURTADO, 1974, p. 75).

Dessa forma, torna-se relevante salientarmos a importância dada por Furtado (1974) a questão ambiental na elaboração das suas reflexões econômicas. De acordo com Cavalcanti (2008), Furtado (1974) “antecipou-se em perceber os condicionantes ambientais do progresso econômico contemporâneo” (CAVALCANTI, 2008, p. 199), uma vez que, para o autor, não haveria desenvolvimento para todos os países uma vez que o modelo proposto pelos próprios países desenvolvidos é incoerente com a possibilidade de sustentabilidade dos recursos naturais no mundo³⁸ (FURTADO, 1974).

Neste sentido, as análises de Furtado contribuem imensamente para este debate, pois ao construir sua crítica sobre esta noção do desenvolvimento desenvolve a mesma apontando para a impossibilidade da existência real desta ideia, em outras palavras, para o autor, o desenvolvimento econômico representa um mito construído pelas sociedades modernas (FURTADO, 1974). Dito isto, torna-se interessante destacar que ao longo destas últimas décadas quase todos os países latinos tentaram seguir este suposto percurso delineado pelos países do norte (principalmente os Estados Unidos), entretanto

³⁸De acordo com Cavalcanti (2008), essa reflexão de Furtado (1974) acerca da impossibilidade do crescimento econômico nos padrões dos países desenvolvidos e, sobretudo da medição através do PIB ocorre após publicação do Relatório do Clube de Roma, de 1972, “Limites ao Crescimento”.

é necessário indagar acerca dos impactos socioambientais que estes países periféricos têm sofrido na tentativa de implantar tais medidas desenvolvimentistas.

Vale salientar que essa relação marcada, hoje, pela oposição entre países modernos e aqueles em vias de desenvolvimento continua evidenciando esse processo de expropriação dos bens e recursos naturais em troca da compra de bens industrializados. De acordo com Sampva (2013), a ideia moderna de exportar *commodities*, que tem dominando o cenário econômico dos países latinos, nada mais é que o processo de “re-primarização” da economia, ou seja, os países periféricos continuam exportando seus recursos naturais enquanto os países centrais exportam bens tecnológicos.

Resumindo, compreendemos que a ideia de desenvolvimento que emerge em meados do século XX, como uma ideia-força (RIBEIRO, 2008) está necessariamente ligada ao seu par subdesenvolvido. A assimetria entre esses dois conceitos determina o atraso de um em relação ao outro e com isso a imposição ideológica do primeiro em relação ao segundo. Salientamos assim, que a busca dos países subdesenvolvidos não vai ter fim nunca, pois só existe desenvolvido se houver os subdesenvolvidos: um representa o par do outro e vice-versa (ESTEVAN, 2000). Com isso, o conceito de desenvolvimento passa a se constituir uma espécie de mito moderno (FURTADO, 1974), uma vez que a probabilidade real dos países subdesenvolvidos alcançarem o patamar dos países desenvolvidos é praticamente nula, uma vez que isso põe em xeque a própria existência humana. Na próxima sessão daremos destaque ao cenário de ambivalências que emerge em decorrência dessa era desenvolvimentista.

2.3. Entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade: a emergência do *desenvolvimento sustentável*

Após um domínio e expansão quase que imperial da racionalidade econômica (LEFF, 2006), a emergência de um cenário de crise ambiental, a partir dos anos de 1960 instaura um período de ambivalências sobre a questão. A emergência desse cenário colocam os indivíduos modernos na tarefa de refletir sobre os padrões de relacionamento com a natureza, levando “a uma revisão dos princípios morais que guiam a conduta dos homens e que legitimam a tomada de decisões sobre as práticas de uso e exploração dos recursos naturais” (LEFF, 2009, p. 281). Tendo em vista a

emergência da necessidade de construir novos valores e formas de interagir com o meio natural, cria-se, segundo o autor uma “cultura ecológica”, compreendida por ele como uma “tomada de consciência dos diferentes protagonistas sociais e uma mobilização da cidadania para proteger o ambiente” (LEFF, 2009, p. 281). Compreendemos que o discurso do desenvolvimento, via crescimento econômico a qualquer custo, que ganhou grande notoriedade durante a década de 1950, vai sofrer uma intensa crítica a partir dos anos 1960 com a emergência da configuração de um cenário internacional de crise ambiental.

Assim, a busca por esta “cultura ecológica” o autor vai definir em outro trabalho, como a emergência de uma nova racionalidade (LEFF, 2006). Para isso, ele parte do pressuposto de que as sociedades modernas, pautadas em uma lógica de produção, industrialização e urbanização, seriam antiecológicas, nas quais o paradigma dominante seria pautado por uma “racionalidade econômica”, sendo, portanto, sociedades insustentáveis. Com a emergência dos problemas ambientais, enquanto problemas sociais, estas sociedades vão se deparar com a necessidade de refletir a respeito de hábitos e valores que influenciam suas relações como o meio natural. Desse modo, como forma alternativa a “racionalidade econômica” surge a “racionalidade ambiental” (LEFF, 2006), que tem o objetivo de buscar elementos que possam se constituir em estratégias produtivas e alternativas ao modelo dominante. Logo,

(...) a construção de racionalidade ambiental implica a necessidade de desconstruir os conceitos e métodos de diversas ciências e campos disciplinares do saber, assim como os sistemas de valores e as crenças em que se funda e que promovem a racionalidade econômica e instrumental na qual repousa uma ordem social e produtiva insustentável. Essas transformações ideológicas e epistêmicas não são efeitos diretos identificáveis a partir do questionamento do conhecimento por diversas classes sociais: implicam processos mais complexos, que põem em jogo os interesses de diferentes grupos de poder em relação à apropriação dos recursos naturais, aos interesses disciplinares associados à identificação e apropriação de um saber dentro do qual se desenvolvem as carreiras científicas e profissionais que se desdobram nas diversas instâncias institucionais do poder e na tomada de decisão. Nesse sentido, o saber ambiental abre uma nova perspectiva à sociologia do conhecimento (LEFF, 2006, p. 282).

Dessa forma, diante da configuração de um cenário de crise ambiental, o paradigma da racionalidade ambiental emerge a partir da desconstrução de sistemas de valores e crenças no qual se pautam a racionalidade econômica que fundamenta a ordem social e produtiva moderna. Logo, a “racionalidade ambiental” se fundamenta na necessidade de

produção de novos saberes que permita o diálogo entre as diferentes disciplinas e as diferentes formas de saberes³⁹.

Na perspectiva dos processos históricos, de acordo com John McCormick (1992), durante os anos de 1960 e 1970, houve um processo de ampliação e massificação da crítica ambiental acerca dos padrões industriais – caracterizado pelo autor como “Revolução Ambientalista⁴⁰”. Nesta acepção, em 1962, o livro de Rachel Carson (“Silent Spring”) é o que se pode chamar de “abre-alas” da revolução. O livro que detalha efeitos adversos da má utilização dos pesticidas e inseticidas químicos sintéticos gerou muita controvérsia e contribuiu para aumentar a consciência pública acerca das implicações da atividade humana sobre o meio ambiente. Em seguida, em 1970, o Earth Day⁴¹ (*Dia da terra*) vem para confirmar que a questão ambiental faria diferença ainda neste século. O evento mencionado reuniu aproximadamente trezentos mil norte americanos, além de envolver a participação dos meios de comunicação no processo em destaque. A importância destes dois eventos se concretiza na contribuição que ambos tiveram para o advento do ambientalismo como uma questão pública (McCORMICK, 1992; HANNIGAN, 1995).

Por conseguinte, começa a ocorrer uma nítida relação entre problemas ambientais e questões econômicas. Nesta perspectiva, a *I Conferência Mundial sobre o Homem e o*

³⁹ Neste aspecto não podemos deixar de destacar que dentro do próprio campo da Economia, esse modelo de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico também sofrerá duras críticas, já a partir da década de 1970. Nessa perspectiva, o trabalho do romeno Nicholas Georgescu-Roegen, será pioneiro ao abordar a economia como um subsistema da ecologia. Georgescu-Roegen que baseia seus estudos na segunda lei da termodinâmica (entropia), afirma que os processos econômicos interagem necessariamente com a natureza durante seu processo de transformação. Segundo CECHIN (2010), “a partir de certo tamanho da economia é possível que os custos socioambientais de um crescimento adicional ultrapassem o os eventuais benefícios em termos de bem-estar material. É bem possível que as economias avançadas já tenham passado esse ponto há muito tempo. A ideia de decrescimento engatinha na academia, mas também ganha força lentamente com slogan político, graças ao romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1966-1994) que foi até o limite na análise da inter-relação entre economia e natureza” (CECHIN, 2012, p.351). De acordo com CAVALCANTI (2012), há “uma crescente percepção de que o sistema ecológico de sustentação da vida encontra-se mais e mais ameaçado” tal percepção é o “ponto de partida da reflexão que deu origem a visão nova da economia Ecológica” (CAVALCANTI, 2012, p.191), que baseada nas reflexões de Georgescu-Roegen concebe a economia um subsistema da natureza, criticando, portanto, a visão dominante de compreender o desenvolvimento apenas como crescimento econômico.

⁴⁰ Neste momento o ambientalismo passa a ser visto como um movimento ativista e político, que pode ser considerado um divisor de águas para o debate ambiental.

⁴¹ De acordo com HANNIGAN, o Earth Day, “começou como uma modesta proposta para debates extracurriculares entre professores e alunos a nível nacional, desenvolveu-se como acontecimento multifacetado com milhões de participantes. O que mais notabilizou o Earth Day, contudo, foi a sua exigência simbólica de ser o Dia primeiro do ambientalismo, uma interpretação que foi amplamente adotada pelos meios de comunicação americanos, e que atribuiu a questão ambiental reconhecimento imediato e generalizado” (HANNIGAN, 1995, p. 15 apud. GOTTLIEB, 1993).

*Meio Ambiente*⁴², realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1972, em Estocolmo (Suécia), retrata justamente este cenário de ambivalência entre crescimento econômico e meio ambiente. A conferência de Estocolmo foi proposta primeiramente pelos Estados Unidos a partir do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Nesta conferência foram abordados temas como os perigos da chuva ácida e o controle da poluição do ar, problemas pautados em trabalhos como *Limites do Crescimento*⁴³ (MEADOWS, 1972). De acordo com Sachs (1992), nesse período as ideias de “meio ambiente” e “problemas globais” emergem na agenda internacional.

As discussões contaram com a presença de 113 países e mais 400 instituições governamentais e não governamentais⁴⁴. Dentre diversos temas trabalhados nesta conferência, torna-se relevante destacar as propostas sobre o controle do crescimento industrial nos países considerados em via de desenvolvimento. À vista disso, o Brasil, apoiado por outros países do eixo Sul, liderou o bloco das nações contrárias ao interesse das propostas para limitar o crescimento industrial de suas economias. Assim, alicerçados numa perspectiva desenvolvimentista, estes países do eixo Sul salientaram a necessidade e o interesse de promover um crescimento a qualquer custo, incentivando a industrialização e a urbanização de seus países. Uma das interpretações possíveis para o impasse em destaque nos permite compreender que por um lado, os países já tidos como desenvolvidos estavam evocando a defesa do meio ambiente como ponto central para o

⁴²Durante esse período é importante salientar também a criação do Clube de Roma (1968) – organização internacional que reuniu chefes de Estados, economistas, cientistas, ambientalistas com a finalidade de estudar a situação ambiental do mundo e analisar possíveis soluções para o futuro da humanidade. Essa organização publicou vários relatórios, entre eles um teve uma grande relevância e destaque, a saber: “Limites do Crescimento”, publicado em 1972.

⁴³ O trabalho *Limites do Crescimento*, elaborado pelo Clube de Roma, tornou-se o mais conhecido, no entanto, outros trabalhos neste mesmo período merecem destaque, como é o caso da “Bomba Demográfica” (*Population Bomb*) e “Plano para Sobrevivência” (*Blueprint for Survival*) do *The Ecologist*. Todos esses trabalhos tiveram sua contribuição “para que parecesse natural imaginar o futuro do globo como resultado da interação das curvas de crescimento quantitativo movendo-se em cinco dimensões” (SACHS, 1992, p. 119). Assim, baseados no questionamento primordial de Malthus e sobre o pressuposto do progresso inevitável, esses estudos previam um enorme desequilíbrio entre o crescimento ilimitado e os recursos naturais disponíveis no meio ambiente. Assinalavam, portanto, para um futuro tenebroso no que tange a viabilidade da espécie humana em um mundo de recursos finitos.

⁴⁴Gostaríamos de destacar entre tantos resultados desta conferência, à criação, pela ONU, do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. Apesar de sua atuação limitada, devido aos poucos recursos disponíveis, a instituição mundial conseguiu implementar um programa específico de conservação marinha: “Programa dos Mares Regionais”. Esse programa foi iniciado em 1974, e teve a particularidade de permitir que as políticas ambientais ficassem a cargo dos países envolvidos, sendo executado como um plano regional (SUASSUNA, 2007), o que foi importante para a criação do Programa de Proteção as Tartarugas Marinhas, conforme veremos no capítulo 3.

debate na conferência, por outro lado, os países que eram considerados não desenvolvidos (ou em vias de desenvolvimento) focavam no combate a pobreza. Em virtude deste impasse, a conferência ficou marcada pela disputa entre o “desenvolvimento zero” – defendida por alguns representantes dos países desenvolvidos – e o “desenvolvimento a qualquer custo” – defendido, principalmente pelas nações subdesenvolvidas (NASCIMENTO, 2012).

No tocante a este cenário, compreendemos que a necessidade institucional de rediscutir os padrões de desenvolvimento econômico aplicados até o momento foi inicialmente exposta a partir da realização desta conferência em Estocolmo. Em decorrência, salientamos que a ambivalência entre meio ambiente e desenvolvimento que marcou o solo do debate ambiental entre as décadas de 1970 e 1980, “colocava em dúvida o modelo de desenvolvimento que se espalhou por quase todos os países do mundo” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 11). Assim, no cenário nacional, os autores chamam a atenção para o cenário de destruição da Amazônia brasileira, que durante os anos de 1980 oportunizou a emergência de:

[...] inúmeros grupos ambientalistas que passaram a questionar a atuação dos governos e das instituições financeiras internacionais, tais como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional cujos projetos de desenvolvimento foram marcados por desastrosas consequências sociais e ambientais. As estratégias de modernização dos países do Terceiro Mundo por essas agências visavam estruturas e reestruturas de instituições sociais, assim como investimentos em infraestrutura, de transporte de energia e de indústria de base como polos de desenvolvimento para aceleração do crescimento econômico. Havia uma expectativa de que, após uma fase inicial denominada de *take off*, ocorresse, quase que automaticamente, a inclusão social através da geração de renda e de emprego, seguida da instalação do estado de “bem-estar” social, o processo *trickle down*. (Ibid., 2010, p. 11).

Este cenário de intervenções governamentais visando à modernização passa a ser criticado, tanto no nível nacional, com foi o caso do movimento dos Povos da Floresta, liderado pelo ativista político e seringueiro Chico Mendes, como no cenário internacional. A publicação do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), mais conhecido como Relatório Brundtland – “*Nosso Futuro Comum*”, reitera formalmente tal discussão no cenário internacional, destacando o conceito de *desenvolvimento sustentável*.

Destacamos que no referido relatório, “a questão ambiental deixava de ficar restrita ao meio natural e adentrava o espaço social. Graças a esse embate, o binômio desenvolvimento (economia) e meio ambiente (biologia) é substituído por uma tríade, introduzindo-se a dimensão social” (NASCIMENTO, 2012, p. 53). Destarte, a partir da divulgação do conteúdo deste relatório popularizou-se o termo “desenvolvimento sustentável”, no intuito de indicar um novo paradigma de desenvolvimento no qual as sociedades continuaram a produzir e a crescer economicamente, mas agora respeitando o meio ambiente e resguardando o mesmo para as gerações futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

No contexto de divulgação do documento, sobretudo, na realização da *Segunda Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*⁴⁵ – o debate em torno do padrão de desenvolvimento a ser adotado pelos países passou a ser elaborado não só pelo aspecto econômico, mas os aspectos políticos, sociais e ambientais passaram a integrar este debate também, possibilitando com isso a emergência, ao menos no plano do debate, de um novo paradigma de desenvolvimento que mesclasse o crescimento econômico com a proteção ambiental e o respeito aos seres humanos.

Com efeito, no final do século XX, a questão ambiental ganhou a importância de um problema global, mobilizando diversos campos das sociedades modernas. O tema da sustentabilidade vem gradativamente ocupando os debates de grupos ambientalistas, sociedade civil, ONGs, universidade, setor empresarial e entrando nas agendas das políticas públicas. Entretanto, “a ampla difusão da preocupação de governos e setores da sociedade civil com os problemas ambientais ou mesmo a extensa agenda de discussões em fóruns internacionais não resultou em um consenso em torno de soluções” (ALONSO e COSTA, 2000, p. 115), no que concerne aos processos ambivalentes entre meio ambiente e desenvolvimento. Na verdade, salientamos que a ampla difusão do debate ambiental tem contribuído para que a questão seja interpretada e refletida a partir de diferentes perspectivas analíticas.

⁴⁵ A CNUMAD-92, também conhecida como ECO-92, ocorreu na cidade do Rio De Janeiro. Neste evento o conceito de desenvolvimento sustentável ganha força, sobretudo a partir da elaboração do documento intitulado a Agenda 21.

Dessa forma, torna-se necessário considerar que o cenário descrito no início deste capítulo, a saber: a hegemonia do desenvolvimento – pautado no crescimento econômico – vai ser gradativamente substituída, no final do século XX, pela noção de desenvolvimento sustentável. À vista disso, identificamos que a noção de desenvolvimento sustentável emerge como um “slogan vazio” (DALY, 2004) neste final de século XX, uma vez que esta ideia se mostrou tão elástica que se tornou esvaziada de conteúdo (RIBEIRO, 1991). Nesta mesma perspectiva crítica acerca da noção de desenvolvimento sustentável, compreendemos, portanto, a necessidade de discutir não somente o adjetivo do desenvolvimento, mas, discutir principalmente o próprio conteúdo inerente a esta ideia (DIEGUES, 1992).

Nessa perspectiva, compreendemos que o novo paradigma do desenvolvimento não foi capaz de rever os próprios padrões de crescimento econômico e industrial, que continuaram baseados na dependência e conseqüente exploração desenfreada dos recursos naturais, conforme é possível observar no processo de “*reprimarização da economia*”, cujos países da América Latina ainda estão vivenciando neste início de século XXI (SVAMPA, 2013), aspecto este identificado no estado do Espírito Santo, conforme mostrou o estudo de caso realizado no distrito de Regência, município de Linhares, no qual analisaremos nos próximos capítulos.

2.4. Reflexões sobre a reapropriação da natureza e as distintas linguagens de valoração do ambiente

Diante do exposto, no cenário pós Eco-92, o discurso do desenvolvimento sustentável torna-se uma *doxa* dentro do que podemos chamar de campo ambiental (ACSELRAD, 2004). O discurso é enfatizado nas distintas esferas sociais: ativistas ambientais, sociais, ONGs, políticos, empresários, cientistas, jornalistas, veículos de comunicação, entre outros. Todos falam em desenvolvimento sustentável ou na busca pela sustentabilidade.

No cenário local, identificamos que a elaboração de políticas públicas não foge a regra do discurso ao desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, a elaboração da *Agenda 21* do estado do Espírito Santo, marcada pela concepção de desenvolvimento sustentável não deixa de dar ênfase, no entanto, a necessidade de crescimento econômico (TRIGUEIRO; LEONARDO, 2011). Seguindo o mesmo viés o documento

Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento (2006) também é marcado pela ênfase na industrialização e no crescimento econômico como forma de viabilizar o desenvolvimento local. Logo, tomando emprestadas as palavras de Zhouri e Laschefski (2010), “ocorre que o discurso do desenvolvimento sustentável foi apropriado, neste contexto, em um sentido diferente daquele pretendido pela luta dos “povos das florestas” e de seus apoiadores” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 13), ou seja, todos reivindicam o desenvolvimento sustentável, desde a empresa que produz e comercializa o petróleo, as comunidades que são impactadas por esta atividade e o Estado – que no seu suposto papel de neutralidade tem a função de remediar e conciliar os diversos interesses em jogo – todavia, é importante salientar, as falas apontam para expectativas distintas.

Nessa perspectiva de análise, a compreensão que Joan Martinez Alier (2007) conduz acerca das diferentes formas de pensar e agir sobre o meio ambiente nos interessa, para uma aproximação dos diversos interesses e racionalidades encontradas no interior do campo ambiental. Para o autor há distintas formas de reivindicar a sustentabilidade, sendo, possível distinguir três correntes principais, a saber: o “*culto ao silvestre*”, o “*credo da ecoeficiência*” e “*ecologismo popular*”.

O culto ao silvestre e o Preservacionismo como um tipo de política ambiental

Uma análise histórica nos permite identificar que as raízes desta corrente são amiúde identificadas no contexto político norte americano do final do século XIX, sobretudo no movimento que objetivava preservar as áreas virgens nos Estados Unidos cujo principal representante pode ser identificado na figura de John Muir (1838-1914). Diante de um cenário de intensa industrialização, o movimento em questão buscava preservar espaços naturais livres de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional da ação humana, partindo do princípio de que o homem é necessariamente destruidor da natureza (McCORMICK, 1992; HANNIGAN, 1995; DIEGUES, 1996; FRANCO; DRUMMOND, 2012)

Com efeito, a inspiração do movimento tem estreitas relações com um conjunto de obras da literatura norte americana escritas em meados do século XIX. Obras que destacam as belezas das áreas virgens localizadas na área oeste do continente e

salientam a relação de desfrute das mesmas por parte dos seres humanos. Assim, para Keith Thomas (1983) é possível verificar, já no século XVIII, na Europa Ocidental, um conjunto de ideias que valorizavam o mundo natural domesticado em detrimento das consequências negativas (poluição, desordenamento urbano, aumento populacional, desemprego) do mundo urbanizado e industrial⁴⁶, o que de certo modo contribuiu para a inspiração desta corrente preservacionista.

Outro fator importante que contribuiu para a formação do pensamento preservacionista é a relação com as novas descobertas científicas no campo da Biologia. As descobertas não ocorreram em território norte americano, mas contribuíram na elaboração dos princípios e valores defendidos pela corrente preservacionista norte-americana. Assim, é importante destacar que o movimento também teve “influência de ideias europeias, como a noção de ecologia, cunhada pelo darwinista alemão Ernst Haeckel, em 1866, segundo o qual os organismos vivos interagem entre si e com o meio ambiente” (DIEGUES, 1996, p. 31). Recentemente soma-se a esta influência científica, o campo da biologia da conservação, que se desenvolve desde 1960, e também fornece a base científica que respalda esta corrente do ambientalismo (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Os preservacionistas norte-americanos “propunham, assim, “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem”, conforme nos informa DIEGUES (1996, p. 11). Ainda nas palavras do autor:

É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos E.U.A. A noção de “wilderness” (vida natural/selvagem, subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (DIEGUES, 1996, p. 24).

O movimento conquistou uma importante vitória, no ano de 1890, com a criação do Parque Nacional de *Yosemite*. Em seguida, o ativista John Muir tornou-se fundador do *Sierra Club* – umas das mais importantes organizações ambientalistas do mundo

⁴⁶ De acordo com o autor, durante a Revolução Industrial o ambiente das cidades tornou-se, muitas vezes, insalubre, o que contribuiu para uma veneração e idealização da vida simples e natural do campo.

(HANNIGAN, 1995; DIEGUES, 1996). Os valores e interesses identificados neste movimento norte-americano, que se expande internacionalmente, Martinez-Alier (2007) aproxima analiticamente ao conjunto de interesses do que ele chamada de *culto ao silvestre*. Para o autor, o que caracteriza os adeptos desta corrente é a valorização de uma natureza intocada, que ocorre a partir da criação de espaços ambientalmente preservados e que não tenham a interferência humana. Identificamos que os interesses para a preservação ambiental “surge do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para os interesses materiais.” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 22). Sendo assim, os valores e as ações dos adeptos desta corrente estão bem próximos de um processo de sacralização da natureza, muitas vezes, em detrimento dos próprios seres humanos. Logo, assim como o movimento preservacionista norte-americano, o *culto ao silvestre* também defende a criação de espaços ambientalmente protegidos, como os parques naturais, nos quais a natureza passa a ser domesticada e reverenciada pelos seres humanos.

Tomando empresta as palavras do autor: “a principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, denominadas de parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana” (MARTINEZ-ALIER, 2007, 24). É possível falar em, “gradações a respeito das proporções que as áreas protegidas toleram em termos de presença humana, se estendendo desde a exclusão total até o manejo consorciado com as populações locais” (Ibid.). Todavia, “os fundamentalistas do silvestre entendem que a gestão conjunta nada mais configura do que converter a impotência em virtude, sendo a exclusão, o seu ideal”. (Ibid.). Dessa forma, “uma reserva natural poderia admitir visitantes, mas não habitantes humanos” (Ibid.).

A implantação e manutenção de áreas naturais protegidas tem se tornado um dos principais elementos de estratégia para a preservação ambiental no mundo. É possível verificar este modelo de política ambiental em diversas partes do globo. Países como os Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, África do Sul, Chile, Argentina, entre outros da América do Sul, como é o caso do Brasil que adotaram esta estratégia para a preservação da natureza. Todavia, uma das críticas feita a esta corrente é que seus adeptos não enfrentam a totalidade do debate a cerca da relação entre ser humano e natureza ou até mesmo a relação entre a vida silvestre/natural/rural, com a vida urbana.

Pelo contrário, os defensores desta corrente tendem a ver a relação ser humano e natureza a partir de um modelo disjuntivo, no qual o ser humano deve ser excluído do meio natural, pois ele é visto como um ser destruidor deste ambiente. Contudo, não é novidade no debate acadêmico, que estas áreas falsamente caracterizadas como áreas virgens e intocadas, sempre sofreram a ação humana, o que não significa dizer que foram destruídas por essas ações⁴⁷ (DIEGUES, 1996; ARRUDA, 1999; MARTINEZ-ALIER, 2007).

Dessa forma, de acordo com Diegues (1996), a noção de natureza intocada ou “*wilderness*” é na verdade um grande mito moderno, que tem raízes na representação simbólica de que haveria áreas intocadas, ainda em seu estado “puro” de natureza e que por isso, deveriam ser preservadas⁴⁸. Tal pensamento mitológico se associa de forma simbiótica ao pensamento empírico-racional (estudos da ecologia, biodiversidade, por exemplo) que de certa forma sobressai na justificativa do discurso ambiental. Tomando emprestadas as palavras do autor, é possível referir-se a esse mito moderno como um “conjunto de representações existentes entre os setores importantes do conservacionismo ambiental de nosso tempo, portador de uma concepção biocêntrica das relações homem-natureza, pela qual o mundo natural tem direitos idênticos ao ser humano” (DIEGUES, 1997, p. 325), ou muitas vezes superiores aos próprios indivíduos. A partir dessa reflexão, é possível tecer importantes críticas às políticas ambientais de caráter exclusivamente preservacionistas.

Atualmente, há uma vasta bibliografia que demonstra que tal política tem gerado inúmeras divergências entre Estado e populações residentes. (DIEGUES, 1996; ARRUDA, 1999; FERREIRA, 2004; CREADO, 2006). Isso ocorre, tendo em vista que o modelo de política preservacionista estabelece uma separação dicotômica entre seres

⁴⁷ O próprio Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, o primeiro parque nacional do mundo, não foi criado em uma região desabitada e intocada. Pelo contrário a área era ocupada por grupos indígenas, que é importante destacar, desde o início criticaram a ocupação dos seus territórios ancestrais, conforme bem analisa Diegues (1996).

⁴⁸ Esse mito pode ter origem da representação cristã de que haveria um “paraíso terrestre”, conforme analisa Diegues (1996). Para o autor, a representação de tal paraíso pode ter sido materializada, portanto, na criação dessas áreas supostamente intocadas. Tomando emprestadas as palavras do autor: “Esse mito do paraíso perdido e de sua reconstrução parece estar na base da ideologia dos primeiros conservacionistas americanos. Assim, Thoreau escreveu em 1859: *o que nós chamamos de natureza selvagem é uma civilização diferente da nossa* (apud Nash, 1989). Dessa forma, os primeiros conservacionistas pareciam recriar e reinterpretar o mito do paraíso terrestre através da criação dos parques nacionais desabitados, onde poderia contemplar as belezas da Natureza” (DIEGUES, 1997, p. 323).

humanos e natureza e, muitas vezes, supervaloriza o ambiente e seus recursos naturais em detrimento da reprodução material e cultural dos moradores de áreas protegidas ou próximos a estas áreas. Apesar das possíveis divergências⁴⁹ nos estudos sobre seres humanos em áreas protegidas, de forma geral, tais reflexões apontam para a emergência do conflito nas relações entre Estado (representado na figura dos agentes e técnicos ambientais) e populações locais e/ou residentes (podendo ser elas tradicionais ou não), tendo em vista a existência de distintas lógicas e interesses para a gestão dos bens coletivos de uso comum (como o meio ambiente e seus recursos naturais), que muitas vezes não conseguem convergir para um interesse homogêneo, pois cada grupo tem sua maneira de representar e agir sobre o meio natural.

O credo da ecoeficiência: modernização ecológica e desenvolvimento sustentável como políticas ambientais

Desprovidos de uma noção sagrada da natureza, conforme identificamos na corrente anterior, os adeptos desta corrente acreditam no “*desenvolvimento sustentável, na modernização ecológica e na boa utilização dos recursos*”, logo, a preocupação está nos “impactos da produção de bens e com o manejo sustentável dos recursos naturais, e não pela perda dos atrativos da natureza ou dos seus valores intrínsecos” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 26). Portanto, pautados por uma lógica utilitarista, o grande objetivo desta corrente é remediar a degradação ambiental causada pelo processo de urbanização e industrialização, ou seja, a natureza é vista em favor do ser humano e a necessidade de preservá-la decorre justamente desta lógica utilitária do ser humano.

O termo “evangelho da ecoeficiência” é uma homenagem à descrição de Samuel Hays sobre o *Movimento Progressista pela Conservação* dos Estados Unidos, que teve forte atuação no período entre 1890 a 1920, enquanto um “evangelho da eficiência” (Ibid., 2007). Nesse sentido, identificamos que as raízes desta corrente também são encontradas no movimento ambientalista norte americano. No entanto, divergindo do interesse de criação de espaços ambientalmente protegidos e com fins de contemplação

⁴⁹Para Ferreira (2004), há no Brasil atualmente duas grandes linhas de pesquisa que trata acerca dos aspectos político-institucionais da presença humana em áreas protegidas. Sendo elas: 1) aquelas que enfatizam as populações tradicionais no manejo sustentável dos recursos naturais (corrente na qual, a autora tece críticas, pois considera que a mesma exclui outros sujeitos que não são caracterizados como populações tradicionais de terem direitos garantidos a essas áreas), e 2) aquelas que relacionam a mudança social e os conflitos em áreas protegidas.

da natureza, defendida por John Muir, esta segunda corrente tem como ponto principal a boa gestão dos recursos naturais, sobretudo a defesa do manejo florestal científico, aspecto defendido principalmente por Gifford Pinchot (1865-1946)⁵⁰. Martinez-Alier (2007) salienta ainda que esta corrente “possui raízes em outros campos que não o florestal, como o provam os muitos estudos realizados na Europa desde meados do século XIX sobre o uso eficiente da energia e sobre a química agrícola (os ciclos dos nutrientes)⁵¹”, além disso, o autor destaca que “outras raízes dessa corrente podem ser encontradas nos numerosos debates do século XIX entre engenheiros e especialistas em saúde pública quanto à contaminação industrial e urbana” (Ibid., 2007, p. 27).

De maneira geral, os conservacionistas⁵² objetivavam explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável (McCORMICK, 1992; HANNIGAN, 1995; MARTINEZ-ALIER, 2007; DIEGUES, 1998; FRANCO; DRUMMOND, 2012). Nesse sentido, o saber técnico tem prevalência no trato com a natureza e com isso “a ecologia se converte em uma ciência gerencial para limpar ou remediar a degradação causada pela industrialização” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 28). Os valores desta corrente atualmente dominam os debates ambientais, políticos e sociais nos Estados Unidos e de forma mais acentuada na Europa, sendo que “os conceitos-chaves são as *curvas Ambientais de Kuznets*⁵³, o *desenvolvimento sustentável*, interpretado como crescimento econômico sustentável; a busca de soluções de ganhos econômicos e ganhos ecológicos – *win-win* – e, *modernização ecológica*⁵⁴” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 28).

O contexto de crise ambiental que emerge em meados da década de 1960 vai repercutir na década seguinte em discursos ambivalentes no trato com a natureza. De acordo com LENZI (2006), documentos como *Limites do Crescimento* (MEADONS, 1972), que

⁵⁰ Engenheiro Florestal treinado na Alemanha (Diegues, 1998).

⁵¹ Nas palavras do autor: “essa noção é implícita, por exemplo, quando Liebig [referência a Justus Von Liebig (1803-1873), renomado químico alemão, com ampla atividade científica no processamento de alimentos e produção de fertilizantes] advertiu em 1840 sobre a dependência do guano [fertilizante natural encontrado nas ilhas do litoral pacífico da América do Sul, principalmente o Peru] importado, ou quando Jevons [referência a William Stanley Jevons (1835-1882), economista britânico] em 1865, escreveu o seu livro sobre o carvão, assinalando que uma maior eficiência das máquinas a vapor, paradoxalmente, respalda uma utilização ampliada do carvão ao baratear seus custos de produção”.

⁵² Como ficaram conhecidos em oposição aos preservacionistas norte-americanos.

⁵³ Segundo o autor, “pelas quais o incremento de investimentos conduz, em primeiro lugar, a um aumento da contaminação, mas no final conduz a sua redução” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 27).

⁵⁴ Terminologia criada por Martin Jaenicke (1993) e por Arthur Mol (1995).

tiveram grande impacto no movimento ambiental no período em destaque, passaram a ressaltar a necessidade de um maior *input* em termos de ciência e tecnologia, enquanto obras como *Blueprint for survival* e *Small is beautiful*, também bastante influentes entre os grupos ambientais, começaram numa direção oposta (LENZI, 2006, p. 54). Enquanto o primeiro trabalho depositava uma confiança excessiva nas novas tecnologias, os dois últimos trabalhos operavam uma crítica geral a sociedade de consumo da época, gerando *ambiguidades no movimento ambientalista*⁵⁵ na época o que provocou uma mudança de estratégia, ou seja, se na década de 1970 havia um grande confronto com o Estado, na década seguinte o movimento ambientalista se mostrou menos radical⁵⁶ (Ibid., 2006).

Em decorrência disso, passou a emergir um novo sistema de crenças⁵⁷ – chamado de *modernização ecológica*, “que desafiava a suposição fundamental da visão política convencional segundo a qual haveria um jogo de soma zero entre prosperidade economia e cuidado ambiental” (Ibid., p. 56). Nesse contexto, as atividades da OECD e ONU foram grandes influências para a emergência deste novo discurso, que identifica a “poluição como uma questão de ineficiência dos sistemas industriais e tecnológicos”, argumentado assim, que “os custos da poluição deveriam ser pagos pelos próprios poluidores”, ressaltando, portanto, a “crença na compatibilidade entre políticas econômicas e ambientais” (Ibid., p. 56).

Com efeito, para os adeptos desta corrente, a conservação deveria está baseada em três princípios: “o uso dos recursos naturais para as gerações presentes; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria” (DIEGUES, 1996, p. 29). Nesse sentido, vale a pena salientar que, estas ideias foram precursoras da ideia amplamente divulgada, através do *Relatório Brutland*, de 1987, *Nosso Futuro Comum*, produzido pela da ONU, de “*desenvolvimento sustentável*”, conforme expõe Diegues (1996):

⁵⁵ LENZI (2006) faz referencia a HAJER (1995).

⁵⁶ O autor destaca ao menos quatro fatores que provocaram essa mudança na postura do movimento ambiental, a saber: 1) o cenário de crise economia na década de 1970; 2) a crescente profissionalização do movimento ambiental; 3) crescente reconhecimento de falhas nas políticas ambientais governamentais até então existentes; 4) o aparecimento de um discurso alternativo – no caso a modernização ecológica – que começou a emergir em “vários círculos acadêmicos e em trabalhos que foram fruto de alianças entre ONGs ambientais e organizações transnacionais (OECD, UNEP e ONU)” (LENZI, 2006, p. 55).

⁵⁷ Lenzi (2006) faz referencia a Weale (1992).

A influência das ideias de Pinchot foi grande, principalmente, no debate entre “desenvolvimentistas” e “conservacionistas”. Essas ideias se tornaram importantes, para os enfoques posteriores, como ecodesenvolvimento, na década de 70. Estiveram no centro dos debates da *conferencia de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano* (1972), na Eco-92, e foram amplamente discutidas em publicações internacionais, como a *Estratégia Mundial para a Conservação da UICN/WWF* (1980), e em *Nosso Futuro Comum* (1986) (Ibid., p. 29).

É interessante ressaltar que os agentes desta segunda corrente utilizam a palavra “natureza”, mas de maneira geral utilizam mais a expressão “recursos naturais”, mostrando claramente os objetivos utilitários para a preservação ambiental. Assim, o objetivo do “credo da ecoeficiência” é garantir a gestão científica dos recursos naturais para conseguir a utilização permanente desses recursos por parte dos seres humanos. Logo, “esse credo é atualmente um movimento de engenheiros e economistas, uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida da noção do sagrado” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 27). O autor salienta ainda que, esta corrente “tem sido descrita como o vínculo empresarial com o desenvolvimento sustentável” (Ibid., p. 28).

Diante do exposto, torna-se relevante salientar que, o autor não desconsidera a complexidade da preocupação ambiental no interior dos Estados Unidos e no cenário mundial, no entanto, reitera o posicionamento de que “as duas correntes ecologistas dominantes, não só nos Estados Unidos como também no cenário mundial, são o *culto ao silvestre* e o *credo da ecoeficiência*” (Ibid., p. 31). Com efeito, a primeira é uma reverência transcendental para com a natureza e a segunda expõe a gestão científica dos recursos naturais tendo a finalidade de conseguir a utilização permanente dos mesmos. Nesse sentido, o autor deixa claro ainda que, independente da corrente que detém a primazia, essas “duas vertentes do ambientalismo [...] convivem atualmente e simultaneamente, entrecruzando-se às vezes” (Ibid., p. 32).

O Ecologismo Popular e o Movimento por Justiça Ambiental

Numa perspectiva oposta e desafiadora as duas correntes descritas acima, tem conquistado notoriedade a corrente do *ecologismo dos pobres*, *ecologismo popular* ou movimento de justiça ambiental⁵⁸. Os ativistas desta corrente estão preocupados em

⁵⁸Ainda segundo Martinez-Alier, podendo ser denominada também de ecologismo da *livelihood*, do sustento, da sobrevivência humana (GARI, 2000) e, inclusive, como ecologia da libertação (PEET e WATTS, 1996).

refletir sobre os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da necessidade de preservação ambiental e de suas consequências. Assim, ela reflete a respeito do crescimento econômico, pontuando que este “implica maiores impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 33).

Os motivos para surgimento desta terceira corrente estão relacionados aos impactos decorrentes dos projetos industriais, que no contexto de desenvolvimentismo ocidental, se espalhou internacionalmente. Segundo Martinez-Alier, para suprir a demanda de crescimento econômico e desenvolvimento dos países do hemisfério Norte, os países do hemisfério Sul, que são atualmente portadores dos recursos naturais, precisam disponibilizar seus recursos para a manutenção do projeto de desenvolvimento dos países do Norte. Assim,

O resultado em nível global é que a fronteira do petróleo e do gás, a fronteira do alumínio, a fronteira do cobre, as fronteiras do eucalipto e do óleo de palma, a fronteira do camarão, a fronteira do ouro, a fronteira da soja transgênica [...] Todas avançam na direção de novos territórios, isso gera impactos que não são solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas e, portanto, atingem desproporcionalmente alguns grupos que muitas vezes protestam e resistem (ainda que tais grupos não sejam denominados de ecologistas). Alguns grupos ameaçados apelam para os direitos territoriais indígenas e igualmente para a sacralidade da natureza para defender e assegurar seu sustento (Ibid., 2007, p. 34).

Nessa perspectiva Martinez-Alier retrata que a crescente escassez dos recursos naturais bem como a degradação dos ecossistemas, decorrentes de um cenário desenvolvimentista e de modernização, afetam de modo desigual e injusto diferentes grupos sociais e áreas geográficas. Logo, diferentes formas de degradação ambiental acontecem predominantemente em locais onde vivem as populações de menor renda, comunidades negras e indígenas. A compreensão deste fenômeno social oportuniza a formação do conceito de *injustiça ambiental*, bem como da emergência do *Movimento por Justiça Ambiental*.

No campo analítico, o termo *injustiça ambiental* foi cunhado no cenário internacional para designar o fenômeno de imposição desigual dos riscos ambientais destinado a grupo de pessoas economicamente, socialmente, culturalmente e politicamente marginalizado. Dito de outra forma, podemos compreender o termo como um

“mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2008, p. 2).

Tal percepção dos impactos ambientais vai na contramão de uma percepção dominante de crise ecológica, esta “entendida como global, generalizada, atingindo a todos de maneira indistinta” (ACSELRAD; MELLO; BEZZERA, 2009, p. 12). Para os autores em destaque é possível perceber que para as populações mais pobres e grupos étnicos desprovidos de poder, os riscos e danos ambientais decorrentes do processo de extração dos recursos naturais são desproporcionalmente maiores (Ibid., 2009). Assim, o termo *justiça ambiental* é compreendido como um conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas suporte uma parcela “desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas” (HERCULANO, 2008, p. 2). Nesta perspectiva, a temática da justiça ambiental torna-se de extrema relevância no Brasil, tendo em vista as razões extremas de desigualdade da sociedade brasileira, que de acordo com a autora, “ironicamente, as gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam a exposição desigual à poluição e ônus desigual dos custos do desenvolvimento” (Ibid., 2008, p. 5).

Portanto, ao contrário da perspectiva teórica de que os riscos ambientais são considerados democráticos, as análises sobre a o cenário de injustiça ambiental revela uma desigualdade no tratamento das condições sociais e ambientais aos quais distintos grupos estão submetidos (ACSELRAD, 2004). Nesta perspectiva, o conceito de *injustiça ambiental* torna-se revelador de assimetrias sociais, uma vez que é entendida como:

[...] a condição de existência coletiva própria a sociedade desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (ACSELRAD, 2004, p. 10).

Em um horizonte político, a luta pela justiça ambiental tem se convertido em um movimento organizado contra o *racismo ambiental*, que desde a década de 1980,

emergiu nos Estados Unidos da América, e vem se espalhando em outras regiões do globo, sobretudo nos países da América Latina, nos países do continente africano e asiático (MARTINEZ-ALIER, 2007; ACSELRAD, 2009).

Logo, identificamos que o Movimento por Justiça Ambiental começou a ser organizado nos Estados Unidos, “a partir da articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis” (ACSELRAD, 2009, p. 17). Através da divulgação de casos emblemáticos de contaminação, como o caso de contaminação química em Love Canal, Niagara, estado de Nova York⁵⁹ e contaminação por PCB (polychlorinated biphenyls) de uma comunidade negra em Warren County, Carolina do Norte⁶⁰, entre outros casos, no qual foi verificado a ocorrência de uma carga desproporcional dos danos ambientais para as regiões onde vivem a maior parte de populações negras e pobres nos Estados Unidos da América. Diante dessas evidências, ativistas sociais, cientistas políticos e sociais passaram a tratá-las pelo fenômeno de *racismo ambiental*, ou seja, “imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor” (ACSELRAD, 2009).

Nesta perspectiva, torna-se interessante notar que “objetivamente, o movimento organizado pela justiça ambiental se enraíza antes nas mobilizações referentes aos direitos civis do que nas lutas ambientais propriamente ditas” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 231). Martinez-Alier, inclusive traça um paralelo entre a luta pela igualdade e direitos civis dos negros norte-americanos liderado pelo ativista Martin Luther King com o movimento por justiça ambiental⁶¹. No Brasil, a referência clássica a luta por justiça ambiental é feita ao ativista político e seringueiro Chico Mendes. E desde então, vem emergindo diversas outras lutas, como é o caso Xingu Vivo, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração (MAM), Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, entre inúmeras outras. Todas estas lutas, apesar de suas particularidades, são uma

⁵⁹ Quando moradores de um conjunto habitacional de classe média baixa descobriram que o terreno onde residiam tinha sido aterrado com dejetos químicos industriais e bélicos.

⁶⁰ Em 1982, os moradores desta comunidade descobriram que havia um aterro para depósito de solo contaminado por substância química que seria instalado na região próxima onde moravam.

⁶¹ Martinez-Alier recorda que a última viagem de Martin Luther King para Memphis, Tennessee, ocorrida em abril de 1968, “tinha por meta conquistar melhores condições de trabalho para os coletores de lixo, cuja saúde estava exposta a sérios perigos” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 231).

ofensiva declarada ao crescimento econômico desenfreado e as políticas desenvolvimentistas que não contemplam os distintos modos de viver e se relacionar com a natureza, portanto, podem e devem ser englobadas na luta por Justiça Ambiental⁶². Nesse sentido, torna-se necessário enfatizar que:

[...] o eixo principal desta terceira corrente não é uma reverência sagrada a natureza, mas antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 34).

Diante dessas diferentes formas de pensar e agir em relação ao meio ambiente, é impossível que não ocorram embates políticos, ideológicos, sociais econômicos, culturais a respeito das questões ambientais. Todavia, a questão que nos inspira neste trabalho é compreender de que forma estes embates tem se dado no plano da prática. No que tange as reflexões analíticas compreendemos que a partir das ambivalências entre desenvolvimento e meio ambiente que emergiram em meados do século passado, no início dos anos 1990, a ideia de desenvolvimento sustentável se expande e torna-se uma *doxa* no debate ambiental, contudo, na prática esta ideia tem se mostrado tão elástica que se torna esvaziada de conteúdo (RIBEIRO, 1991). Entendemos, portanto, que tal concepção carrega para si a promessa de solucionar os graves problemas ambientais, no entanto, na prática não abre mão do crescimento ilimitado, que atualmente vem sendo realizado, sobretudo, via o processo neoextrativista.

Na próxima sessão abordamos breves considerações sobre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil e o embate que tem sido travado entre o grupo dos socioambientalistas e grupos dos preservacionistas/conservacionistas no Brasil.

Socioambientalismo versus Preservacionismo/Conservacionismo: O debate sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil

Diante do exposto, compreendemos que fundamentadas na noção preservacionista e assimétrica entre o ser humano e a natureza, um viés da política ambiental no Brasil tem se mostrado preocupado em enfatizar a necessidade de criação de áreas naturais

⁶² No Brasil, em 2001 é institucionalizada a Rede Nacional De Justiça Ambiental.

protegidas. De acordo com representante do ICMBio (Vitória/ES)⁶³ o estabelecimento de um sistema de áreas protegidas (APs) representa uma das formas de garantir a conservação da diversidade biológica de um país. No Brasil as áreas protegidas incluem: 1) áreas de preservação permanente (APP's); 2) reservas legais; 3) terras indígenas; e 4) unidades de conservação⁶⁴. Salientamos que de acordo com técnico do ICMBio: “as unidades de conservação constituem-se em uma categoria de área protegida mais específica e efetiva” que as demais áreas protegidas instituídas no país.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC⁶⁵ foi instituído, no Brasil, no ano 2000, com a finalidade de regularizar os tipos e os usos das unidades de conservação no país. De acordo com o SNUC (BRASIL, 2000) é possível entender por unidade de conservação:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Segundo o Inciso I do Art. 2º da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000).

Esta legislação corresponde um importante marco para a criação, implantação, consolidação e gestão das unidades de conservação no Brasil. Todavia, é importante ressaltar, que sua tramitação durou oito anos⁶⁶ no Congresso Nacional, o que é justificável tendo em vista as diferentes posições e projetos assumidos pelos distintos agentes nesta arena decisória. Com efeito, podemos dividir os múltiplos interesses e racionalidades que orientaram os debates durante a tramitação desta legislação a partir de dois blocos de interesses, a saber: 1) os *preservacionistas/conservacionistas* –

⁶³Em palestra proferida no II Mini Simpósio da Oceanografia sobre Gestão Costeira, ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 15 de fevereiro de 2014.

⁶⁴O conceito de unidades de Conservação (UC) é uma particularidade da legislação brasileira, assim como o conceito de áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais. Internacionalmente, convencionou-se chamar esses espaços de áreas naturais protegidas ou mesmo parques naturais (CREADO; FERRERA, 2011).

⁶⁵ Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

⁶⁶Antes da chegada do projeto no Congresso Nacional, salientamos que há um histórico de elaborações e reelaborações desse projeto, que pode ser dividido em três momentos. O primeiro corresponde ao ano de 1988 quando foi elaborada uma primeira proposta de Projeto de Lei, recomendado pelo antigo IBDF e realizado pela Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), dessa fase chegou-se ao anteprojeto a partir de várias reuniões técnicas e workshops (ocorridos em São Paulo e Brasília). A segunda fase inicia-se no ano de 1989, quando o anteprojeto foi entregue ao IBAMA, mas durou mais três anos – período no qual o anteprojeto foi analisado, discutido e aprovado (com modificações) e entregue a Casa Civil da Presidência da República. Em 1992, iniciou-se o terceiro momento, quando o documento foi encaminhado a Câmara dos Deputados, onde se promoveu um amplo debate acerca das experiências de conservação envolvendo a presença humana.

centrados na preservação da biodiversidade; 2) os *sociambientalistas* – aqueles que defendem os interesses dos grupos sociais afetados pela criação de áreas protegidas FERREIRA, 2004; CREADO; FERREIRA, 2012),

Sobre o primeiro bloco de interesse, é importante salientarmos que a clássica polarização entre *preservacionistas/conservacionistas* que nos E.U.A contribuiu para gerar tensões entre órgãos do governos e as correntes do pensamento ecológico, não encontrou no Brasil o mesmo antagonismo. Logo, identificamos que no caso brasileiro, em contexto anterior a elaboração do SNUC, “os argumentos usados para justificar um cuidado maior com o mundo natural oscilavam de uma perspectiva mais pragmática, voltada para a conservação dos recursos naturais, e outra de caráter mais estético (...)” (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p. 343), caracterizando uma convivência supostamente pacífica entre esses dois interesses.

Com efeito, ao contrário do que aconteceu na América do Norte, no Brasil, a simbiose entre as duas perspectivas preservacionista e conservacionista caracterizou parte de um projeto maior que vinculou natureza a construção da nacionalidade brasileira⁶⁷ (FRANCO; DRUMMOND, 2012). Tomando novamente emprestadas as palavras de Franco e Drummond sobre o ambientalismo brasileiro:

No Brasil dos anos 1920-1940, portanto, os conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis, indicando o entendimento de que a natureza deveria ser protegida tanto como conjunto de recursos produtivos a serem explorados racionalmente no interesse das gerações presentes e futuras, quanto como diversidade biológica a ser objeto de pesquisa científica e contemplação estética (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p. 346).

Já o segundo bloco de interesses, se insere no contexto de reabertura política e se convencionou chamar tal movimento de socioambientalismo (FERREIRA, 2004; CREADO, 2006). Retomando ao contexto de disputa durante a arena decisória do SNUC, na tentativa de estabelecer um acordo entre as perspectivas práticas e teóricas defendidas de um lado pelo grupo *preservacionista/conservacionista* e do outro, pelo

⁶⁷As duas concepções clássicas do ambientalismo – Preservacionismo *versus* Conservacionismo – apareceram nas formulações e estratégias discutidas durante a Primeira Conferência Brasileira de Proteção a Natureza, que correu no ano de 1934, no Rio de Janeiro. Os argumentos utilitários coexistiam em harmonia com os de ordem estética e com isso, convergiram na elaboração de um projeto comum, com feição nacionalista e cientificista (FRANCO; DRUMMOND, 2012).

grupo *socioambientalistas*, o SNUC prevê então um conjunto de normas divididas por dois distintos grupos de unidades de conservação que são orientadas por tipos de manejo também distintos: (1) Unidades de Proteção Integral e (2) Unidades de Uso Sustentável.

TABELA 3
Tipos de Unidades de Conservação previstos no SNUC

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Integral
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural.

*Tabela elaborada a partir de informações obtidas no SNUC (BRASIL, 2000).

Com isso, o primeiro grupo de unidades de conservação tem como finalidade “manter os ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais” (CABRAL; SOUZA, 2005, p. 33). Em relação aos usos indiretos, entende-se “as atividades que fazem uso da natureza sem, no entanto, causar alterações significativas dos atributos naturais, como pesquisas científicas (...) ou, ainda visitação pública controlada com propósitos educativos e de lazer” (Ibid., 2005, p. 33). Nesse grupo inclui as unidades classificadas como 1) Estação Ecológica, 2) Reserva Biológica, 3) Parque Nacional, 4) Monumento Natural e 5) Refúgio da Vida Silvestre. Sendo que as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas são as áreas protegidas com maior nível de restrição. É importante ressaltar que, nessas unidades não é permitido o uso e/ou moradia de comunidades locais ou tradicionais na área delimitada.

O segundo grupo, já permite o uso dos recursos naturais por parte das comunidades tradicionais que existem na região, desde que de forma sustentável e adequadas ao Plano de Manejo da área. Assim, as unidades classificadas como de Uso Sustentável, “tem por princípio o uso dos recursos naturais renováveis em quantidades ou com intensidade compatível a sua capacidade de renovação” (Ibid., 2005, p. 33). Nesse grupo estão as unidades classificadas como: 1) Área de Proteção Integral, 2) Área de Relevante Interesse Ecológico, 3) Floresta Nacional, 4) Reserva Extrativista, 5) Reserva

de Fauna, 6) Reserva de Desenvolvimento Sustentável, 7) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Para Creado e Ferreira (2012), tendo em vista os diferentes projetos e abordagens voltados à conservação da natureza no Brasil, o SNUC representou um acordo contingente entre essas distintas posições ambientalistas. Nesse sentido, as autoras utilizam a metáfora do caleidoscópio para se referir a essas distintas representações e posições acerca do ambiente e seus recursos, refutando assim, a possibilidade de pensarmos em polos dicotômicos, uma vez que, “no Brasil, houve a hibridação e sofisticação geral dos argumentos” (FERRERIA, 2012, p. 17) nessa arena ambiental.

Destarte, apesar dos vetos e críticas que são feitos ao texto final do SNUC o documento resultou em acordos entre sujeitos, organizações não-governamentais (ONGs) e agências governamentais que durante oito anos de tramitação no Congresso realizaram diversos embates, muitas vezes acirrados e ocorridos durante as audiências públicas, seminários e reuniões técnicas. Dito isso, para Ferreira (2004), os principais avanços dessa lei podem ser caracterizados em dois aspectos: 1) “unificou-se o arcabouço jurídico referente às modalidades de UC existentes no Brasil, anteriormente disperso em várias outras leis” (...); 2) “dividiu as modalidades existentes em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável” (FERREIRA, 2004, p. 56).

No entanto, sobre a questão da permissão de populações humanas em áreas protegidas, que passou a ser regulamentada pela lei do SNUC, não tem recebido aprovação de forma unânime por parte dos ambientalistas que disputaram esta arena decisória. Nessa perspectiva de descontentamento, para Maria Tereza Jorge Pádua (2011)⁶⁸, algumas categorias previstas no SNUC, sobretudo aquelas consideradas de Uso Sustentável (principalmente as Reservas Extrativistas), na realidade não deveriam ser consideradas como unidades de conservação. Além disso, ela aponta que há uma excessiva quantidade de categorias que deveriam ser reduzidas, pois os objetivos de várias equivalem aos de outras - “com tantas categorias de manejo, fica muito difícil, ou impossível, às vezes, compreender que a pessoa que não seja da área, possa compreender as diferenças entre elas e os objetivos de cada uma” (PÁDUA, 2011, p.

⁶⁸ Em um recente relatório, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, marcando os dez anos de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

25). A crítica da autora revive, portanto, o debate entre permanência de populações humanas em áreas protegidas. De certo, compreendemos que o debate ainda não teve fim, a arena decisória que foi o SNUC, foi um importante passo para enfatizar o debate, e buscar acordos entre os distintos interesses em jogo. Dessa forma, passados mais de dez anos da vigência da lei, ainda encontramos argumentos positivos e contrários à permanência humana em áreas protegidas, mostrando pouco consenso entre os distintos agentes que dela participaram.

Nos próximos capítulos, daremos destaque para o estudo de caso no distrito de Regência Augusta, palco simultâneo de ações tanto desenvolvimentistas (atividades de petróleo e gás), quanto preservacionistas (criação de Unidade de Conservação e Projeto TAMAR), que passou a coexistir com a atividade da pesca artesanal na região, desde meados do século XX, ocasionando uma série de transformações na região e nos modos de viver e trabalhar destes pescadores.

CAPÍTULO 3

Transformações em Regência Augusta: Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental

Este capítulo tem a finalidade de apresentar o distrito de Regência Augusta, cenário empírico desta pesquisa. A proposta é caracterizar o distrito e apresentar o cenário de transformações oriundas da emergência de valores e práticas desenvolvimentistas e preservacionistas na localidade, que ocorrem, sobretudo, a partir da segunda metade do século passado.

3.1. Caracterização do distrito de Regência

Regência é um distrito localizado na região costeira do baixo rio Doce (aproximadamente 60 km da sede do município⁶⁹ e 125 km da cidade de Vitória⁷⁰, capital do estado do Espírito Santo). O distrito litorâneo em questão está situado na margem sul da foz do Rio Doce⁷¹, e 7 km da Reserva Biológica de Comboios⁷². Na paisagem da região se destacam: a vegetação de Restinga, as praias de Regência e Comboios (caracterizadas por ondas fortes) e o próprio rio Doce.

FIGURA 1

Distrito de Regência Augusta e a foz do rio Doce.

⁶⁹ A maior parte do trecho corresponde a uma estrada não pavimentada.

⁷⁰ Salientamos que o trecho da Vila do Riacho (distrito do município de Aracruz) até Regência também é realizado por estrada não pavimentada.

⁷¹ O Rio Doce possui uma área abrangente de 83.400 km², dos quais 86% correspondem ao estado de Minas Gerais e 14% correspondem ao Espírito Santo. O rio nasce nas “serras do Complexo do Espinhaço e da Mantiqueira, no Estado de Minas Gerais e percorre 853 km, desde o rio Piranga até o Oceano Atlântico, Município de Linhares — povoado de Regência (ES)”. (Plano de Manejo Da Reserva Biológica de Comboios, 1997).

⁷² A Reserva Biológica de Comboios foi criada em 1984, pelo Governo Federal, através do Decreto 90.222, com o objetivo de preservar as tartarugas marinhas, sobretudo uma espécie gigante que desova na região. Está localizada nos municípios de Aracruz e Linhares. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) ela é enquadrada na categoria de proteção Integral, não sendo permitido nenhum tipo de moradia nem uso extrativista na região.



Fonte: Plano de desenvolvimento integrado e sustentável do entorno da Reserva Biológica de Comboios, Regência, 2002.

FIGURA 2

Vista aérea do distrito de Regência, a praia e a foz do rio Doce



Fonte: Associação de Moradores de Regência.

Em relação aos aspectos físicos da região, o documento *Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do entorno da Reserva Biológica de Comboios* (2002) faz uma ampla caracterização, incluindo alguns impactos ambientais causados por atividade industriais na região, que abordaremos no decorrer do capítulo. Nesse caso, partindo das análises desse documento, consideramos relevante destacar a importância dos ambientes aquáticos (oceano, rio e lagoas) para o ecossistema local.

O rio Doce, que é um dos principais rios do estado do Espírito Santo (e do estado de Minas Gerais), tem um papel importante, sobretudo na região, pois é responsável pela formação do regime de águas de toda a Planície Costeira denominada de baixo Rio Doce. Há uma grande quantidade de ilhas ao longo do curso desse rio, algumas são formadas por um processo natural, fruto da deposição de sedimentos erodidos nas cabeceiras, outras são provocadas pelas ações antrópicas, que vem ocorrendo durante um longo período histórico, no decorrer do leito deste rio, conforme veremos ainda neste capítulo. As ilhas são ocupadas, já algum tempo, por atividades agrícolas: “nas ilhas mais antigas, onde está presente a Floresta de Aluvião, é cultivado o cacau, e nas ilhas mais recentes, a banana é a cultura mais comum” (PREFEITURA DE LINHARES, 2002, p. 14).

Além do rio Doce, outro estuário importante na região é o rio Comboios. Com extensão bem menor, aproximadamente 30 km, o rio é formado por drenagem das várzeas litorâneas, localizadas ao sul do rio Doce e deságua no rio Riacho. Juntamente com esses rios, as lagoas contribuem para formar um rico e complexo ambiente na região.

Além do ambiente fluvial, Regência possui uma grande extensão de praia. Esta caracterizada como oceânicas e abertas, apresenta forte batimento de ondas, o que a torna propícia a prática do surf (o local é conhecido nacionalmente pelos adeptos desse esporte), no entanto, dificulta muitas vezes a atividade da pesca, tornando-a muitas vezes perigosa. Tal característica do mar em Regência é ressaltada por muitos pescadores quando salientam preferirem a pesca fluvial na região, sobretudo os pescadores mais velhos. Mesmo assim, a praia de Regência também é usada para a atividade pesqueira, principalmente na modalidade de rede de espera e tarrafa.

De acordo com dados de monitoramento do desembarque pesqueiro na região, dezoito espécies de peixes são rotineiramente capturados nos ambientes marinho e fluvial. Assim, nos meses que correspondem ao verão à pescadinha e o dorminhoco são os peixes mais capturados, além do camarão, já durante o inverno, o robalo ocupa posição de destaque (Ibid., 2002).

Salientamos que além de abrigar uma ampla variedade de outros organismos, essas praias recebem periodicamente as desovas das tartarugas marinhas, sobretudo a espécie *Dermochelys coriácea* – tartaruga gigante ou de couro e localmente chamada de *careba mole* – o que propiciou a relevância nacional desse ambiente marinho, além de proporcionar a emergência de ações preservacionistas na região, conforme abordaremos no decorrer do capítulo. Ressaltamos que de acordo com os documentos *Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha* e *Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos* (2000), ambos publicados pelo Ministério de Meio Ambiente⁷³, a praia de Comboios é considerada de “extrema importância biológica”, o que a faz ser apontada como área prioritária para criação de novas unidades de conservação⁷⁴.

O distrito de Regência possui aproximadamente 1033 habitantes⁷⁵, dentre estes pescadores, comerciantes, funcionários públicos, funcionários de empreiteiras, funcionários do Projeto Tamar e Rebio de Comboios e muitos outros que vivem sazonalmente do turismo. Há, portanto, uma grande mistura entre os novos e antigos

⁷³A identificação de ações e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade tornou-se um relevante instrumento de proteção a biodiversidade no Brasil e no mundo. Nesse intuito, foi promovido pelo Ministério do Meio Ambiente o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), no qual, podemos destacar esses dois subprojetos citados. Salientamos que todos os biomas brasileiros estão sendo contemplados por esses estudos, em cumprimento às obrigações do país junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, firmada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (Rio-92).

⁷⁴ Como é o caso da proposta já elaborada: Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce, faltando à etapa de audiência pública. Durante o trabalho de campo ocorrido em fevereiro de 2014, a ONG Voz da Natureza estava presente na região iniciando trabalho de aproximação com a comunidade local, com a finalidade de fomentar o interesse dos moradores para a criação da unidade.

⁷⁵ Em relação à distribuição por gênero, ocorre praticamente uma equivalência, sendo 51% homens e 49% mulheres. Em relação à faixa etária, há uma prevalência de adultos (20 a 59 anos), que correspondem a 54% da população; 36% são crianças e jovens de até 19 anos; e 10% correspondem aos indivíduos com mais de 60 anos (DATASUS, 2012).

moradores. Estes últimos são chamados localmente como “*nativos ou filhos de Regência*”⁷⁶.

Sobre o grupo pesqueiro – sujeito desta pesquisa – estes são representados formalmente pela Associação de Pescadores de Regência (ASPER) e pela colônia Z-6 – Caboclo Bernardo. Antes da sua criação todos os assuntos burocráticos relacionados ao ofício pesqueiro eram tratados pela Colônia (criada no ano de 1993). De acordo com um dos pescadores que trabalhou em prol da criação da associação, o objetivo que norteou a mesma foi facilitar a vida dos pescadores de Regência, uma vez que os assuntos burocráticos referentes ao ofício pesqueiro poderiam ser resolvidos no próprio distrito com a criação da associação.

A ASPER foi criada no ano de 1997. Sobre o período de criação, é importante destacar que além de pescadores envolvidos no processo, como foi o caso do Noel de Assis, Zé de Sabino, Leonidas Carlos, Sapateiro, Sonia, Arnoilton, Jeronimo, agentes externos a comunidade de Regência também participaram do mesmo como é o caso do Janilson (Presidente da Colônia Z-6), Carlos Sangália, Joca, Aranha, Nelsinho (todos funcionários do Projeto Tamar na época) e Geraldo (funcionário do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper), conforme consta em pesquisa já realizada na localidade (BICALHO, 2012, p.33).

De acordo com o primeiro presidente, na época da criação da associação havia apenas 12 pescadores registrados. Ele afirma que havia mais pescadores na região, mas nem todos queriam fazer este registro, pois além de pagar uma taxa, muitos tinham receio das novas obrigações como associado. De acordo com o atual presidente da ASPER há na região hoje 54 pescadores registrados na associação, mas ele também confirma haver mais pescadores na localidade que optaram por não se associar.

O número de pescadores associados de fato parece pequeno quando comparado à quantidade de residências que possuem em suas janelas ou varandas placas direcionadas

⁷⁶ Reconhece-se aqui o debate teórico acerca do termo “nativo” e todas as implicações que este termo carrega consigo, no entanto, não é intenção deste trabalho problematizar esta categoria e sim utilizar-se de uma terminologia própria ao grupo pesquisado.

a venda de pescado: “peixaria do Alberto⁷⁷”, ou “vende-se peixe”, entre outras placas com este mesmo intuito. Um simples passeio pelo distrito, sobretudo a área próxima ao porto dos pescadores e o rio Preto, onde estão situadas as moradias mais antigas do distrito, já é possível ver tais placas e verificar que há um número bastante expressivo de residências que comercializam o pescado nesta localidade.

Assim, a partir de estudos já realizados na localidade (BICALHO, 2012) é possível dizer que há aproximadamente 300 pessoas que dependem da atividade da pesca artesanal nesse distrito, mas não são registrados formalmente como pescadores artesanais. Nesse grupo de não associados é possível verificar a existência de pescadores que optaram (e tiveram a oportunidade) por trabalhar de carteira assinada em alguma firma (geralmente empreiteiras da Petrobras que atuam na região), todavia continuam exercendo a atividade da pesca para auxiliar no sustento da família; é possível verificar também uma parcela feminina, composta por esposas e filhas de pescadores que auxiliam no desenvolvimento da atividade, seja limpando e cortando o pescado, preparando o mesmo para consumo e comercialização, costurando as redes, entre outras atividades. O que demonstra haver um número bastante expressivo em relação à quantidade de agentes que dependem da pesca artesanal na região.

Em relação à infraestrutura da associação, a mesma possui uma sede própria, um automóvel modelo Savero, uma fábrica de processamento do pescado com bancadas de inox, uma fábrica de gelo e uma câmara fria de conservação do pescado. De acordo com o ex-presidente da entidade grande parte destes equipamentos foi adquirida através de “doações” oriundas de grandes empresas da região, como é o caso da Petrobras e da Aracruz Celulose (atual Fibria), na época da criação da associação:

“ [...] a Petrobras fez uma doação de 4 mil reais e a Aracruz foi 13 mil reais, foi onde comprei aquela área que era do Santo Portanieli, que hoje é sede da associação. Ai fui correr atrás dos outros benefícios, fiz primeiro aquela pequena fábrica que hoje ta abandonada na beira do rio, a prefeitura doou duas máquinas de gelo. Depois com um projeto grande, conseguimos essa câmara de gelo grande que ta ai [...]” (PESCADOR A. 2012).

Sobre a atividade pesqueira na localidade, a mesma ocorre tanto na região estuarina – que é uma região de transição entre o rio e o mar, caracterizada pela elevada

⁷⁷ Nome fictício.

produtividade biológica em decorrência dos nutrientes que as águas do rio transportam – quanto no mar. As modalidades de pesca podem ser caracterizadas em seis grupos: 1) rede de espera, (com barco ou sem barco, no rio e no mar); 2) caceio (rio); 3) espinhel (mar); 4) arrasto de camarão (mar); 5) tarrafa (com barco ou sem barco, no rio e no mar); 6) linha de mão (rio e mar). Os tipos de embarcações são de médio e pequeno porte. As embarcações de médio porte são de três tipos: movidas a remo, motor de poupa ou motor de centro. As embarcações de pequeno porte são barcos de boca aberta (sem convés) e canoas. É interessante destacar que no ano de 1998, foram inseridos na frota de barcos em Regência, seis barcos de médio porte destinados à pesca de camarão, vindos da Bacia de Campos (BICALHO, 2012).

Em relação às espécies de pescado na região, os pescadores apontam para a ocorrência de pescadinha, robalo, carapeba, tainha, cação, manjubinha e guaibira. A partir das narrativas desses pescadores sobre o pescado, compreendemos que a quantidade de peixe vem diminuindo na região, o que tem provocado uma série de dificuldades para as famílias que vivem da pesca. Soma-se a redução do pescado, as medidas para recuperar a escassez do pescado, como é o caso dos períodos de defeso, que também vem causando uma série de divergências locais. Atualmente a atividade pesqueira na região é paralisada por três períodos diferente de defeso, a saber: o defeso da Piracema, da Manjuba, e do Robalo. Como o pescador não pode pescar no período do defeso, aqueles que são associados à ASPER recebe o auxílio defeso. Todavia, os pescadores relatam que só têm direito a receber um defeso por ano, no qual deve ser escolhido pelo pescador. Logo, os pescadores recebem um benefício durante o ano, ficando sem incentivo nos outros dois períodos e sem poder pescar para comercialização, o que tem gerado bastante indignação dos pescadores da região.

No que tange ao aspecto cultural, consideramos importante mencionar ainda que Regência mantém importantes tradições festivas. Estas são frutos do processo de miscigenação de distintos grupos étnicos ocorrida durante o processo de povoamento da região. De acordo com Zunti (1941), a formação étnica desse grupo se constitui pela miscigenação entre índios moradores da barra Sul do rio Doce e negros vindos de São Mateus, município localizado mais ao norte do Espírito Santo.

Entre tantas manifestações culturais que ocorrem tradicionalmente na localidade, como é o caso da Festa do Mastro de São Benedito, Festa dos Pescadores, do Carnaval, gostaríamos de destacar aqui a festa do Caboclo Bernardo pela peculiaridade da festa, que diferente das outras festividades, que ocorrem praticamente em todo o litoral do Espírito Santo, a Festa do Caboclo Bernardo, que recebe o apoio de bandas de congo de outras regiões do estado, ocorre apenas no distrito pesquisado.

Esta importante festividade corre no mês de junho e é uma homenagem ao herói nacional Bernardo José dos Santos, chamado localmente de Caboclo Bernardo⁷⁸. A imagem desse caboclo tornou-se maior que a história e passou a integrar a cultura local e o respeito dos moradores. A festa em homenagem a este herói ocorre tradicionalmente no mês de junho e conta com o cortejo de bandas de congo de várias regiões do estado, além da Banda de Congo São Benedito e a Banda de Congo Mirim Caboclo Bernardo, ambas da própria localidade. O cortejo – que sai da casa da Dona Mariquinha⁷⁹ em direção à igreja do distrito – faz parte do Encontro das Bandas de Congo que ocorre na localidade há pelo menos duas décadas⁸⁰.

Fora dos períodos festivos, ou mesmo feriados, o distrito possui características de regiões do interior. Nas ruas, que são de terra batida, circulam muitas bicicletas e poucos veículos automotores. Os principais veículos automotores que circulam na região são os ônibus da viação Citranstur, que fazem o trajeto Regência a Linhares, em média, três vezes por dia. Além do referido coletivo, caminhões e carros a serviços de empresas petroquímicas também circulam na região. Ainda é possível verificar a presença de carros a serviço de empresas ambientais, como é o caso da CTA e o quadriciclo utilizado diariamente pelos funcionários do Projeto Tamar e da Rebio de Comboios.

⁷⁸ Esse pescador, nascido em Regência, entrou para a história ao salvar 128 tripulantes de um navio-escola “Imperial Marinheiro” que se chocou contra o pontal sul da barra do Rio Doce, e naufragou a cerca de 120 metros da praia de Regência. Tendo em vista esse ato, foi condecorado pela Princesa Isabel, recebendo uma medalha de 1ª classe, além da construção do farol na localidade de Regência, na qual a cúpula original encontra-se atualmente na praça (IBGE/Linhares, 1999).

⁷⁹ No amplo terreno que pertence à família da Dona Mariquinha, moradora antiga de Regência, há uma capela, na qual a foto do Caboclo Bernardo é exposta no altar junto com as imagens de São Benedito Nossa Senhora Aparecida, aproximando-o da categoria de sagrado (REIS, 2003).

⁸⁰ Além desse cortejo, há ainda a tradicional encenação do “Auto do Caboclo Bernardo”, realizada pela Companhia de Teatro de Regência, composta pelos moradores do distrito.

As casas, em sua maioria, de um pavimento e muros baixos, algumas sem cerca, ocupadas por pescadores e moradores fixos da região, atualmente já dividem espaço com casas de veraneio, que se destacam pela arquitetura de muros altos, com dois ou mais pavimentos, além das áreas de lazer com gramados e piscinas. Estas são construções recentes e datam apenas da última década.

Sobre os equipamentos públicos, em relação à saúde, o distrito de Regência possui um posto de saúde (espaço físico construído em 2008) e uma ambulância. No entanto, tal setor recebe muitas críticas da população local, tendo em vista a falta de médicos no posto. De acordo com os moradores, este profissional comparece apenas uma vez na semana, além disso, o não funcionamento adequado da ambulância, que muitas vezes não pode funcionar por falta de manutenção do veículo, são problemas recorrentes enfrentados pelos moradores desta localidade.

Em relação aos equipamentos de educação, Regência não possui creche pública. Possui apenas uma escola de ensino fundamental completo, onde funciona também, no período noturno, o Programa de Ensino de Jovens e Adultos - EJA. Os jovens que querem cursar o ensino médio necessitam se locomover até a sede do município (60 km de estrada não pavimentada) para concluir os estudos. O governo disponibiliza o transporte que é realizado pela viação Citranstur (três vezes ao dia). Diante das dificuldades para continuar estudando, vale a pena salientar que muitos dos alunos quando terminam o ensino fundamental (geralmente aos 14 anos) aguardam completar 18 anos, para então retomarem seus estudos na própria localidade, cursando a modalidade da EJA (DATASUS, 2012).

Quanto à infraestrutura das residências e questões relacionadas ao saneamento e ao abastecimento de água, a maior parte das residências no distrito, 93% possui abastecimento de água e coleta de lixo realizada pela rede pública. Entretanto, o distrito não conta ainda com um sistema de esgoto adequado, sendo que 97% das residências fazem uso de fossas (DATASUS, 2012).

Imagens de Regência Augusta, dos pescadores, da atividade pesqueira e festividades culturais



Fotografia 1: Rua, de terra batida, que dá acesso à praia de Regência.



Fotografia 2: Rua, de terra batida, decorada com resquícios de festa junina. Nesta rua localizam-se duas pousadas.



Fotografia 3: Rua da praia.



Fotografia 4: Farol de Regência.



Fotografia 5: Porto dos pescadores localizado no rio Doce (em reforma).



Fotografia 6: Pescadores retornando da pescaria 1.



Fotografia 7: Pescadores retornando da pescaria 2.



Fotografia 8: Embarcações



Fotografia 9: Embarcações 2.



Fotografia 10: A embarcação e o Rio Doce



Fotografia 11: Embarcação saindo do rio Doce.



Fotografia 12: Fim da pescaria



Fotografia 13: A pescaria no rio Doce.



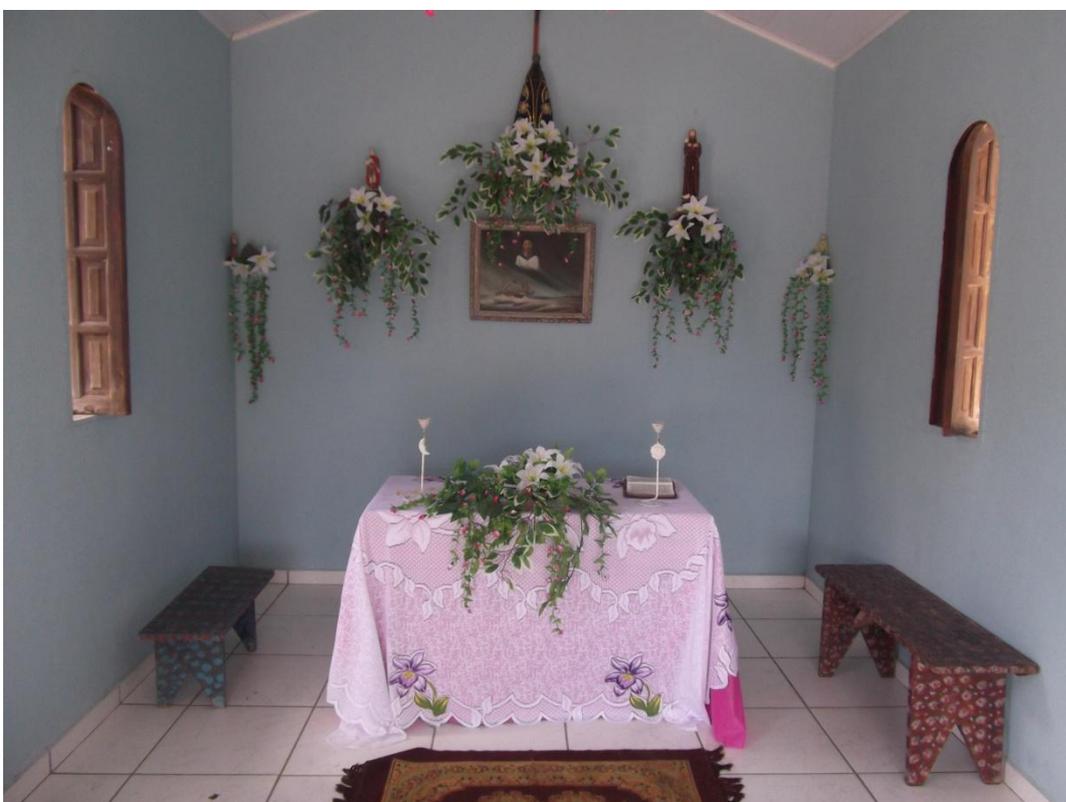
Fotografia 14: A pescaria no rio Doce 2.



Fotografia 15: A pescaria no rio Doce 3.



Fotografia 16: Banda de Congo de Regência na Festa do Caboclo Bernardo.



Fotografia 17: Capela ornamentada para Festa do Caboclo Bernardo (casa da dona Mariquinha).



Fotografia 18: Festa do Caboclo Bernardo.



Fotografia 19: Festa dos pescadores.

3.2. A Configuração de um cenário desenvolvimentista: A emergência dos latifúndios e a atividade de petróleo, gás e celulose na localidade de Regência

A localidade de Regência começa a sofrer intensas alterações na paisagem a partir da segunda metade do século passado. De acordo com o Plano de Manejo da Reserva Biológica de Comboios, as empresas Petrobras e Transpetro começaram a ocupar e desmatar a então Reserva Estadual da Ilha de Comboios (hoje Reserva Biológica de Comboios) para a construção de estradas e instalações do Terminal Aquaviário de Regência (TEREG) no início da década de 1970, entretanto sem notificações formais.

Tomando como análise os relatos dos moradores antigos, percebemos que as primeiras mudanças ocorrem com a chegada de grandes fazendeiros na região e simultaneamente chegaram às empreiteiras que faziam o trabalho de sondagem para verificação de petróleo na região. É nesse contexto que os moradores relatam a ocorrência de um intenso desmatamento na localidade: com a retirada ilegal de madeira, a implantação de pastagens em áreas de mata e as sondagens realizadas pela Petrobras. O conjunto dessas atividades ocasionou um amplo processo de expropriação das terras, outrora ocupados pelas famílias de Regência e adjacências.

Com efeito, a primeira descoberta de gás na foz do rio Doce – na formação de Regência (na Bacia do Espírito Santo) ocorreu no ano de 1978, no campo terrestre denominado Lagoa Parda – o que caracterizou o segundo ciclo exploratório da Bacia do Espírito Santo⁸¹. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na área com cerca de 4,0 Km², foram mapeados onze reservatórios portadores de hidrocarbonetos. A drenagem dos reservatórios baseou-se

⁸¹ A Bacia do Espírito Santo corresponde a todo o espaço marinho do Espírito Santo. Os limites são: ao sul - Alto de Vitória define o limite com a Bacia de Campos – e ao norte - Limite Norte do Complexo Vulcânico de Abrolhos (Bacia de Cumuruxatiba). O histórico exploratório desta bacia tem como primeiro ciclo de exploração os anos de 1959 e 1971: com a descoberta em 1969 do Campo de São Mateus (que foi a primeira acumulação comercial de petróleo da bacia). O segundo ciclo exploratório desta bacia data de 1972 até 1979, com as descobertas do Campo de Fazenda Cedro (1972), do Campo de Cação (1977) e o Campo de Lagoa Parda (1978) (Fonte: Brasil Rounds – Licitação de Petróleo e Gás/Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP/ site: <http://www.brasil-rounds.gov.br/> acessado em 07 de abril de 2015).

quase que exclusivamente na perfuração de poços verticais, tendo sido perfurados 82 poços dentro da concessão, sendo 18 secos ou subcomerciais. Assim, dos 82 poços perfurados, 11 são considerados exploratórios e os demais são considerados exploratórios (ANP, 2003).

Antes da descoberta de gás na região de Lagoa Parda, havia no local, o predomínio da agricultura em pequena escala, atividade realizada pelos moradores antigos de Regência e adjacências. Essas atividades tradicionais sofreram inúmeras perdas e hoje as atividades referentes às roças dividem espaço com a atividade de petróleo, que envolve a construção de vários cavalinhos e a instalação de dutos para o transporte de gás.

Na década seguinte ocorreram outras descobertas de gás, estas em campos marítimos, caracterizando o terceiro e quarto ciclo exploratório na Bacia do Espírito Santo⁸². Assim, a primeira descoberta marítima ocorreu no ano de 1988, no campo marítimo de Cangoá, que foi caracterizado como o primeiro do mar capixaba com reserva comercial. Posteriormente, em 1997, foi descoberto outro campo marítimo, o Peroá⁸³, considerado de grande importância na época por possuir a maior reserva de gás natural do estado.

Dessa forma, a localidade de Regência, que tradicionalmente teve o predomínio da pesca e agricultura em pequena escala como atividades econômicas e culturais, passou por um intenso processo de mudanças na paisagem e nas atividades tradicionais provocadas pela emergência dos latifúndios e pela instalação da indústria petrolífera na região, no qual os moradores relatam dando ênfase um processo histórico de perdas sociais e culturais. Esse cenário de mudanças decorrentes de atividades desenvolvimentistas será ainda ampliado com a emergência de atividades provenientes da indústria de celulose na região.

⁸² A década de 1980 representou um pico nos trabalhos de exploração na Bacia do Espírito Santo. O auge foi em 1981 e 1982 com a perfuração de 70 poços exploratórios. Em 1981 houve a descoberta de sete campos na porção terrestre da Bacia e em 1988, a descoberta do campo de gás em Cangoá, na porção *offshore* da bacia, finalizando este terceiro ciclo exploratório. Os anos de 1990 a 1997 marcam o quarto ciclo exploratório que é caracterizado negativamente, pois a exploração na Bacia do Espírito Santo entra em processo de estagnação (quantidade reduzida de poços perfurados). O que de fato salva esse quarto ciclo é a descoberta do Campo de Gás em Peroá (Fonte: Brasil Rounds – Licitação de Petróleo e Gás/Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP/ site: <http://www.brasil-rounds.gov.br/> acessado em 07 de abril de 2015).

⁸³ A produção do campo marítimo de Peroá juntamente com os campos Camarupim, Canapu e Golfinho são peças importantes para o fornecimento de gás natural nacional, de acordo com o site da Petrobrás.

A monocultura de eucalipto em terras capixabas data do final dos anos de 1960 (1967/68), quando a empresa Aracruz Celulose S/A - atual FIBRIA - iniciou suas atividades no estado. A sede da empresa está localizada no município de Aracruz, ao sul de Linhares, no entanto, de acordo com os pescadores de Regência, a atividade dessa empresa interfere na localidade de Regência, no mínimo por dois motivos específicos, a saber: aumento do tráfego de grandes embarcações na região e o agravamento do processo de assoreamento da foz do rio Doce.

No final dos anos de 1990, no contexto de implantação da terceira fábrica da Aracruz Celulose no município de Aracruz, a empresa providenciou uma parceria com as prefeituras municipais daquele município e do município de Linhares para realizar um projeto⁸⁴ de autoabastecimento de água para a fábrica, no intuito de ampliar a sua capacidade de produção, uma vez que a atividade de celulose consome uma enorme quantidade de água.

Assim, no ano de 1999, a empresa abriu um canal no rio Doce, na altura da fazenda Monterrey (no município de Linhares), denominado “canal Caboclo Bernardo⁸⁵” no intuito de levar água até as represas que abastecem a fábrica⁸⁶. De acordo com pesquisa já realizada nessa localidade, compreendemos que “houve então uma transposição de bacias hidrográficas, levando águas do Rio Doce que Juridicamente pertence à União aos Rios Comboios e Riacho que pertencem ao Estado, alterando o comportamento hídrico da região” (VIEIRA, 2012). Após a construção dessa barragem, de acordo com os pescadores de Regência, o volume de água no rio Doce diminuiu bastante, além disso, a quantidade de peixe também vem diminuindo nessa região na foz do rio Doce.

No que tange ao contexto descrito sobre a emergência de um cenário desenvolvimentista na região, destacamos que muitos pescadores passaram a prestar serviços para a Petrobras e outras empreiteiras ou fábricas na região. Neste sentido, alguns pescadores salientam que muita coisa melhorou na localidade de Regência, como

⁸⁴ Projeto este denominado “Aumento da disponibilidade Hídrica nas várzeas do Riacho dos municípios de Aracruz e Linhares”.

⁸⁵ Nome ironicamente apropriado da figura do pescador Caboclo Bernardo que tem uma importância simbólica na localidade, conforme descrito anteriormente.

⁸⁶ É importante salientar que na época da referida obra não foi realizado nenhuma Estudo de Impacto Ambiental, conforme determina a resolução do Conama (nº 001 de 23.01.86, artigo II, parágrafo 8) e a população da região, incluindo os pescadores, não foi consultada a respeito dessa obra.

é o caso da construção de estrada⁸⁷, crescimento do comércio, além das novas disponibilidades de empregos na região. Entretanto, consequências negativas também são sentidas por estes mesmos pescadores.

O crescimento demográfico e a subsequente pressão imobiliária são exemplos destas consequências negativas decorrentes da expectativa de empregos criadas pela instalação da indústria petrolífera na região e da indústria de celulose no município vizinho. Além disso, frequentemente problemas sociais referentes ao aumento da violência, a comercialização e uso de drogas na região e a prostituição também são mencionados por esses pescadores. Assim, com o passar do tempo os empregos foram ficando mais escassos e direcionados para aqueles profissionais especializados, sobretudo externos à localidade, e com isso, os pescadores, em sua maioria com baixa escolaridade, não apresentavam mais utilidade para a atividade industrial na região. Aliás, a não contratação da mão de obra local é um problema recorrente na localidade.

Outro problema que o distrito enfrenta está relacionado ao próprio limite econômico da produção de petróleo, ou seja, os campos de exploração possuem um limite para que a atividade seja economicamente vantajosa para a empresa e quando este limite é atingido, cessam-se os investimentos para aquela área específica. É o que vem ocorrendo no campo de Lagoa Parda atualmente⁸⁸. Dessa forma, atualmente o gás que é processado numa Unidade de Processamento de Gás Natural localizada dentro deste campo (responsável pelo processamento de todo gás produzido na Bacia do Espírito Santo⁸⁹) é destinado apenas à venda no mercado consumidor do próprio estado. Com efeito, é importante salientar que, de acordo com o documento “Sumário Executivo do Campo de Lagoa Parda” não estão previstos novos investimentos para este campo (ANP, 2003), ou seja, os impactos que ocorreram no ambiente não cessam, mas os empregos, estes sim, tem fim.

⁸⁷ As estradas não pavimentadas ligando Regência até a sede do município de Linhares e até a Vila do Riacho só foram construídas em período posterior à chegada da Petrobras. Todavia a danificação da estrada devido ao fluxo intenso de veículos da empresa é um problema recorrente, além disso, a poeira excessiva e a alta velocidade de veículos também são problemas na região.

⁸⁸ Após mais de duas décadas de produção, os poços em Lagoa Parda passaram a apresentar altíssimas razões água/óleo, sendo retirados mais de 20 m³ de água para cada m³ de óleo produzido nos reservatórios, o que torna este campo economicamente desvantajoso (ANP, 2003).

⁸⁹ Que engloba ainda os campos de Lagoa Parda Sul, Lagoa Parda Norte e Lagoa Piabanha, descobertos posteriormente nesta mesma região.

Todavia, a indústria petroquímica não paralisou as atividades no distrito, pelo contrário, ampliando ainda mais esse cenário de intervenções da indústria petrolífera, em contexto mais recente, início do século XXI, impulsionados pelas recentes descobertas da camada pré-sal, a Petrobras também vem realizando atividades relacionadas às pesquisas sísmicas na região.

A pesquisa sísmica – que ocorre através de ondas sonoras – tem o intuito de mapear o substrato marinho, permitindo a identificação de possíveis locais de acumulação de óleo e gás. Durante as atividades sísmicas são utilizadas três tipos de embarcações: um navio sísmico, uma embarcação de apoio e uma embarcação assistente. Para evitar acidentes, as demais embarcações devem manter uma distância mínima de sete milhas náuticas dos equipamentos sísmicos. Segundo a própria CGG, empresa que realiza a atividade na Baía do Espírito Santo, os principais impactos ambientais desta atividade estão relacionados principalmente ao comportamento dos mamíferos marinhos e atividade pesqueira.

Salientamos que a referida atividade tem limitado ainda mais o espaço marítimo no exercício da atividade pesqueira, uma vez que, também não é possível pescar nas proximidades onde tem ocorrência da atividade sísmica. Além disso, segundo relato dos pescadores, tem se verificado uma similitude entre o período de atividades sísmicas e o período de escassez do pescado na região. Dessa forma, os impactos ambientais, decorrentes das atividades industriais provocaram e continuam provocando mudanças nas formas de viver e trabalhar dos moradores de Regência, aspecto este que será abordado no próximo capítulo.

Imagens de Regência e do cenário das atividades industriais



Fotografia 20: Atividade Petrolífera 1: Unidade de Processamento de Gás Natural de Lagoa Parda.



Fotografia 21: Atividade Petrolífera 2



Fotografia 22: Extração de petróleo na localidade de Regência 1.



Fotografia 23: Extração de petróleo na localidade de Regência 2 (Cavalinho da Petrobras).



Fotografia 24: Extração de petróleo na localidade de Regência 2 (Cavalinho e dutos da Petrobras).



Fotografia 25: Grandes embarcações que transitam na localidade.



Fotografia 26: Terminal de Regência (TEREG) dentro da Rebio de Comboios.



Fotografia 27: Terminal de Regência (TEREG) dentro da Rebio de Comboios.

3.3. A configuração do cenário preservacionista: A criação da Reserva Biológica de Comboios e de uma base do Projeto Tamar

Paralelo à emergência do cenário desenvolvimentista descrito, também foi se configurando na localidade de Regência, sobretudo, a partir de meados dos anos de 1980, um cenário de preservação ambiental, tendo como carro-chefe a preservação das tartarugas marinhas.

Nesta localidade desovam, principalmente, duas espécies de tartarugas marinhas: a *Caretta caretta* conhecida popularmente por cabeçuda e localmente por *careba* e a *Dermochelys coriácea* – tartaruga gigante ou de couro e localmente chamada de *careba* mole – (relação apresentada ao tipo específico de carapaça, que é mais mole). Esta última, por desovar com frequência na praia de Comboios, possibilitou a notoriedade do distrito no cenário nacional de preservação ambiental.

Em função dessa bandeira preservacionista, o distrito passou a ter destaque nacional com o trabalho de preservação de tartarugas marinhas, no qual o Projeto Tamar - Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas – é responsável. Atualmente a localidade conta com uma base de proteção⁹⁰ deste programa (esta caracterizada como base-mãe do estado do Espírito Santo), implantada no ano de 1982⁹¹, constituindo-se uma das bases pioneiras. Esta base é distribuída em dois espaços físicos, sendo um deles a base de conservação (local que abriga as ações de monitoramento das praias), que fica na Reserva Biológica de Comboios (cerca de 7 km da sede do distrito de Regência) e outro espaço, o centro ecológico, localizado no centro de Regência, local onde abriga a confecção do Tamar e as ações de educação ambiental e ação comunitária do programa⁹².

⁹⁰A área de atuação dessa base não se restringe a localidade de Regência apenas, o monitoramento e fiscalização, ambos realizados pelos técnicos desse programa também abrange o distrito de Barra do Riacho, no município de Aracruz, a Reserva Biológica de Comboios, além da terra indígena de Comboios, também localizada ao sul da foz do rio Doce.

⁹¹Destacamos Guy Marcovaldi e José Catuetê de Albuquerque, ambos considerados “os pais fundadores” do programa estiveram em Regência já no ano de 1980. Estes foram os implementadores do Projeto Tamar que tem sua história de origem contada, a partir das viagens e novas descobertas de alguns estudantes de oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande.

⁹²TAMAR – Programa Nacional de Preservação das Tartarugas Marinhas – Projeto TAMAR. Brasil. Disponível em <http://www.tamar.com.br>.

No que tange as ações preservacionistas na localidade, torna-se importante salientar que, já nos anos de 1940 a região já havia sido identificada como um celeiro de tartarugas marinhas, o que incentivou os estudos e pesquisas para a preservação da espécie e posteriormente a criação de uma área de proteção na região. Assim, através de análise documental constatamos que as ações concretas de preservação dessa área iniciaram-se já nos anos de 1950. Nesse período pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz declararam esta área como um dos mais importantes remanescentes de restinga do Brasil, sendo então, decretada a criação de uma reserva, que se constituiria mais tarde no Parque Ecológico da Região Leste, pelo governo do Estado do Espírito Santo, no ano de 1953⁹³ (IBAMA, 1997).

Durante os anos de 1970, houve uma grande pressão, por parte da imprensa capixaba, especialmente do professor e ambientalista Augusto Ruschi⁹⁴, para o repasse dessa área ao governo federal, tendo em vista as denúncias que haviam de ocupações irregulares na região, além de desmatamento e extração de recursos naturais. Nessa época, teve início, sem notificações formais, as atividades da Petrobras de sondagem para verificação de ocorrência de petróleo na região. Além disso, a empresa ocupou e desmatou áreas na região para a construção de estradas e a instalação de um Terminal Aquaviário⁹⁵, que permanece até hoje dentro da unidade de conservação de proteção integral (IBAMA, 1997).

Posteriormente, já na década de 1980, após a chegada dos técnicos do Projeto Tamar e da consequente instalação de uma base de proteção às tartarugas marinhas, a área referente ao Parque Ecológico da Região Leste, foi repassada ao governo federal, na época, representado pelo IBDF, momento no qual foi instituída a Reserva Biológica de

⁹³ Decreto n° 1953 - 1.376, de 22 de junho de 1953.

⁹⁴ Augusto Ruschi foi pesquisador no Museu Nacional e professor titular da UFRJ. Como ambientalista, contribuiu na implantação de várias Reservas Ecológicas, como a criação do Parque Nacional do Caparaó e montou duas instituições científicas: o Museu de Biologia Professor Mello Leitão e a estação de Biologia Marinha Ruschi.

⁹⁵ No ano de 2012, o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual entram com uma ação conjunta, com pedido de liminar, contra a Petrobras para que a empresa desative o referido terminal e retire todos os equipamentos e instalações da área, deixando o local livre de interferência humana e sem risco de vazamento do petróleo ou derivado de óleo. (Fonte: Jornal A Gazeta, 14/06/2014). No entanto, até o final dessa pesquisa, o terminal continua na localidade (mas sem operação) e o Ministério Público Estadual (MPES) e o Ministério Público Federal (MPF) continuam requerendo à subsidiária (Transpetro) a elaboração de um Plano de desmobilização do Tereg, além da apresentação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD). (Fonte: Jornal Século Diário, 28/09/2014).

Comboios (Rebio de Comboios), uma unidade de conservação de proteção integral na região, tendo como principal objetivo a proteção das tartarugas marinhas e seus locais de desova (IBAMA, 1997).

O Projeto Tamar é um programa de conservação ambiental criado em 1980 pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, hoje Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA⁹⁶. No cenário nacional, no que tange ao contexto da sua formação, é importante destacar que no final dessa década de 1970, após a conferência de Estocolmo, o Brasil foi convidado a participar de uma conferência mundial promovida pela Organização dos Estados Americanos – OEA (Conferência OEA/79) – na qual o IBDF mandou representantes oficiais do governo. As discussões priorizadas nessa conferência foram relacionadas ao ecossistema marinho, no entanto, o Brasil não possuía nenhum programa nessa área ainda (SUASSUNA, 2007). Na tentativa de sanar essa demanda no cenário internacional de incentivo à preservação da natureza, sobretudo do ambiente marinho, vão nascer às primeiras propostas de preservação das tartarugas marinhas no Brasil. De acordo com SUASSUNA (2007):

As discussões acumuladas e o fato de que a tartaruga marinha era um recurso natural compartilhado, propiciaram a percepção de que havia necessidade de se iniciar um programa de conservação ao ecossistema marinho. Por esse motivo, as tartarugas e o peixe-boi até então inseridos na estrutura da Sudepe passaram para o Departamento Nacional de Parques e Reservas equivalentes, o que representou o primeiro passo para concepção do primeiro programa de natureza governamental para o ecossistema marinho e, posteriormente, houve a destinação de recursos para essa área (SUASSUNA, 2007, p. 43).

Salientamos ainda que esse Departamento Nacional de Parques e Reservas fazia parte do IBDF e dispunha de recursos financeiros que foram distribuídos entre as ações direcionadas para a criação de parques e reservas, além daquelas direcionadas a fauna silvestre. Dessa forma, foi possível a criação do Projeto Tamar, que passou a mapear a costa brasileira com a finalidade de catalogar as espécies e os locais de desova das tartarugas marinhas, bem como a criação da Rebio de Comboios.

Ainda de acordo com Suassuna (2004), a origem do Projeto Tamar está relacionada à influência da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza – FBCN⁹⁷. As ações

⁹⁶ Órgão pertencente ao Ministério do Meio Ambiente – MMA.

⁹⁷ Uma das mais importantes entidades de preservação ambiental do Brasil.

dessa fundação são orientadas pelos valores da intocabilidade, ou seja, manter a natureza intocada da ação humana. Esse mito orientou diversas entidades ambientalistas no mundo, e no Brasil não foi diferente (DIEGUES, 1996). Durante a década de 1970, essas ideias tiveram intensa relevância nas políticas ambientais nacionais e coincidentemente é o mesmo período em que o Projeto Tamar foi criado. O contexto descrito nos permite compreender “o quadro das estratégias discursivas utilizadas pelo Projeto Tamar durante o processo de intervenção nas comunidades pesqueiras” (SUASSUNA, 2004, p. 60). Salientamos que tais ações têm sido alteradas ao longo do tempo, permitindo a ampliação da participação dos indivíduos, no entanto, no cenário local são inúmeras as queixas dos pescadores no que tange ao autoritarismo do Tamar e falta de autonomia da comunidade.

Dessa forma, com a finalidade de proteger as tartarugas marinhas, o Projeto Tamar cria bases de proteção em praias e ilhas oceânicas brasileiras que contam com desovas desses animais. Hoje, o projeto é reconhecido internacionalmente como uma das mais bem sucedidas experiências de conservação marinha⁹⁸, no entanto, as ações do projeto vêm causando uma série de conflitos no que tange aos modos de viver e trabalhar de comunidades locais, como é o caso, por exemplo, dos pescadores e pescadoras de Regência.

Em contexto recente, o Projeto Tamar é executado por duas frentes. Uma delas ocorre pelo Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas – Fundação Pró-TAMAR – caracterizada como uma organização não governamental (ONG); a outra frente vincula o Tamar à diretoria de Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade⁹⁹ – ICMBio – órgão do Ministério do Meio Ambiente. “A partir de então, o Projeto Tamar se apresenta com uma configuração híbrida (Estado/ONG), pois se relaciona com a ONG de maneira simbiótica” (SUASSUNA, 2004, p. 56).

⁹⁸ TAMAR – Programa Nacional de Preservação das Tartarugas Marinhas – Projeto TAMAR. Brasil. Disponível em <http://www.tamar.com.br>.

⁹⁹ O ICMBio tem como finalidades: propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação Federais instituídas pela União, de acordo com a Lei 11516/2007, sancionada em 28/08/2007 e do decreto nº 6.100/2007 em 26/04/2007.

Essa ação híbrida, caracterizada pelas duas frentes de atuação do Tamar, tem proporcionado um conflito de identidade tanto para os próprios sujeitos que constituem o projeto, como para os indivíduos das comunidades, uma vez que “os sujeitos que dirigem o Projeto Tamar são os mesmos que integram a Fundação Pró-Tamar, sendo difícil tanto para eles como para os indivíduos da comunidade determinar os limites entre ESTADO/ONG a partir da identificação dos seus papéis” (SUASSUNA, 2007, p. 24).

Assim, neste contexto de emergência de ações preservacionistas na localidade pesquisada, os pescadores narram como foram tendo contado com estes valores ambientais, sobretudo os preservacionistas, estes introduzidos por agentes *outsiders*¹⁰⁰ na localidade. De acordo com os moradores antigos, os agentes ambientais, apesar de *outsiders* na localidade, chegaram ao distrito, introduzindo valores e normas distintos dos hábitos e costumes das famílias locais.

Dessa forma, destacamos que até meados do século passado, era costume das famílias de Regência se alimentar da carne de tartaruga marinha, ou melhor, da “*careba*”, denominação dos moradores para o animal, além dos ovos do mesmo. Fazendo referência ao nome “*careba*”, os moradores atribuíam o nome “*carebeiro*” às pessoas que saíam à procura da tartaruga no intuito de caçá-la no momento que estas estavam desovando na praia, para em seguida coletar os seus ovos, que era uma atividade costumeira na localidade.

Todavia, este costume tradicional passou a ser proibido e altamente reprimido pelos agentes ambientalistas na época. De acordo com os moradores antigos, no início de forma mais amigável e compreensiva, mas depois os técnicos começaram a fiscalizar com mais veemência esta ação tradicional na região.

De acordo com estudos já realizados sobre esta temática na localidade, salientamos que um exemplo interessante, sobre esta mudança nos costumes tradicionais, pode ser observado a partir da ressignificação ao nome atribuído aos “*carebeiros*”. Após a

¹⁰⁰É interessante notar que diferente da atividade industrial, os agentes ambientais que chegam à ao distrito de Regência durante a década de 1980, muitos adquirem propriedade na região e permanecem atualmente na localidade, convivendo com os pescadores na localidade.

chegada do Tamar na região, os “*carebeiros*”, impossibilitados de coletar os ovos, passaram a ser contratados pelo programa para realizar a marcação dos ninhos e dos animais durante o período de desova. Assim, como a caça e a coleta dos ovos de tartaruga passou a ser proibida por lei, a atividade de “*carebar*” na atualidade só pode ser realizada por pessoas contratadas pelo Projeto Tamar, tendo hoje, a finalidade de proteger o animal e não mais alimentar as famílias de Regência (RODRIGUEZ, 2004; 2006; SUASSUNA, 2004; 2007). É importante salientar que, os “*carebeiros*” possuíam um conjunto de saberes e práticas sobre os ciclos naturais da tartaruga marinha, que foram compartilhados com os técnicos do projeto Tamar. De acordo com Rodriguez (2006), além da proibição da captura de ovos e da alimentação, havia toda uma rede de relações sociais locais construídas a partir da distribuição da carne da “*careba*” que vai ser desmobilizada com a inserção das novas práticas e valores ambientalistas na região.

Além do novo sentido atribuído ao ato de “*carebar*”, outras formas de se relacionar com a tartaruga e novas redes de relação foram sendo construídas na localidade de Regência incentivadas por estes agentes *outsiders*. Neste sentido, foi criada uma confecção na localidade com a finalidade de fabricar e comercializar produtos com a marca do Tamar¹⁰¹. Nesta confecção passaram a trabalhar algumas mulheres que outrora possuíam o hábito de preparar o animal para usá-lo como alimento. Destacamos ainda que, atualmente outra forma de consumo deste animal ocorre a partir do turismo incentivado pelas ações de preservação do Projeto Tamar¹⁰² e pelo carisma construído em cima da imagem deste animal, que se constitui atualmente como uma espécie bandeira do Tamar para a preservação ambiental.

Com efeito, compreendemos que a interação entre *insiders* e *outsiders* resulta em encontros e desencontros marcados muitas vezes por contradições e conflitos no que tange a disseminação de valores e práticas preservacionistas na região. Logo, assimilamos que as relações entre o Projeto Tamar e os pescadores artesanais “se dão de forma assimétrica, sobressaindo a ideia de verdade contida num saber científico em oposição aos saberes tradicionais dos pescadores” (RODRIGUEZ, 2006, p. 15).

¹⁰¹ Essa confecção de Regência atende a demanda de outros estados brasileiros, produzindo tartarugas de pano e camisetas com slogan da marca.

¹⁰² Muitas pousadas e estabelecimentos comerciais utilizam o símbolo da tartaruga como marca do local: os chaveiros dos quartos de algumas pousadas são de tartarugas, quadro, pinturas entre outras imagens de tartarugas nas paredes etc. Além disso, algumas residências, sobretudo as de veraneio, também possuem imagens de tartaruga em suas paredes.

Diante do exposto torna-se importante ressaltar que conforme já identificado por Rodriguez (2004; 2006) não há consonância sobre as ações do Projeto Tamar entre os pescadores de Regência. Por um lado, encontramos grupos de pescadores, que “nitidamente colocam a tartaruga como um ser integrante de uma classe especial” (Ibid., 2006, p. 15), compartilhando a ideologia do projeto Tamar de que a tartaruga deve ser sacralizada em benefício da conservação ambiental, por outro lado, há pescadores que relatam a “impossibilidade de comer tartaruga em virtude da proibição e dos aparatos coercitivos que o TAMAR-IBAMA têm para punir o transgressor” (Ibid., p.15).

Nas pesquisas de campo realizadas para este trabalho também verificamos esse dissenso entre os pescadores artesanais no que tange as práticas do Projeto Tamar, bem como a incorporação de outros valores e normas preservacionistas na localidade. Aspecto que será abordado no próximo capítulo.

Imagens de Regência e do Cenário Preservacionista



Fotografia 28: Sede do Projeto Tamar na Rebio de Comboios.



Fotografia 29: Projeto Tamar na Rebio de Comboios.



Fotografia 30: Estrada de chão (entre a sede do Projeto Tamar e o centro de Regência).



Fotografia 31: A Restinga (Reserva Biológica de Comboios).



Fotografia 32: O acesso à praia (no interior da Reserva Biológica de Comboios)



Fotografia 33: A produção do bolinho de peixe.

CAPÍTULO 4

As vivências dos pescadores e pescadoras e a configuração de um cenário de injustiças ambientais em Regência Augusta

Neste capítulo abordaremos alguns aspectos da vida social em Regência Augusta. Nosso objetivo é compreender como os pescadores e pescadoras artesanais estão vivenciando e percebendo os processos de mudanças sociais, sobretudo na atividade pesqueira, ocasionados por processos modernizadores, que chegam à localidade via atividade industrial e políticas ambientais, conforme apresentadas no capítulo anterior. Para isso, privilegiamos na análise algumas trajetórias exemplares identificadas durante o trabalho de campo, no intuito de dar corpo às distintas possibilidades de agências desenvolvidas por estes sujeitos.

Em relação ao procedimento metodológico, salientamos que o material utilizado para as reflexões deste capítulo são, sobretudo, os dados coletados durante o trabalho de campo realizado no distrito. Neste sentido, são fontes de análises: as entrevistas semi-estruturadas realizadas com pescadoras e pescadores artesanais em Regência, os relatos etnográficos realizados no caderno de campo durante as inserções na localidade, em conversas informais, nas audiências públicas e em outros eventos oficiais.

4.1. Modos de viver e trabalhar em Regência Augusta

Partindo de uma análise geral, durante o período Colonial e, sobretudo, durante o ciclo de exploração de ouro e outros metais preciosos no estado de Minas Gerais, o estado do Espírito Santo “acabou convertendo-se numa espécie de cinturão protetor das minas” (SANTOS, 2010, p. 47), diante da pouca importância econômica que o estado apresentava¹⁰³. Todavia, neste mesmo período o distrito de Regência obteve um significativo destaque, tendo em vista sua localização territorial situada na foz do rio Doce. Com efeito, os metais preciosos eram explorados no estado mineiro e escoados através de embarcações que atravessavam este rio. Durante o referido período histórico, o rio Doce obteve uma grande relevância social e econômica, pois era usado para o

¹⁰³ Destacamos que estamos nos referindo à econômica destinada a exportação e não estamos falando das inúmeras propriedades que praticavam uma agricultura diversificada, por exemplo.

transporte de produtos e pessoas. Diante da relevância atribuída ao rio Doce, o distrito de Regência se tornou um importante entreposto comercial (REIS, 2003).

Ainda no início do século XX, já no ciclo econômico do café e da madeira – em Linhares – o distrito de Regência continuava apresentando uma situação de destaque, tendo em vista o porto localizado na foz do rio Doce. Os barcos a vapor subiam o rio principalmente em direção ao município de Colatina e o porto de Regência era uma parada quase que obrigatória destas embarcações. Os moradores aproveitavam para comercializar uma série de produtos no porto, entre eles, destacamos os ovos de tartaruga, conforme podemos observar nos relatos de moradores e dos compradores da iguaria (MEDEIROS, 1977)¹⁰⁴.

FIGURA 3

Embarcações no rio Doce – Acervo do Museu Histórico de Regência



Foto da esquerda: Barco transportador de cacau no Rio Doce que era navegado por navios até Colatina, onde era comum ver botos nadando. Foto da direita: Barcos a vapor subiam o rio. Os mais famosos foram Juparanã, Tupi e Tamoyos. (Fonte: Acervo de fotos do Museu Histórico de Regência).



Foto da esquerda: Lancha da saúde que percorria o rio atendendo os ribeirinhos. Foto da direita: Juparanã, navio de passageiros. De Regência até Cachoeira Escadinha. (Fonte: Acervo de fotos do Museu Histórico de Regência).

¹⁰⁴ O jornalista Rogério Medeiros publicou originalmente a reportagem “O amargo rio Doce” em 1977 no Jornal do Brasil. O mesmo texto se encontra no livro “Espírito Santo maldição Ecológica”, de mesma autoria. Recentemente a reportagem investigativa foi republicada no jornal on-line Século Diário e alerta para a destruição no maior rio do Espírito Santo (Site: <http://seculodiario.com.br/> acessado: 23/11/2014).

A situação no distrito se alterou em meados do século passado com o desenvolvimento da malha rodoviária¹⁰⁵ e a perda da relevância do transporte marítimo. Assim, a região passou de importante entreposto comercial, para vivenciar um relativo isolamento geográfico e econômico¹⁰⁶ (REIS, 2003). Além disso, já em meados do século passado, começam a se tornar visíveis os impactos de ações antrópicas no rio Doce, com o aumento na formação de ilhas no interior do rio e a dificuldade de navegação, decorrentes do desmatamento e das atividades industriais no decorrer do rio (MEDEIROS, 1977). Neste novo contexto, de acordo com relatos dos moradores mais antigos da região, duas atividades socioeconômicas se destacam no cenário local, a saber: a pesca e agricultura.

Considerações sobre a atividade pesqueira

“Não carecia de ir ao mar para pescar, pescava de canoa no rio Doce”.

Por intermédio dos relatos coletados de alguns moradores mais antigos de Regência é possível perceber a importância que o rio Doce e seus afluentes¹⁰⁷ exerciam sobre os costumes locais. Logo, compreendemos que a atividade pesqueira, que predominava neste cenário, principalmente no rio Doce, ocorria inicialmente a partir de técnicas simples e herdadas dos povos indígenas.

A¹⁰⁸. (2014), que nasceu em Regência durante a década de 1950 e começou a pescar ainda criança, quando saía para acompanhar o pai nesta atividade, nos conta, com muito entusiasmo, que a pesca sempre ocorreu no distrito. Segundo ele, todo mundo que é morador antigo da região é pescador ou já foi pescador algum dia, ou ainda possui algum vínculo com a atividade pesqueira¹⁰⁹. Para ele a pesca deve ser considerada como uma atividade tradicional em Regência, pois existe há muito tempo, bem antes da instalação das empresas na região e da criação da unidade de conservação.

¹⁰⁵ E a construção da ponte em Linhares (1954).

¹⁰⁶ Torna-se importante destacar que estamos falando de um relativo isolamento tendo em vista a situação verificada no passado. Contudo, conforme veremos no decorrer do capítulo, o grupo pesqueiro mantinha relações sociais e econômicas com outros distritos de Linhares, como é o caso de Povoação, Degredo e a própria sede do município. Além disso, as atividades como pesca e lavoura vão predominar no cenário, caracterizando as relações sociais, econômicas e culturais das famílias de Regência.

¹⁰⁷ Como é o caso do Rio Preto.

¹⁰⁸ Optamos por utilizar no lugar dos nomes dos pescadores, as siglas, no intuito de preservar o anonimato desses sujeitos.

¹⁰⁹ A. (2014) está se referindo a muitas mulheres que participam da atividade, contribuindo no processo de limpeza e preparação do pescado.

Todavia, ele explica que o distrito de Regência tem passado por um intenso processo de transformação social, desde meados do século passado, o que vem ocasionando o crescimento do mesmo e alterações no modo de viver e trabalhar dos nativos. Este crescimento é identificado pelo pescador a partir do aumento populacional, aumento da quantidade de pescadores na região, da implantação de serviços públicos e da ampliação do comércio na região. Ele destaca também que vêm ocorrendo mudanças no próprio ofício pesqueiro e nas formas de socialização dos próprios pescadores. Ele explica, por exemplo, que antigamente o rio Doce era um estuário bastante fundo e que nele havia uma enorme fartura de peixes. Assim, os moradores de Regência utilizavam o rio e seus afluentes, como é o caso do rio Preto, para muitas atividades, entre elas: lavar roupa, tomar banho e até cozinhar alimentos e beber água. Ademais, a própria atividade pesqueira era realizada predominantemente no ambiente fluvial, não tendo a necessidade de se deslocar para o mar.

Não obstante, A. (2014) salienta que atualmente devido aos distintos processos de ocupação (pressão urbana e atividades industriais) ao longo deste rio, o mesmo encontra-se em acentuado processo de assoreamento e com isso, tem sido cada vez mais difícil continuar exercendo a atividade pesqueira como faziam outrora, conforme podemos observar no relato abaixo:

Quando eu comecei a pescar com meu pai (que eu era pequeno) comecei a pescar pelo rio Doce. Porque o rio Doce tinha muito volume de água, ele era fundo, tinha canal mesmo de vinte, trinta metros de fundura. Então tinha muito peixe para pescar. Não carecia de ir ao mar para pescar, pescava de canoa no rio Doce. Na maioria, tinha bastante peixe para pegar. Pegava Robalo, tinha bastante Mero (que era o fundo o rio Doce) que hoje em dia nem existe mais. Tá até em extinção o Mero! Bastante Robalo também. Dava muito de linha de rede. E naquela época não existiam essas redes de plástico, era tudo rede feita na mão. Só que tinha muita fartura de peixe, só que não tinha saída de peixe. Não tinha estrada, a estrada que tinha era o rio Doce que andava nele de canoa daqui para Linhares, quando não era daqui para Linhares, era daqui para Povoação (Pescador A. , 2014).

Situação semelhante é narrada pelo pescador S. (2012), outro pescador que também se considera nativo de Regência:

Aprendi a pescar com meu pai. Na época de papai era mais fácil, não precisava encarar o mar bravo, o peixe vinha mais próximo, tinha mais facilidade, mais fartura de peixe. A gente pescava mais no rio e hoje tem que encarar o mar bravo. Naquela época não precisa ir aonde eu vou pescar, tinha muito peixe. Não sei se é porque aumentou o volume de pescador, ou o

volume de rede, porque naquela época tinha menos pescador né [...] Porque aumentou muito o volume de rede também né e não é porque não tinha muito volume de rede é porque não tinha aonde vender [...] (PESCADOR S., 2012).

Os relatos dos pescadores S. (2012) e A. (2014) nos leva a compreender que a pescaria ocorria no interior do rio Doce, ou na própria “boca da barra¹¹⁰”, local onde havia maior abundância de pescado, portanto, ambiente preferencial para a realização da atividade. Além desses pescadores, outros moradores também relatam que havia uma fartura de peixe neste estuário, não havendo, portanto, a necessidade de adentrar o mar¹¹¹ para pescar. Nesse sentido, ainda de acordo com S. (2012), compreendemos que no passado poucas redes eram suficientes para obter sucesso no ofício pesqueiro: “[...] na minha época e de papai, tinha muito peixe, dá até pra falar a quantidade de rede que tinha pra pescar. Acho que naquela época tinha duas redes pra pescar! E era peixe suficiente para manter a família e olha que na época não se vendia peixe pequeno [...]” (PESCADOR S., 2012).

No entanto, hoje em dia, a navegação no rio Doce está comprometida pelo forte processo de assoreamento. Tal processo além de dificultar a navegação no rio, possibilita a diminuição do pescado no estuário, uma vez que, o ambiente não se encontra adequado para a reprodução de determinadas espécies. Logo, os pescadores apontam para a diminuição do pescado no estuário, que outrora era muito rico em quantidade e variedade de espécies. Somam-se a estas dificuldades o fato da pescaria na “boca da barra” tornar-se proibida por lei e a sofrer forte fiscalização na região, conforme observamos neste outro relato do pescador S. (2014):

“A quantidade de peixe diminuiu muito, diminuiu bastante aqui em Regência (...). Robalo era a menina dos olhos naquela época, os outros peixes a gente nem pescava porque não tinha comércio. Tinham muito, mas não tinha comércio. Robalo era mais fácil de comércio, então a gente pescava. Outros que não tinha comércio, como a Carapeba, por exemplo, o Caçari, esses peixes a gente nem pescava porque não tinha comércio [...] A gente pescava era na boca da barra que lá dava muito peixe e ainda dá lá” (Pescador S. 2014).

¹¹⁰ Denominação local para a foz do rio Doce.

¹¹¹ A praia de Regência é conhecida pelas ondas fortes, navegar nas proximidades, quando o mar está revoltado, não é tarefa fácil, como dizem os pescadores da região. Uma das narrativas mais contadas na localidade é sobre o feito heroico do pescador Caboclo Bernardo que salvou 128 marinheiros que estavam em um navio imperial que naufragou na praia de Regência. Relatos de complicações, sufoco e até mesmo mortes na boca da Barra são comuns entres os moradores da Região.

Diante dos relatos exposto, identificamos que a maior parte da pescaria era realizada na “boca da barra”, local onde eles sabiam ter uma grande ocorrência do pescado. As conversas com S. (2012; 2014) e A. (2014), entre outros pescadores da região, nos leva a compreensão da ocorrência de uma complexa relação estabelecida entre estes pescadores e o ambiente natural no qual estão inseridos, neste caso, o rio Doce. Nessa perspectiva, compreendemos a pesca como uma atividade cujos protagonistas interagem intensamente com o ambiente e as condições locais, sendo que as relações sociais são estabelecidas a partir desta complexidade com o meio natural ao qual estão inseridos (DIEGUES, 1983; KNOX, 2007; RAMALHO, 2006).

Tomando empresta as palavras de Knox (2009), a atividade pesqueira, compreende “um aprendizado complexo que envolvia não somente a utilização adequada de instrumentos para determinados fins, como a aquisição de uma forma de compreensão, a partir da observação, aprendizado e vivência dos fenômenos da natureza” (KNOX, 2009, p. 57). Tal fato nos permite identificar a existência de uma estreita relação entre a atividade pesqueira e o ambiente natural ao seu redor, ou seja, é um ofício humano altamente dependente e conhecedor do ambiente no qual está inserido (DIEGUES, 1983; 2000; KNOX, 2007; RAMALHO, 2006).

De acordo com estudo já realizado na localidade, Bicalho (2012), podemos identificar o modo como esta atividade era realizada no passado e verificar também o domínio e o saber prático que estes sujeitos apresentam sobre as técnicas pesqueiras no ambiente fluvial, os petrechos próprios e a relação de ambas com o conhecimento sobre o ambiente em que se pratica a atividade, no caso o rio Doce:

As pescarias eram realizadas em canoas com redes confeccionadas com linha de barbante e boias de madeira, gruzeiras [uma corda esticada de uma vara a outra, anzóis presos a linhas de mais ou menos meio metro, pendentes nessa corda e enfileirados em distância regular], mijuadas [atualmente chamada de rede de espera], tarrafas e linha de mão feita de tucum [tipo de cipó]. Outras formas de se capturar peixes abundantes na época eram o quitandu [armadilha afunilada], a camboa [cercado de madeira onde o peixe entrava na maré cheia e ficava preso na maré baixa] e o jequiá [confeccionado em taquara] utilizado para a pesca no rio do camarão pitu e lagosta (BICALHO, 2012, p. 28).

A pescaria no rio Doce ainda é praticada por muito pescadores em Regência, sobretudo pelos pescadores mais velhos, que aprenderam as técnicas, no próprio ato da pescaria,

ainda jovens enquanto acompanhavam seus pais e/ou outros pescadores mais velhos na região.

Sobre o aprendizado da atividade pesqueira, é importante salientar que a forma de transmissão deste conhecimento geralmente é passada de pai para filho, ou do pescador mais velho para o pescador mais novo, ou seja, é uma prática transmitida de modo informal no dia a dia dos pescadores. Assim, o conjunto de saberes produzido pelo grupo pesqueiro deve ser considerado como tradicional, ou seja, adquirido e acumulado pela comunidade através da observação e experimentação de várias gerações e, de certa forma, até hoje presentes na atividade pesqueira” (KNOX, 2009, p. 57). Compreendemos assim, que tal conhecimento pode ser caracterizado como um saber naturalístico, em comparação com saber técnico, pois o primeiro decorre da transmissão oral e do compartilhamento de símbolos e códigos que são próprios do grupo social em questão (DIEGUES, 1983; DESCOLA, 2000; RAMALHO, 2006; KNOX, 2009), o segundo é o saber racional e científico, próprio de uma modernidade que está em curso.

Dessa forma, fazer-se pescador é ter a capacidade de apreender uma série de conhecimentos socioculturais e ambientais que te permite conduzir caminhos e segredos sobre o ambiente aquático e dos recursos naturais (RAMALHO, 2010; 2012). Logo, conhecer o ambiente onde mora é regra fundamental para qualquer pescador. Ou seja, saber relacionar o vento, com os ciclos lunares, conseqüentemente da maré e a chegada ou afastamento do peixe é requisito básico para ter sucesso neste ofício. Pois, é uma atividade que está relacionada intrinsecamente aos ciclos do ambiente.

Nessa perspectiva analítica, podemos dizer que o conjunto de saberes, apreendidos e compartilhados pelo grupo pesqueiro em Regência, incluía além do conhecimento do ambiente no qual o pescador estava inserido (sobre o rio Doce, as matas, a “boca da barra”), a necessidade de articular tal conhecimento as necessidades de captura do pescado. Dessa forma, este grupo social específico desenvolvia técnicas próprias para a atividade na região (redes confeccionadas com linha de barbante e boias de madeira, gruzeiras, mijuadas entre outras já mencionas no texto), além disso, tornava-se necessário o conhecimento de técnicas complementares como é o caso do domínio da técnica para construção das embarcações e dos petrechos usados na atividade. Sobre este aspecto, A. (2014) nos conta que as embarcações referentes ao período desta pesca

mais antiga eram construídas pelos próprios pescadores e eram constituídas por canoas feitas de madeiras, encontradas na própria região da planície costeira do rio Doce, como era o caso das espécies de peroba e jacarandá. Segundo este pescador, as margens deste rio eram cobertas de mata, o que permitia a retirada da madeira para a confecção desta técnica artesanal e “muitas vezes, nem era preciso cortar a árvore, ela já tava no chão, caída na mata” (PESCADOR A., 2014).

Por conseguinte, A. (2014) esclarece ainda que inicialmente o motor não era uma tecnologia comum nos barcos da localidade e a navegação era feita com auxílio do remo. À vista disso, nesse contexto de até meados do século XX, como não havia a estrada de chão ligando o distrito à sede do mesmo, a locomoção inicialmente era feita também por intermédio destas canoas. O percurso até Linhares, sede do distrito, chegava a durar um dia inteiro, conforme exposto também por dona I. (2014), 70 anos, que nasceu em Regência: “Nunca era possível ir e voltar no mesmo dia, pois não dava tempo. A estrada era de areia, mas o caminho feito pela gente era pelo rio mesmo. Ia de canoa, a remo, tá! Demorava um dia inteiro para chegar em Linhares”. Todavia, com o passar do tempo o motor vai sendo atrelado às embarcações da região, o que vai facilitar a locomoção e o próprio ofício destes trabalhadores¹¹², mas em contrapartida a própria navegação no rio vai ficando prejudicada pelo processo de assoreamento do rio.

De acordo com os pescadores, além do motor na embarcação outro ponto que contribuiu para assinalar este processo de mudança na atividade pesqueira em Regência é a utilização do gelo para conservar o pescado. Nesse aspecto, A. (2014) e S. (2012) nos conta ainda que, nesta época mais antiga, os moradores de Regência não faziam uso do gelo para conservar o pescado capturado. O mesmo era salgado para ser comercializado ou usado para a alimentação dos próprios pescadores e familiares. A técnica em destaque era realizada pelas mulheres da região, que salgavam o pescado e posteriormente colocavam o mesmo no telhado para secar.

Naquela época tinha que pegar o peixe e salgar, levava na mercearia e trocava por sal, por kerosene [...] não tinha onde vender o peixe, aí tinha que pegar e salgar [...] aí botava no canto da casa mesmo, botava no telhado para

¹¹²No entanto, é importante salientar que, se por um lado a tecnologia do motor facilita a pescaria, pois permite percorrer mais distâncias em menos tempo, por outro lado, essa mesma tecnologia promove um aumento no custo da atividade, pois é necessário acrescentar os custos com o diesel para a realização da atividade nos tempos recentes.

secar. No caso, salgava e botava no telhado para secar e para armazenar é no canto da casa ou então colocava na cerca aí fora, não tinha essa urubuzada [...] (PESCADOR S., 2012).

A técnica de salgar o peixe era utilizada pelo fato de não haver eletricidade no distrito e como poucos atravessadores chegavam à região, os pescadores precisam conservar o pescado para levar até um possível comprador ou mesmo para guardar para a própria alimentação da família. Logo, outro ponto que merece destaque acerca dos hábitos e dos costumes dos pescadores neste contexto antigo é o comércio. A forma de comercializar o pescado, muitas vezes ocorria através da troca do pescado por outro produto, geralmente também do gênero alimentício, como era o caso do aipim, da abóbora, da banana, entre outros. Ou seja, nem sempre era necessário fazer uso monetário para as transações comerciais, pois, muitas vezes, a troca era suficiente nas relações estabelecidas no distrito, conforme relato do pescador A. (2014):

“A gente não vendia o peixe, agente salgava e o outro restante pegava e saía para as roças para trocar por farinha, abóbora, beiju, tapioca, **trocar** por banana nas fazendas [...]. Quando íamos para as roças de areia aqui era a cavalo, mas para as fazendas beirando o rio era a canoa. Quando não era canoa a remo, era a motor” (PESCADOR A., 2014) (grifos nossos).

Ademais, outro fator que marca o processo de transformação na atividade pesqueira em Regência, conforme exposto por Bicalho (2012), foi à introdução do nylon na atividade. Antes da inserção do nylon as redes eram feitas de barbante que posteriormente foram substituídas por redes feitas de cordas de navio (cordas grossas que eram desmanchadas para a confecção das redes de pesca) e mais tarde, substituída pelo nylon, técnica que prevalece até os dias atuais e que também contribui para gerar mais despesas na atividade, uma vez que o nylon também é um material que deve ser comprado pelo próprio pescador.

Com efeito, o fato de a atividade pesqueira predominar nesse cenário local permitiu que a comunidade se organizasse de forma específica: possuindo um conjunto de práticas e visões de mundo que lhes são próprias (DIEGUES, 2001), construindo, portanto, um *ethos* específico, ou seja, um tipo de comportamento habitual e esperado, que pode ser instrumentalizado a partir da ideia de *habitus*¹¹³, ou seja, as disposições assimiladas

¹¹³De acordo com Pierre Bourdieu a noção de *habitus* vem da noção aristotélica de *hexis*, com o intuito de colocar em evidencia as capacidades criativas do *habitus* e do agente: “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (...) o *habitus*, a *hexis*, indica a

durante a vida dos indivíduos e que permitem o regimento das ações sociais próprias à cultura da qual foi inserido (BOURDIEU, 2004; 2011).

Compreendemos dessa forma, que a pesca compõe o *modus vivendi* da região, constituindo-se como um elemento fundamental para a obtenção de renda e alimento para as famílias de Regência. Além disso, é importante considerar que a atividade contribuiu também para a caracterização dos modos de vida e trabalho específicos dos moradores da localidade pesquisada. De acordo com Antonio Carlos Diegues (1998), é possível utilizarmos ainda o termo “maritimidade”¹¹⁴ para se referir a um conjunto de práticas sociais e simbólicas específicas a esses grupos pesqueiros.

Considerações sobre a prática agrícola

“Antigamente isso era uma mata fechada. Mata mesmo! Hoje em dia não tem mais. Vivia muita gente aí”

Ampliando as análises acerca dos hábitos e costumes dos pescadores de Regência, identificamos ainda que, paralelo à atividade pesqueira, a prática agrícola, em pequena escala, também ocorria na localidade de forma veemente. Tornando-se assim, mais um elemento na caracterização deste *habitus* constitutivo do grupo pesqueiro analisado.

Filho de pescador bastante conhecido e respeitado em Regência, S. (2014), também nativo da região, nos conta que além do pescado o complemento da alimentação da sua família era adquirido a partir da roça que era propriedade do seu pai. Nessas roças era comum: plantações de mandioca, feijão, abóbora, banana, cana, entre outros alimentos. Estes eram cultivados nas áreas próximas as moradias e também nas ilhas, que se formam no interior do rio Doce, conforme podemos observar nesse pequeno trecho retirado de uma conversa com o pescador S.:

disposição incorporada, quase postural -, mas sim o de um agente em acção (...)” (BOURDIEU, 2011, p. 61). Dessa forma, por *habitus*, podemos falar que são disposições assimiladas durante a vida dos indivíduos e que permitem o regimento das ações sociais.

¹¹⁴O autor torna possível esse conceito, a partir de uma expansão do termo “ilheidade”, também trabalhado pelo autor, que se refere ao modo específico de vida e trabalho característicos das populações quem moram em ilhas (DIEGUES, 1998). Assim, a palavra *ileitê* (origem francesa) está relacionada tanto a aspectos sociais e econômicos como aspectos simbólicos: como a orientação geográfica e climática, além de jogos de linguagem específicos. Dessa forma, “esse termo [maritimidade] é compreendido não só no sentido econômico, como também no aspecto simbólico que a vida próxima ao mar pode proporcionar ao imaginário coletivo, determinando modos específicos de vida e uso dos recursos do mar” (KNOX, 2009, p. 32).

- Meu pai tinha roça, colhia feijão, arroz e milho e horta era só para se manter: um tomate, uma cebola um cheiro verde, era só para fazer as coisas de casa. O milho sobrava para vender, feijão também. E farinha também, a gente fazia para vender. A maneira de escoamento era a canoa: botava na canoa e ia lá para Povoação ou levava para as fazendas, para trocar por outras coisas que tinha na fazenda: a carne seca” [...] Levava de remo, tá! Ia uma semana de canoa a remo (...). É, ia lá de cima remando. Isso no tempo do meu pai no caso né (...). São as coisas que ele me cotou que são verdades. Aí trazia coisas que não tinha aqui que era a carne seca (...). Era coisa diferente, não me recordo bem mais o que. Sei que era carne seca que ele trazia de lá para cá (...).

- Queijo também?

- Queijo não! Queijo era luxo!

- Trazia fumo de rolo também, açúcar, querosene que era o que mantinha a lâmpada acesa né. O pó de café.

No tocante as práticas agrícolas merecem destaque o cultivo da mandioca e a produção da farinha na região. A mandioca foi um dos alimentos mais lembrados e mencionados pelos moradores durante as conversas realizadas no período do trabalho de campo. Sobre esta atividade, dona I. (2014) nos conta que “antes tinha as roças né: era roça de mandioca, tinha os “*quitumbos*”, aí agente fazia a farinha né. Fazia muita tapioca aqui”. Outros pescadores também relatam a ocorrência das casas de farinha na região. As casas de farinhas eram chamadas localmente de “*quitumbo*” – que era um local onde a mandioca era moída inicialmente para em seguida preparar a farinha. Posteriormente a farinha ainda podia ser transformada em tapioca, alimento de origem indígena, muito produzido outrora na localidade de Regência.

Ainda sobre as casas de farinha, A. (2014) nos conta que quando era criança saía com seu avô no mato levando a mandioca nos braços até o um local onde era possível moer a mandioca – em um local chamado de “*quitumbo*”. Ainda segundo A. (2014), o último membro da sua família a ter roça em Regência foi seu avô, que vendeu a mesma por um preço muito baixo na época, pois não tinha o costume de realizar transações monetárias, não sabendo, portanto, quanto poderia valer a sua terra. Ele enfatiza que na época do seu pai já era difícil adquirir algum tipo de terra na região, pois grande parte da planície costeira do baixo rio Doce, onde está localizado o distrito de Regência, já estava tomada por grandes latifundiários e pelo início das atividades de pesquisa e extração de petróleo e gás. Em virtude disso, o preço das propriedades tornou-se muito alto, ocasionando um

intenso processo de expropriação de terras¹¹⁵, outrora ocupadas pelas famílias de Regência.

No que tange as mudanças, a narrativa do A. (2014) é bastante esclarecedora. O pescador expõe que o cenário de predomínio da pesca e da agricultura, conforme descrito, foi alterando justamente com a chegada de grandes fazendeiros na região e empreiteiras que faziam trabalho de pesquisa para a Petrobras. Estes foram comprando terras, que na época foram vendidas a preços muito abaixo do valor de mercado. E este espaço – que antes era mata – foi sendo desmatado e transformado em grandes áreas para pastos e posteriormente construídos poços com a finalidade de extrair petróleo, como é o caso do ocorrido em Lagoa Parda, conforme podemos observar no trecho de uma conversa extraída a partir de uma entrevista com este pescador:

- Tinha muita mata ai?

- Antigamente isso era uma mata fechada! Mata mesmo! Hoje em dia não tem mais. Vivia muita gente aí. Vivia espalhada em todos os lugares. Onde tem as lagoas: lagoa Parda, lagoa Nova, lagoa das Cacimbas, lagoa da Dourada, lagoa das Piabanha, tudo tinha morador. Tinha morador de um lado, morador do outro lado, para frente tinha morador, tudo tinha morador. Todos eles tinham sua rocinha: era mandioca, abóbora, melancia, milho, feijão de corda [...].

- E como isso foi mudando?

- Mudou depois que começou chegar a Petrobras aqui e começou a fazer as estradas né. Ai começou chegar gente de fora. E esse pessoal de fora, da cidade, chegava com um trocadinho, chegava para um, igual meu avô, velho né, não conhecia dinheiro, não conhecia nada né. Fulano quer me vender aquele quarto de terra? Vendo. Por quanto? Por uma *michariazinha* aqui. Ele via aquele dinheiro e achava muito dinheiro. Chegava para outro e vendia também. Comprava na mão de outro. Daqui a pouco os grandes tomaram conta. Daqui a pouco outros mais grandes tomaram conta. Foi quando começaram a fazer aquelas carvoaria e começaram a desmatar para fazer carvão. E ai foi acabando e acabando. Tiraram muita madeira ai [...]. Isso ai foi numa faixa de 74, 75 [...]. Nessa faixa ai de 70 para 80 que mudou!

- E este pessoal que trabalhava na roça foi para onde?

- Ai começou a vim para dentro de Regência, toda vida teve pouco morador aqui. Mas muito do pessoal dessas roças, foram para outro lugar também: Vila do Riacho, lá para os Comboios. Entre Comboios e Vila do Riacho, naquele meio, que era gente de lá né.

- Daqui até a Vila do Riacho o pessoal tinha roça?

- Tudo! De fora a fora, descendo Comboios, toda vida teve morador. Você pode andar lá hoje, é reserva, mas sempre eles estão fazendo as plantações

¹¹⁵ No que tange a questão de expropriação das terras no campo, de acordo com José de Souza Martins (1991), a manutenção dos grandes latifúndios visa à expansão das pastagens e a modernização do ambiente agrário, provocando com isso um intenso processo de expropriação da terra e posterior exploração do trabalho camponês, que se vê obrigado a ceder às pressões do capital, deixando de ser: proprietários, posseiros, arrendatários entre outros e transformando-se em proletariados do campo.

dele. Hoje se você for lá em Comboios comprar um a farinha fresquinha, sem ser essa da venda, você consegue comprar lá. Beiju: de coco e tapioca. Agora aqui, você não consegue comprar mais. Igual era antigamente aqui. E agora é tudo fazendeiro, gente que tem dinheiro, você não pode ir mais lá dentro, porque se entrar lá dentro não sai [...]. É porque vocês vieram pela praia, ainda tem uns matinhos, agora indo pela Petrobras, por Lagoa Parda, aí você só ver pé de coco, mamão, eucalipto, tudo já de fazendeiro. O local que era mata ta tudo desse jeito aí. Só ficou umas moitinhas no meio, porque quando o IBAMA chegou já tinha quase que acabado com tudo. Se o IBAMA chegue antes segurava, que eles não desmatavam. Aí quando ele chegou, o que tinha ficou, o que não tinha acabou mesmo (Pescador A., 2014).

Tais denúncias de ocupação irregular e desmatamento da área também são possíveis verificar a partir do Plano de Manejo da Reserva (1997), abordado no capítulo anterior. Com efeito, a criação de uma Unidade de Conservação na região representou uma grande vitória para os agentes ambientalistas que lutavam há algum tempo para impedir o desmatamento na região e simultaneamente pela criação da mesma. No entanto, para muitos moradores representou o início de mais um embate na região. Alguns pescadores apontam que foram prejudicados no processo de criação da REBIO de Comboios e não apenas em relação às restrições de área de peca, mas, também em relação à manutenção das práticas agrícolas que outrora eram costumeiras na região.

Nesse aspecto, é interessante notar que o pescador A. (2014) quando fala do desmatamento ocorrido na planície costeira do rio Doce, provocado pelos grandes fazendeiros e empreiteiras na região, salienta para a importância das ações de fiscalização do IBAMA no intuito de barrar tal processo. No entanto, opiniões distintas a essa também são encontradas no distrito. De forma contrária, o pescador S. (2012), enfatiza, com certa indignação, acerca das ações preservacionistas do órgão ambiental em questão, que em sua opinião contribuiu para enfraquecer e invisibilizar a cultura agrícola na região:

Meu filho não conhece isso hoje, eu fico puto com isso, eu fico puto com o IBAMA por isso, porque a Casa de Farinha acabou. Tinha muitas casas de farinha aqui na região [...]. Ele não conhece o que é hoje uma Casa de Farinha [...] tinha várias casas de farinha, várias. E hoje essa área de fazer farinha é tudo reserva hoje! Está certo que tem que proibir mesmo, não vai botar fogo de qualquer maneira assim. Mas você tem que ir lá [...] como é que fala? Conscientizar as pessoas: essa área aqui é sua, nós vamos cercar em volta pra você trabalhar aqui, fazer farinha, entendeu? Eu acho que tem que proibir sim, mas também acho que tem que deixar o cidadão viver, o nativo viver, se não daqui a pouco vai acabar as culturas. (S. 2012)

As análises dessas narrativas nos leva a compreender que os sujeitos que hoje, em sua maioria, vivem apenas da atividade pesqueira ou a mesclam com atividades industriais ou preservacionistas, quando necessário, no passado articulavam a pesca com as atividades na lavoura de forma habitual. Nesse sentido, torna-se possível uma aproximação destes sujeitos e suas práticas realizadas no passado, a saber: agricultura e pesca ao grupo de pescadores-lavradores¹¹⁶ (DIEGUES, 1983).

O tipo de *pescador-lavrador* era muito comum no litoral sudeste do Brasil, no entanto, estes pescadores terão suas condições naturais de produção alteradas, tendo em vista a separação gradativa desses sujeitos aos seus locais de moradia e trabalho, sobretudo por conta de um contexto de apropriação do litoral em prol da urbanização, especulação imobiliária e turismo. Destituídos do espaço da lavoura, estes sujeitos deixam de ser *pescador-lavrador* e passam a compor o grupo de *pescadores artesanais*, tendo a atividade pesqueira como principal ofício (DIEGUES, 1983).

Nessa perspectiva, identificamos que as condições de produção material e simbólica das famílias em Regência não eram reduzidas a atividade pesqueira, ao contrário disso, mesclavam a pesca com práticas agrícolas. Todavia, diante de um cenário de intensa transformação ocasionado com a emergência de valores e práticas *outsiders* (tabela 4), os modos de viver e trabalhar dessas famílias foram alterados, caracterizando um processo de desencaixe¹¹⁷ das tradições culturais locais (GIDDENS, 1991). Situação que exige, portanto, o estabelecimento de formas criativas por parte desses sujeitos no que tange a reprodução material e simbólica do grupo.

Diante desse cenário de transformações na localidade de Regência, torna-se importante salientar ainda que ambas as atividades (pesca e agricultura) possuem uma intensa interação com o ambiente natural, ou seja, além de dependerem da natureza para sua reprodução material e simbólica, os sujeitos pesquisados narraram o estabelecimento de um conjunto de saberes práticos, que nos leva a refletir para o fato de que todo o

¹¹⁶De acordo com DIEGUES (1983), o pescador-lavrador é aquele que altera sua prática entre a agricultura e a pesca, este pescador se diferencia do pescador artesanal que é aquele pescador que passa a exercer exclusivamente a pesca como sua atividade.

¹¹⁷De acordo com Giddens (1991), diante de um contexto de desenvolvimento da Modernidade, o processo de desencaixe é entendido como o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 29). Assim, o processo de desencaixe “retira a atividade social dos contextos localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distancias tempo-espaciais” (GIDDENS, 1991, p. 58).

impacto sofrido no ambiente natural em Regência também provoca alterações nas práticas e conhecimento desenvolvidos historicamente nesta localidade, ou seja, no *saber-fazer* das famílias de Regência. Aspectos que buscamos analisar na próxima sessão.

TABELA 4

Síntese do cenário de transformações *outsiders* em Regência Augusta

PERÍODO (década)	CENÁRIO PRESERVACIONISTA	CENÁRIO DESENVOLVIMENTISTA
1940	A região foi identificada como um celeiro de tartarugas marinhas.	
1950	A área considerada um dos mais importantes remanescentes de restinga do Brasil (pelo Instituto Oswaldo Cruz) foi decretada como reserva para fins de constituição do Parque Ecológico da Região Leste (1953).	Até 1954 – quando foi construída a ponte de Linhares – Regência se destacou como um ponto de embarque portuário para o interior.
1960- 1970	Denúncias em relações a ocupações irregulares na região, além de desmatamento e extração de recursos naturais, feitas na imprensa capixaba, sobretudo pelo pesquisador e ambientalista Augusto Ruschi.	-Intenso desmatamento: retirada ilegal de madeira e implantação de pastagens. -Formação de latifúndios: processo de expropriação das terras. -Início das sondagens para verificação de existência de petróleo na área da reserva - Construção de estradas (não pavimentada) para instalação do Terminal Aquaviário de Regência – TEREG. -Primeira descoberta de gás – campo terrestre Lagoa Parda (1978).
1980 -1990	Criação da Base do Projeto Tamar (1982) Criação da REBIO de Comboios (1984)	-Intensas atividades de sondagens da Petrobras em áreas marítimas e terrestre; -Primeira descoberta marítima: Campo Congoá (1988). -Descoberta marítima: Campo Peroá (1997) -Construção do Canal Caboclo Bernardo - empresa Aracruz Celulose (1999).
2000 -2014	Proposta de criação da RDS Foz do Rio Doce	Pesquisas sísmicas Proposta de construção do Porto Norte Capixaba para exportação de minério de ferro da empresa Manabi (O Pedido para a Licença Prévia ocorreu em 2012).

* Tabela elaborada pela pesquisadora a partir dos dados qualitativos coletados durante o trabalho de campo na comunidade de Regência e dados primários coletados durante a etapa de pesquisa bibliográfica

4.2. As transformações em Regência e a percepção dos pescadores

A chegada de um conjunto de valores e interesse *outsiders* a comunidade de pescadores de Regência são vivências a partir de um contexto de contínuas perdas nos modos de viver e trabalhar destes sujeitos. A formação de latifúndios e a implantação da atividade

petrolífera na região, em meados da década de 1970, bem como a implantação da Rebio de Comboios e instalação de uma base do Projeto Tamar na década posterior, possibilitaram, portanto, alterações nos modos de viver e trabalhar do grupo pesqueiro em Regência. Dando continuidade às análises sobre como os pescadores e pescadoras estão vivenciando este processo de transformação no distrito de Regência Augusta, mapeamos dois processos distintos, mas complementares, de transformações sociais, identificados pelos próprios pescadores, a saber: transformações no ambiente fluvial e transformações no ambiente marinho, conforme apresentamos na tabela 5.

TABELA 5

Transformação e percepção dos pescadores acerca do ambiente fluvial e marinho em Regência Augusta nos últimos trinta anos.

Transformações no Ambiente Fluvial Rio Doce	Transformações no Ambiente Marinho
Diminuição do volume de água e salinização do rio	O pescado não chega à costa – devida a intensa iluminação das plataformas e embarcações petrolíferas
Diminuição da quantidade e variedade do pescado	Restrição da área de pesca no entorno das plataformas
Dificuldade para sair com embarcação na “Boca da Barra”	Aumento do tráfego de navios
Proibição da pesca na “Boca da Barra” por legislação ambiental.	Disputa do pescado com as Traineiras
	Proibição da pesca na praia de Comboios
	Desaparecimento do pescado após as atividades sísmicas

*Os trechos em verde representam transformações provocadas por ações preservacionistas na localidade de Regência e os trechos em azul correspondem às transformações decorrentes de ações desenvolvimentistas nesse mesmo distrito.

Transformações do Ambiente Fluvial

Conforme já exposto, a pesca sempre representou uma atividade tradicional na localidade pesquisada, o que faz com que os moradores dependam da foz do rio Doce, pois é de lá que tradicionalmente a maior parte da comunidade local sobreviveu e ainda sobrevive materialmente e simbolicamente. A preocupação com o rio Doce é um aspecto constante nas narrativas dos pescadores, conforme observamos nesta narrativa do pescador S. (2012):

Na época de papai o rio tinha 15 metros de fundura e hoje estamos com 2,5 metros de fundura, então o pescado sumiu, devido a uma série de coisas que acontecem durante o leito do rio, por exemplo, barragens que roubam nossas águas da boca da barra aqui (...) barragens e canais que foram desviados do

leito do rio, então acho que por isso ajudou muito também a diminuir a produção de peixe.

É possível notar que o pescador S. associa as atuais dificuldades de pescar no rio Doce e o desaparecimento do pescado com as consequências do processo de assoreamento que o rio vem apresentando ao longo dos anos¹¹⁸. Assim, torna-se importante salientar que as barragens construídas pela empresa Aracruz Celulose (Atual Fibria) ao longo da margem deste estuário é o principal fator apontado pelo pescador para ocorrência do assoreamento na foz do rio Doce.

Em relação a estas barragens, de acordo com Meirelles e Calazans (2006), no ano de 1999, com o intuito de abastecer a fábrica da Aracruz Celulose (localizada no município de Aracruz) e ampliar sua capacidade de produção para 2 milhões de toneladas/ano, a empresa construiu mais de 50 km em canais abertos com o objetivo de interligar o rio Doce à bacia do rio Riacho. Uma parte da ação foi à construção do canal Caboclo Bernardo – canal de derivação da água do rio Doce em benefício da empresa.

Desta forma, tal ação desenvolvimentista no leito do rio Doce beneficiou o complexo industrial de celulose no estado do Espírito Santo, aumentando consequentemente os lucros da Aracruz Celulose, produzindo ao mesmo tempo, consequências danosas para os pescadores de Regência¹¹⁹, que salientam a necessidade de percorrer percursos maiores para continuar trabalhando, pois atualmente não é possível continuar pescando apenas no rio Doce como faziam outrora.

Nesse sentido, torna-se importante destacar que enquanto a empresa se beneficia com os altos lucros devido ao aumento da produtividade, os pescadores ficaram com o ônus dessa ação desenvolvimentista, sendo obrigados a promoverem uma adaptação em relação os meios de produção, ou seja, necessitam usar mais petrechos de pesca, além de embarcações maiores, para percorrer distâncias ainda maiores no mar, além de terem mais gastos com o *diesel*. Todavia, salientamos que não são todos os pescadores que

¹¹⁸ Correlação esta que muitos outros pescadores fazem também. Durante a oficina realizada pelo GEPEDES, sobre “Direito Sociais e Humanos e apoio ao Associativismo entre os Pescadores e Pescadoras Artesanais”, realizada em 2012, como o grupo pesquisado, essa foi uma das principais reclamações apresentada pelo grupo.

¹¹⁹ Os pescadores da localidade vizinha, a Barra do Riacho (município de Aracruz), também relatam tais problemas e ainda de forma mais profunda, conforme analisado por VIERIA (2012).

conseguem realizar tais adaptações nos seus meios de produção, conforme nos explica o pescador M. (2012):

Hoje, por causa desses problemas que estamos tendo na foz do Rio Doce, dificulta os pescadores (...) a maioria não têm condições de ir lá fora e os outros que não tem? Então muita gente passa necessidade aqui dentro, outros não têm como pagar uma conta de luz, que às vezes não tem como *panhar* o pescado (pois não tem no rio). Então aquele que tem mais condições vai pescar mais lá fora, consegue um peixe melhor lá fora e consegue manter sua família. (...). O que tão fazendo, desviando água pra dique e esses troços todinhos aí (...). O único problema é esse aí.

Dessa forma, tal fato tem ocasionando muitas vezes a perda dos meios de produção (embarcação e petrechos de pesca) impondo ao pescador a necessidade de trabalhar na embarcação de outrem ou mesmo em outra atividade, que não mais a pesca, ocasionando muitas vezes a necessidade de migração para outro ofício. Soma-se a dificuldade de pescar no rio Doce em decorrência de impactos provocados por ações antrópicas no leito do rio, a legislação que impede a pescaria na “boca da barra”. Ou seja, se está complicado pescar no interior do rio Doce, a saída seria realizar a pescaria na “boca da barra”, local inclusive de maior predominância do pescado. No entanto, esta pescaria na boca da barra é proibida, o que causa forte indignação por parte dos pescadores e torna a atividade pesqueira ainda mais difícil na localidade, conforme podemos observar nesse relato do pescador S. (2014):

Naquela época não tinha lei de pesca. Se bem que, a lei já existia, essa lei de pesca é de 1968, mas não existia essa perturbação que tem hoje. A gente pescava na boca da barra mesmo e não tinha problema [...] Essa lei de mil metros que foi feita para o Brasil todo, ela foi feita errada né. Eles tinham que fazer uma lei local, cada caso é um caso, cada estado é uma cultura diferente. Eles não podiam fazer uma lei lá em Santa Catarina e aprovar para o Brasil todo. Lá é outra cultura, é outra natureza, lá é sul é frio, aqui é quente. Então eu acho que essa lei de mil metros teria que ser revista com melhor detalhe.

Segundo os pescadores, com a chegada do Projeto Tamar e a emergência de valores de cunho preservacionista na localidade, a fiscalização se tornou mais efetiva o que dificultou ainda mais a atividade neste estuário. Logo, os pescadores tiveram a necessidade de percorrer distâncias maiores para realizar a pescaria e com isto passaram a ocupar também o ambiente marinho. Ou então ficam sujeitos a terem os seus respectivos materiais de pesca capturados por agentes da fiscalização ambiental. Fato que ocorre com alguma frequência na localidade.

Nesse sentido, compreendemos que a partir de meados do século passado, os pescadores vivenciam a emergência de um conjunto de normas que vai regulamentar a atividade pesqueira na região. Tal conjunto de normas, que visa à proteção do meio ambiente, possui caráter preservacionista, ou seja, busca resguardar o ambiente natural de todas as ações antrópicas, desconsiderando as distintas formas do ser humano significar o ambiente (MCCORMICK, 1992; HANNIGAN, 1997; DIEGUES, 1996; ARRUDA, 1999; MARTINEZ-ALIER, 2007; FRANCO; DRUMOND, 2012). Em virtude disso, muitas vezes tais normas vão de encontro aos arranjos sociais e culturais já estabelecidos entre os locais, gerando insatisfação por parte destes, conforme foi possível observar na localidade pesquisada.

Com efeito, a insatisfação com as ações preservacionistas são recorrentes nas narrativas dos pescadores em Regência. Fazê-los falar sobre o Projeto Tamar ou do ICMbio, que são as instituições responsáveis pela criação, aplicação e/ou fiscalização destas políticas ambientais na região, não foi uma tarefa fácil. Destacamos que as conversas com os pescadores eram enfraquecidas quando a pesquisadora tocava neste assunto. Geralmente o silêncio interrompia a conversa, conforme ocorreu com o pescador F. (2014):

- E como é a relação com o Tamar aqui em Regência?
- A relação com o Tamar antes era melhor, antes tinha reunião, eles explicavam o que ia acontecer, mas não quero falar disso não.

Quando não era o silêncio, eram as gargalhadas que interrompiam a conversa, mostrando um aparente deboche em relação a estes agentes ambientais e suas ações na localidade. Adensando a crítica ao Projeto Tamar e ao ICMbio na região, feita pelos pescadores, no dia a dia é possível verificar, de fato, a não aprovação por parte dos pescadores no que tange as ações preservacionistas. Durante o período de trabalho de campo, houve uma grande apreensão (feita por estes agentes ambientais) de redes de pesca que estavam postas na foz do rio Doce. Não houve prisões em flagrante, todavia, a apreensão do material acarreta em grandes prejuízos para os pescadores. Como represália, os pescadores quebraram o barco da fiscalização que estava atracado no porto. Tal evento, somado ao silêncio e deboche dos pescadores, sinaliza para a existência de insatisfação e de um cenário de disputa entre os pescadores e os agentes ambientais na localidade de Regência.

Em meados do século passado, com a implantação de grandes fazendas e a chegada da Petrobras na região, a vila foi ganhando novos contornos e novos moradores. Estes vinham para trabalhar nas atividades de pesquisa e extração da indústria petroquímica ou nas próprias fazendas, como é caso da família do senhor N.

N.(2014), mais de 50 anos, chegou a Regência em meados dos anos de 1980. Veio com a família para trabalhar em uma fazenda na região da planície costeira do rio Doce, entretanto, logo foi surpreendido com a venda da fazenda na qual trabalhava, ficando, portanto, desempregado. Nesta época, a Petrobras já exercia atividade na região e ele passou a trabalhar para a empresa, o que também não durou muito tempo, conforme exposto pelo próprio pescador no relato abaixo:

Vim para trabalhar em uma fazenda, mas trabalhei pouco tempo, uns oito meses. Depois, fazenda já pronta, quando começou a ficar bonita, o dono vendeu. Ai foi quando eu entrei na área da Petrobras, fiquei um ano e oito meses, saí e entrei na área de pesca que eu tô até hoje. Trabalhei na empreiteira (da Petrobras) um ano e oito meses (...) aqui na região mesmo, em Lagoa Parda (...). Já tinha esses toneis na praia [em Comboios] (...) La eu trabalhava de ajudante, nós fazia campo né, saía para Suruaca, Povoação, São Jorge, Farias, cada dia em um lugar e tirava um dia para ficar na área da Petrobras. Era bom, mas o horário que era complicado, quando a gente ia para campo sai 4hs da manhã e chegava aqui já era 21hs. Era complicado né.

N. (2014) explica que trabalhar para a indústria petroquímica era um trabalho exaustivo, mal remunerado e incerto, pois era contrato temporário. Assim, para manter a família, N. recorreu à atividade pesqueira. Quando chegou ao distrito não tinha conhecimento dessa prática, aprendeu o ofício, com outro pescador antigo da região, já falecido: “Na época eu tinha um gasto muito grande, minha mulher com problema de saúde, o salário que eu ganhava não tava dando para manter minhas despesas e tinha um rapaz que chamava o finado Celino (senhor já de idade) e ele me chamou para pôr com ele umas redes por água”. N. até chegou a aprender algumas técnicas da pescaria no rio Doce, mas ele gostou mesmo foi da pescaria no mar:

Antes eu pescava só por água, em frente à praia, nas cabanas, às vezes na boca da barra às vezes eu botava rede, mas nunca gostei de pescar na boca da barra nem dentro do rio [...] A pescaria era boa, eu trabalhava com três redes só e tirava a parte do dono das redes, pagava minhas despesas toda e ainda sobrava um dinheirinho. Agora não ta ruim, mas não ta como era antes que com três panos dava conta e hoje não da mais para você sobreviver [...] Eu pescava nessa área aqui em frente até onde tem aquela placa que é proibido, que não deixam a gente passar mais. Então o trecho que eu trabalhava era

esse aí. E na época da pescadinha eu colocava uma rede por água, dois três não precisava mais. E às vezes não dava nem para levar os peixes tudo, dava trabalho [...]. Hoje a gente trabalha mais fora.

Atualmente a pescaria no ambiente marinho já faz parte dos hábitos e costumes dos pescadores locais, sobretudo os mais novos e aqueles que vieram de outras regiões, como é o caso do N.. Quando começaram a ocupar o espaço marinho, de início, esses pescadores não iam muito longe, restringindo a pescaria nas praias de Povoação, Regência e Comboios. Os pescadores explicam que esta área referente à Praia de Comboios é muito rica em pescadinha e a prática de colocar rede neste espaço sempre rendeu uma boa pescaria, não precisando percorrer longas distâncias.

Todavia, conforme exposto por N. (2014), neste contexto de final da década de 1980, a pescaria na praia de Comboios também passa a ser proibida devido à criação da Rebio de Comboios. Somando-se a esta proibição, a pescaria na “boca da barra” também passa a sofrer intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais, tendo em vista a legislação dos mil metros que proíbe a pescaria neste espaço. Sobre este aspecto, o pescador S. (2012) destaca a dificuldade de respeitar mais esta norma, pois segundo eles a “boca da barra” oscila na região, não permitindo que essa marcação seja fixa e dificultando com isso o estabelecimento desse raio de mil metros entre a foz do rio Doce e a Praia de Regência.

Dessa forma, identificamos que, além do ambiente fluvial, o ambiente marinho também passa a ser um espaço de disputa entre os pescadores artesanais e os agentes ambientais que fiscalizam a região. De acordo com os pescadores S. (2014), N. (2014) e F. (2014) há uma forte fiscalização em relação à atividade da pesca artesanal, mas pouco tem sido feito para coibir a pesca industrial que vem se tornando bastante expressiva na região, o que tem gerado bastante indignação dos pescadores locais. Segundos estes pescadores, nos últimos anos têm aumentando muito o número de traineiras nas proximidades de Regência, elas vêm de outros estados brasileiros, sobretudo da região sul do país. Estas ocasionam uma pesca predatória, além de não apresentar nenhum respeito pelos locais e suas áreas tradicionais de pesca.

Podemos observar a denúncia da falta de fiscalização acerca desta atividade pesqueira industrial nos fragmentos abaixo dos pescadores S. (2014), N. (2014) e F.(2014) respectivamente:

S. (2014): “Nós não podemos pescar porque é área de reserva. Mas é área de reserva para os pescadores artesanais, porque os grandes chegam lá e arrastam tudo. Isso eles não vê. Os pescadores pequenos não podem pescar, mas os barcos grandes chegam lá e arrastam. Porque só tem leis para os pequenos. Se for um pequeno é multado e tudo. Eles botam as leis, mas não fiscalizam. Vem barco de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, vem barco de tudo quanto é canto. Porque só tem fiscalização para os pequenos que botam a redinha lá, e os grandes estão lá fora comendo tudo”.

N. (2014): “O pessoal da Barra do Riacho não atrapalha a gente. O que atrapalha são os barcos de fora: de Santa Catarina, de Itajaí, porque eles arrastam por terra, chega lá perto da rede da gente que dorme lá e no outro dia a gente não acha mais nada (...). Claro que nunca teve fiscalização, eles falaram que tava proibida à pesca de camarão, mas tá proibida aqui, mas nos Coqueiros, em Estradinha, aqueles cantos para lá, que a gente tava pegando a pescadinha, os barcos estavam arrastando era dia e noite (...). E cadê o IBAMA? Cadê a fiscalização? (...). Eles não fazem a fiscalização, eles só fazem a fiscalização em cima de um barquinho pequeno (...) mas os arrastões que é de firma e de quem tem dinheiro rola dia e noite (...) toda vida isso aconteceu”.

F. (2014): “Tem muito barco de fora aqui, que faz arrastão. Eles saem pegando tudo. Mas não tem fiscalização. Só tem fiscalização para a gente aqui, geralmente essas fiscalizações proíbem mais o nativo daqui do que as empresas. Porque os caras arrastam quase em terra aqui, em frente a Povoação, mas não vejo uma lancha multar ninguém. Só quando o pessoal de Vitória vem multar aqui. Por que o pessoal daqui não multa eles não”.

Diante destas denúncias, torna-se importante salientar que, de acordo com Trigueiro e Knox (2013), a pesca industrial, sobretudo aquela realizada pelas traineiras, é uma atividade que vem ocorrendo com frequência no estado do Espírito Santo, sendo, portanto, uma reclamação constante não só dos pescadores situados em Regência, mas de grande parte dos pescadores localizados em toda a costa capixaba.

Ampliando o cenário de disputa no espaço marinho na localidade Regência, identificamos ainda que a partir do final do século passado e início deste, os pescadores passam a vivenciar também a restrição do espaço pesqueiro em decorrência da emergência de atividades indústrias na região. Sobre este aspecto, os pescadores salientam os impactos provenientes do aumento do fluxo de embarcações nesta área, a implantação das plataformas petrolíferas e a pesquisa sísmica que tem sido a atividade mais recente na localidade.

F. (2014), pescador nativo de Regência, que aprendeu a pescar enquanto acompanhava o pai neste ofício, nos conta que a localidade mudou bastante. Quando ele começou a pescar a atividade se restringia ao ambiente do rio Doce e as praias de Povoação, Comboios e Regência. Com o passar do tempo, devido aos fatores já expressos anteriormente, foi sentindo a necessidade de percorrer distâncias maiores para realizar o ofício com lucratividade. Todavia, ele salienta que ainda prefere a pescaria praticada no rio Doce. Sua embarcação não é grande o que dificulta o pescador percorrer grandes distâncias. Ele explica que a pescaria no rio é mais tranquila, pois não é necessário disputar o espaço com as atividades industriais, que estão comprometendo o espaço da pesca no ambiente marinho em Regência.

Nesse aspecto, F. (2014) fala, com muita indignação, sobre os prejuízos que já teve devido às balsas da empresa Aracruz (Atual Fibria) que transitam carregadas de eucalipto pelas praias de Regência, Povoação e Comboios. Além de ajudar a espantar o pescado da costa, essas embarcações não têm respeito pelos pescadores, pois elas não desviam dos mesmos, passando por cima das redes que estão submersas, o que tem provocado grande prejuízo para os pescadores locais: “Eu mesmo já tomei vários prejuízos. Carrega todo o espinhel da gente, tem que cortar; “pocar” antes. Parece que é devagar, mas ela é rápida! E até hoje não vi indenizar nenhum pescador”.

Além da empresa Fibria, a Petrobras também passou a intervir no ambiente marinho ocasionando intensos impactos na atividade pesqueira. Assim, o que antes se restringia as atividades em terra, passou a atuar no mar também, ampliando assim, os impactos ambientais e a consequências sociais na localidade de Regência. De acordo com os pescadores, a iluminação das plataformas e embarcações petrolíferas tem contribuído para o afastamento dos cardumes da costa. Além disso, também têm as restrições na área de pesca em decorrência da implantação das plataformas marinhas, conforme expõe F. (2014): “Cada vez que a Petrobras implanta seus poços de petróleo vai diminuindo mais o espaço pesqueiro dos pescadores. São 500 metros longe daquelas boias, não pode se aproximar não. As plataformas são a mesma coisa”.

Ampliando o cenário de intervenções da atividade petrolífera em Regência, em contexto mais recente, a Petrobras também vem realizando atividades relacionadas às pesquisas sísmicas na região, o que tem ampliado a restrição do espaço marítimo para o exercício

da atividade pesqueira, uma vez que, também não é possível pescar nas proximidades onde tem ocorrência de atividade sísmica.

Sobre esta atividade, os pescadores têm relatado existir uma similitude entre o período de atividades sísmicas e os novos períodos de escassez do pescado na região, conforme podemos observar nos relatos dos pescadores S. (2014) e A. (2014):

S. (2014): “A Petrobras com as plataformas dela atrapalha a pesca, pois não podemos pescar perto. E tem mais, tem a tal da sísmica né: eles explodem tudo dentro do mar, aí mata ou espanta os peixes todos. Aí não tem como pescar! Isso atrapalha muito (...). Quando eles estão fazendo lá, some tudo, são seis meses sem peixe quando a sísmica passa. Não sei que diabos que tem no fundo. A sísmica é um problema! Quando ela passa fica cinco, seis meses sem nada. Ela emite um som no fundo do mar e os peixes somem”.

A. (2014): Se um trem daquele acusa sete mil metros de profundidade não vai acusar um peixe que tá passando ali do lado. Na verdade pode ser um troço de fazer pouca trepidação, mas prejudica. Porque aquele monte de gancho, com aquele monte de cabo de aço, arrastando no fundo, não vai assustar? O peixe vai correr né (...). Tem dois anos que a Petrobras fez isso aí (...). Não sei se é por causa da sísmica, ou se é porque o peixe tá desaparecendo mesmo, mas dizer que sumiu uns 40% dos peixes, sumiu! Isso depois da sísmica.

É interessante notar que, diante desses impactos, vivenciado pelos pescadores em Regência, provenientes das atividades industriais, o posicionamento da Associação de Pescadores de Regência (ASPER) não só é favorável a instalação de grandes empreendimentos da região, como mantém uma relação amistosa com as empresas que já estão instaladas e também com aquelas que ainda querem chegar à região, conforme podemos observar no relato do atual presidente: “Hoje nós temos parceria com a Petrobras, com a Aracruz que hoje é a Fibria e hoje nós temos uma parceria com a União¹²⁰ também” (Presidente da ASPER, 2014).

Compreendemos que o atual presidente da associação interpreta com bons olhos a parceria com os empreendimentos. Esta opinião decorre da importância da presença das empresas na região, pois elas geram emprego para aqueles moradores que estão desempregados, já que, segundo o presidente a atividade da pesca está enfrentando um processo de declínio na região:

¹²⁰A União Engenharia é uma empresa de fabricação e montagem de diversos materiais utilizados nas indústrias de Offshore (equipamentos submarinos) óleo, gás e energia, mineração, siderurgia, papel e celulose e construção civil. Durante o período de trabalho de campo foi observado um ambiente de tensão entre a empresa e alguns moradores da região, tendo em vista um conflito envolvendo um território na região próxima, denominado “Entre Rios” pelos locais.

“(...) agora mesmo tem uma empresa aí vão botar os desempregados para trabalhar. Uma empresa¹²¹ que vai fazer o porto. Vai ter emprego para 10 a 15 pessoas. A união vai botar umas 40 a 50 pessoas. E esse emprego vai ficar para sempre, porque vai ser uma indústria de tubos para a Petrobras. Eles têm uma indústria lá em Sooretama e essa daqui vai ser maior. Eles vão dar muito emprego” (Presidente da ASPER, 2014).

Para o presidente da associação a vinda das indústrias para a localidade de Regência e adjacências é importante, pois elas vão gerar emprego, sobretudo, para a geração mais nova. Segundo o presidente, muitos filhos dos pescadores não têm manifestado mais o interesse em continuar na atividade pesqueira, conforme correu com os seus próprios filhos: “A pesca artesanal hoje não tem mais pescador, os filhos dos pescadores não querem partir para a pesca. Eu mesmo criei oito filhos homens e digo para você nenhum partiu para a pesca mais. Eu tenho quatro filhos homens que trabalham na Petrobras.” (Presidente da ASPER, 2014).

Diante desse posicionamento do presidente da ASPER, que é favorável a instalação de grandes empreendimentos industriais, é importante destacar que esta opinião não condiz com a maioria dos pescadores em Regência, conforme foi possível observar durante o trabalho de campo. Soma-se a esta observação as análises feitas em outro trabalho já realizado na localidade e já mencionado aqui (BICALHO, 2012).

No referido trabalho a pesquisadora relata os desentendimentos corridos entre alguns pescadores e a entidade representativa durante duas reuniões sobre compensação ambiental da Petrobras na localidade. A compensação mencionada era referente às pesquisas sísmicas realizadas na região e o valor estipulado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi de R\$150.000 que deveria ser convertido em projetos destinados à comunidade pesqueira em Regência. O projeto escolhido foi à criação de uma loja para vender petrechos de pesca para os próprios pescadores. No entanto, os pescadores não entraram em acordo quanto a esta proposta, pois alguns acharam o valor insuficiente para reparar os danos na atividade, já

¹²¹A empresa que o presidente está se referindo é a Manabi, que atua nas áreas de mineração e logística. Esta empresa tem um projeto, ainda sem licenciamento prévio, que pretende extrair minério de ferro na região do Morro do Pilar no estado de Minas Gerais e exportar o mesmo através de um porto construído na localidade de Degredo, próximo à praia de Regência. Para isso, pretende ainda construir dutos entre o Morro do Pilar e o litoral de Linhares para transportar o minério.

outros consideravam o valor suficiente, mas preferiam receber o dinheiro em espécie no lugar de um projeto, a minoria estava satisfeita (BICALHO, 2012).

Compreendemos que na referida reunião as vozes dos pescadores não foram escutadas, pois não estava em questão à discussão sobre como reparar o dano ao pescador, mas sim, sobre qual projeto a Petrobras deverá implantar na localidade para supostamente reparar o dano. Estamos descrevendo este evento, pois consideramos importante para a compreensão acerca dos posicionamentos dos agentes sociais na localidade em Regência, sobretudo para a compreensão das divergências acerca dos posicionamentos da associação e outros pescadores na localidade. Quando iniciamos o trabalho de campo, a referida reunião já havia acontecido e até a conclusão da etapa do trabalho de campo a loja de pesca ainda não tinha sido implantada na localidade. Todavia, para o presidente da ASPER, o projeto estava prestes a acontecer e isto representava algo positivo para a localidade. A loja de pesca era suficiente e a Petrobras estava cumprindo com o seu dever na região. Mas, para outros pescadores a compensação através da loja de pesca não era adequada, pois a medida compensatória não remediaria nenhum dano no ofício pesqueiro. Dessa forma, compreendemos não haver uma homogeneidade nos interesses e posicionamentos dos pescadores em Regência. Sobre a ASPER, tomando novamente emprestada as análises de BICALHO (2012):

[...] a associação perde sua legitimidade perante a comunidade pesqueira de Regência Augusta, como uma entidade representativa. Podemos observar diferentes opiniões dos pescadores a cerca da ASPER. Por um lado, há uma minoria que está à frente das decisões tomadas pela associação, fazendo uso dos benefícios e parcerias firmadas. Enquanto do outro lado temos a maioria, dividida entre associados não pagantes e não associados, que ficam de certo modo à margem das decisões que envolvem a associação, mas que em termos substantivos também lhes dizem respeito. Possivelmente, devido à ausência de um senso de pertencimento entre os pescadores, os não associados não se unem aos associados em prol dos interesses comuns (BICALHO, 2012, p. 91).

Apesar de ser uma entidade representativa do coletivo de pescadores em Regência, compreendemos que a ASPER, por sua vez, não tem expressado o interesse da coletividade na região. Além disso, torna-se importante ressaltar que o seu representante não enxerga um futuro promissor para a atividade pesqueira na região. De acordo com o presidente: a atividade pesqueira vai declinar e “quem tem seu barquinho tem que conservar porque vai ficar ruim. Porque vão vim as indústrias e todo mundo vai partir para as indústrias” (PRESIDENTE DA ASPER, 2014). Nesta perspectiva, torna-se

preocupante o fato da instituição ser considerada formalmente a porta-voz da comunidade, uma vez que, quando os representantes do empreendimento buscam diálogo com a comunidade, o mesmo só ocorre através da entidade representativa destes pescadores, no caso a ASPER, que como já dito, tem a sua legitimidade questionada pelo próprio grupo pesqueiro.

4.3. Se o cenário é de *injustiças ambientais*, quais são as agências possíveis?

Nas sessões anteriores identificamos, com o auxílio das narrativas, como os pescadores estão vivenciando e percebendo as mudanças em seu local de moradia e trabalho. Compreendemos que as transformações oriundas da emergência de um cenário de ações preservacionistas e desenvolvimentista na região possibilitaram alterações nas relações sociais e com o ambiente – cujos pescadores estão inseridos. No intuito de sintetizar as vivência e percepções dos pescadores acerca do novo cenário que se constrói em Regência, elaboramos a tabela 6, abordando os atuais problemas enfrentados por estes sujeitos no que se refere sobretudo, às práticas pesqueiras na região¹²².

TABELA 6

Percepções dos problemas enfrentados devido à emergência de um duplo processo de transformação em Regência Augusta-ES.

Problemas vivenciados pelos pescadores (as)	Causa apontada pelos pescadores (as)	Identificação do cenário macro social
Escassez do pescado	- Aumento do número de pescadores; - Grandes embarcações – chamadas de traineiras	Desenvolvimento Econômico
Assoreamento do rio Doce	- Canal Caboclo Bernardo (barragem construída pela Aracruz Celulose ao longo das margens do rio Doce).	Desenvolvimento Econômico
Restrição da área de pesca	- Proibição da atividade pesqueira no entorno das plataformas de petróleo e das pesquisas sísmicas. - Iluminação das plataformas e embarcações petrolíferas que atrapalham a chegada do peixe na costa; - Aumento do tráfego de navios	Desenvolvimento Econômico
	- Proibição da atividade pesqueira na “boca da barra” e nos limites da Rebio de Comboios.	Preservação Ambiental
Restrição da prática	- Perda do território (Venda, expropriação das terras) para grandes fazendeiros e grandes empresas, como é o caso da Petrobras e empreiteiras.	Desenvolvimento Econômico

¹²² O quadro não tem o intuito de abarcar todos os problemas vivenciados na região, nem mesmo aqueles relacionados ao grupo de pescadores artesanais. Nesse sentido, torna-se relevante salientar que o crescimento populacional, inflação imobiliária, prostituição, violência também são problemas vivenciados pelos pescadores e pela comunidade de Regência.

agrícola	- Legislação ambiental que proibiu e/ou dificultou determinadas práticas agrícolas na região.	Preservação Ambiental
----------	---	-----------------------

*Tabela elaborada pela pesquisadora adaptada a partir da tabela construída coletivamente pelos pescadores durante a oficina realizada pelo grupo GEPEDES na localidade pesquisada somando-se com novos dados coletados durante o trabalho de campo.

As análises da tabela, somando-se aos depoimentos apresentados nas sessões anteriores, nos permite aludir para a configuração de um duplo cenário que tem contribuído para as transformações sociais na localidade pesquisada. Logo, identificamos que estes sujeitos estão sofrendo uma carga desproporcional dos riscos e ônus provocados pela inserção de atividades referentes à indústria de petróleo/gás e celulose na região, uma vez que salientam constantemente para os prejuízos já sofridos, como é caso da escassez do pescado, do assoreamento no rio Doce, das restrições de áreas de pesca e das práticas agrícolas. Diante do exposto, entendemos que o grupo pesqueiro em Regência vem vivenciando um cenário de *injustiças ambientais*.

Assim, destacamos ao longo do capítulo diversos depoimentos dos pescadores que não só evidenciam a percepção deles acerca dos impactos socioambientais, como representam também denúncias acerca das ações danosas ao meio ambiente, fruto da ação das indústrias petrolíferas e de celulose na região, como por exemplo, o processo de assoreamento do rio Doce decorrente da construção do Canal Caboclo Bernardo pela empresa Aracruz Celulose (atual Fibria), o desaparecimento dos peixes após a realização das atividades sísmicas na região, realizadas pela Petrobras.

Somam-se a estes relatos os depoimentos que denunciam a ação dos órgãos ambientais na região, uma vez que, no olhar destes pescadores, seja por omissão ou falta de fiscalização, os agentes responsáveis não estão atuando devidamente na região, como, por exemplo, a não fiscalização de embarcações provenientes de uma pesca industrial e predatória na localidade, no entanto, não deixam de fiscalizar a atividade dos pescadores locais. Com efeito, nossos interlocutores salientam que tem ocorrido uma ação desproporcional nos processos de fiscalização ambiental na região pesquisada. Eles afirmam que há uma intensa fiscalização da prática pesqueira artesanal e das práticas agrícolas, essas realizadas pelos agentes ambientais¹²³. Todavia, por outro lado, eles

¹²³ Recorrentemente os pescadores se referem ao Projeto Tamar, mas identificamos que muitas vezes eles estão falando de técnicos do ICMbio, do IBAMA e da polícia ambiental.

denunciam uma omissão na fiscalização destes mesmos técnicos, no que concerne aos grandes empreendimentos industriais e a pesca industrial.

Tal fato tem provocado um grande descontentamento local, pois os pescadores sofrem duplamente com os processos de transformações no distrito pesquisado, seja com os empreendimentos industriais, ou com as medidas preservacionistas. Durante a realização do trabalho de campo, observamos que muitas vezes os pescadores apresentam dificuldades em se posicionar a favor ou contra determinados processos, salientando não aprovar os impactos provenientes das atividades industriais, mas, também não concordam com as ações preservacionistas¹²⁴. Diante deste novo cenário ao qual estão expostos, compreendemos que as relações sociais – saberes e vivências aprendidas por gerações – foram desencaixados dos seus contextos tradicionais, exigindo destes pescadores formas criativas de agências que possa conduzir ao processo de reencaixe dos modos de viver e trabalhar em Regência (GIDDENS, 1991).

Nessa perspectiva, diante da configuração de um cenário de *injustiças ambientais* na localidade de Regência, chama à atenção a relativa passividade dos pescadores no que tange aos espaços de participação pública. Durante o trabalho de campo, tivemos a oportunidade de participar de três eventos públicos com participação de empresários e políticos locais e estaduais, a saber: 1) Audiência Pública da implantação do Porto Norte Capixaba; 2) Ordem de serviço do Pier dos pescadores em Regência; 3) Audiência Pública para conciliação entre a empresa União Engenharia e comunidade Ribeirinha de Regência. Nesses eventos chamou-me a atenção o fato da pouca participação dos pescadores de Regência, no que tange a quantidade de participantes e a da qualidade de intervenções, que em nenhum momento, quando presentes, questionaram o cenário de impactos ambientais e sociais na região¹²⁵.

Nesse sentido, as ausências destes sujeitos em espaços de participação coletiva como é caso de audiências públicas e das reuniões com os representantes dos empreendimentos ou representantes de instituições ambientais (Projeto Tamar, ICMBio, entre outras), tornou-se, portanto, um fato intrigante nas análises deste trabalho. Ou seja, diante da

¹²⁴ Que no discurso desses sujeitos há um destaque para as ações do Projeto Tamar na região.

¹²⁵ Editamos algumas notas etnográficas sobre a participação da pesquisadora nos eventos mencionados. Tais notas encontram-se em anexo.

configuração de um cenário de *injustiças ambientais*, qual o motivo para os pescadores, enquanto sujeitos coletivos¹²⁶, não questionarem os impactos provenientes das atividades industriais na localidade de Regência? Sobre este aspecto, foi possível mapear dois distintos discursos dos pescadores para as realtivas ausências em reuniões e espaços públicos destinados ao debate sobre os empreendimentos, a saber: 1) a falta de comunicação sobre o evento; e 2) a descrença nos mecanismos participativos.

Sobre a comunicação, ou melhor, a falta de comunicação sobre determinada reunião, pude escutar muitas vezes que a responsabilidade por comunicar o pescador sobre o evento e, sobretudo a importância de participar do mesmo deveria partir do presidente da associação de pescadores da localidade, que, no entanto, não tem se mostrado preocupado em informar os demais pescadores e, muitos menos, divergir sobre as ações industriais na região, pelo contrário, ele salienta a importância da instalação de indústrias, pois, em sua percepção, ela possibilita a geração de emprego na localidade, sobretudo para a geração mais nova, que ele afirma não ter o interesse de manter a atividade pesqueira como único ofício, conforme ocorre atualmente com os pais.

Além da falta de informação, outro ponto apontado por estes pescadores refere-se à descrença nos próprios mecanismos de participação. Dito de outra forma, alguns pescadores insistem em não participar por considerarem estes espaços apenas como uma afirmação da implantação do empreendimento industrial e não como um efetivo espaço de enfrentamento e debate público. Sendo assim, na interpretação destes sujeitos, a sua participação em reuniões e audiências públicas não produz mudanças no cenário de intervenções dos grandes empreendimentos, pelo contrário, ratifica a implantação do mesmo.

Nesse aspecto, torna-se importante salientar que, quando analisamos o cenário sobre os licenciamentos ambientais no Brasil, verificamos que “os projetos são licenciados, malgrado insuficiências de estudo, restrições legais e resistências das populações atingidas” (ZHOURI, OLIVEIRA, 2005, p. 52), ou seja, estes espaços, na prática, não

¹²⁶ Digo sujeitos coletivos, pois, durante as conversas individuais ou nas entrevistas semi-estruturadas, os pescadores salientam para os problemas referentes aos impactos provocados pelas atividades industriais e pelas ações preservacionistas na localidade, todavia, em espaços destinados a participação coletiva, os mesmos não estavam presentes, ou quando estavam não manifestavam a mesma indignação verificada em outros momentos.

estão servindo para informações e questionamentos acerca do empreendimento, mas sim, para mostrar a necessidade e visibilidade da obra que inevitavelmente será implantada a revelia da população local (Ibid., 2005).

Nessa perspectiva de análise, as autoras questionam os processos de licenciamento ambiental que vem ocorrendo no estado de Minas Gerais, chamando a atenção para o domínio do *paradigma da adequação* (ZHOURI, OLIVEIRA, 2005), uma vez que, as decisões para implantação do empreendimento não estão ancoradas em um paradigma da sustentabilidade, mas sim, no paradigma da *modernização ecológica* (ACSELRAD, 2004). Dessa forma, atribui-se ao mercado a capacidade de resolver as possíveis degradações ambientais, a partir de ações mitigadoras e compensatórias, baseadas na crença irrevogável de que os investimentos na ciência e tecnologia são capazes de reverter os danos ambientais provocados em decorrência da implantação do empreendimento (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Durante o trabalho de campo foi identificado que além das atividades industriais referentes à indústria petrolífera e de celulose, conforme analisamos os impactos nas sessões anteriores, passou a existir também a possibilidade da implantação de um empreendimento portuário nas proximidades do distrito pesquisado, a saber: o Porto Norte Capixaba, da empresa Manabi Logisitica S.A.

Nesse sentido, ampliando nossas análises sobre o cenário de ausências nos espaços, supostamente democráticos, destinados a participação pública é intrigante também o fato de muitas vezes ter escutado dos pescadores que é necessário apoiar o empreendimento industrial. Uma narrativa emblemática sobre esta perspectiva de “ter que apoiar” o empreendimento, pode ser observada na conversa, realizada em fevereiro de 2014, com o pescador F. (2014), sobre a construção do Porto Norte Capixaba, na localidade de Degredo:

- Você tá sabendo sobre a implantação do porto em Degredo?

F. (2014) - A Manabi fez uma reunião ali com os pescadores, agora falou que ia fazer outra e até implantar esse cais vai fazer mais algumas né. Ela disse que pretende fichar bastante gente lá né, mas vamos ver como vai ser.

- Mas, a construção deste porto não vai atrapalhar a atividade de vocês?

F. (2014) - Atrapalhar vai né, mas tinha que ter uma compensação para os pescadores. Para falar a verdade para você, não vi nenhuma até agora, tanto faz da Manabi, da Petrobras, não tem nada que fala de pescador.

- E o que você acha sobre a construção deste porto?

F. (2014) - Tem que apoiar né, porque se for contra, dá tudo no mesmo, porque eles conseguem a autorização. Vai acabar construindo mesmo contra a nossa vontade.

O empreendimento mencionado pelo pescador F. (2014) corresponde a Implantação e operação do empreendimento logístico integrado, identificados como Mineroduto Morro do Pilar/MG a Linhares/ES e Porto Norte Capixaba, da empresa Manabi Logística S.A, que está em fase de licenciamento ambiental, desde outubro de 2013 e até o momento conseguiu apenas a licença prévia para a atividade de extração de minério na mina que se localiza no município de Morro do Pilar/MG. Salientamos que a audiência pública que ocorreu no município de Linhares, em janeiro de 2014, teve pouca adesão dos pescadores de Regência, conforme é possível observar na nota etnográfica sobre a audiência (Ver anexo). Contudo, os próprios pescadores apontam que a área escolhida pela empresa para a implantação do porto é um pesqueiro bastante rico, sobretudo de camarão:

A. (2014): Do Degredo para cá que tem pesca. A área de pesca nossa aqui é do Pontal de Regência a Pontal do Ipiranga. E a área que tem mais peixe é esse meio. É aonde vem os barcos de fora todos pescar [...]. Porque o foco do peixe tá ali onde eles vão fazer aquele negócio daquele pfer, da Manabi (...). Ali a gente pesca tudo. Toda a pescaria é feita ali, camarão, todo quanto é tipo de pescaria a gente faz ali. A única que não fazemos ali é de linha, mas de espinhel pesca ali. Só de linha que não dá para fazer ali (...) tira o sustento todo dali (...) se desse para pescar o ano todo, dava para pescar o ano todo ali. Mas, no inverno fica difícil né.

Diante do que foi exposto pelo pescador A., a conversa com o pescador F. nos leva a refletir sobre um intenso processo de violação dos direitos que estes pescadores estão sofrendo enquanto sujeitos coletivos – detentores do direito de escolherem sobre o futuro da localidade em que vivem e sobre os recursos ambientais que ali existem.

Com efeito, diante de um universo de possibilidades de ação – tendo em vista que o empreendimento ainda se encontra em processo de licenciamento no qual o empreendedor ainda solicita a primeira licença (licença prévia), de um processo que é composto por três etapas (licença prévia, licença de instalação e licença de operação), ou seja, momento justamente para se informar sobre o empreendimento, questionar o mesmo e até mesmo negar a instalação nesta área, os pescadores não parecem enxergar

a possibilidade da negação. Ao contrário disso, eles só conseguem visualizar a possibilidade de apoiar o empreendimento. Todavia, nota-se que na fala do pescador F. (2014) há uma referência a “ter que apoiar”, ou seja, podemos entender como uma obrigação em apoiar o empreendimento e não uma vontade explícita de ter um porto adjacente a sua moradia e local de trabalho.

Assim, na interpretação destes sujeitos, conforme expõe o pescador N. os espaços para a audiência pública não foram feitos para questionar o projeto e sim para ratificar algo que já está decidido, mesmo que a revelia dos interesses dos pescadores:

N. (2014) Porque eles não vão começar um troço daquele para parar, porque eu sei que já está em andamento. O que adianta o pescador agora querer bater de frente? Não vai adiantar nada porque vai fazer papel de bobo, tanto eu, quanto presidente de colônia (...) não adianta bater de frente depois que está tudo aprovado acabou. Esses projetos quando batem nas comunidades já foram aprovados e não tem jeito mais. Ai você vai fazer o que? (...) E quando oferece compensação, é que nem a Petrobras fez, esse dinheiro não vem para a nossa mão. Nós morre e não vê. Esse projeto dos 600 mil que derramou óleo ai na região das sísmicas (...) próximo a Regência, Pontal do Ipiranga, Barra Seca. Esses 300 mil nós vamos morrer e não vamos receber (...) que nem já morreu uns três pescador ai e nunca vai ver e os novos vão morrer também e nunca vão ver porque eles empurram com a barriga (...) Eu não ponho esse tipo de ilusão na minha cabeça (...) Eles dão para os órgãos que nem o IBAMA, essas fiscalização que chega em cima, mas para o pescador eles não dão nada.

Compreendemos que a interpretação de N. (2014) sobre os espaços de audiências públicas no que se refere aos processos de licenciamento ambiental vai, deste modo, ao encontro do modelo do *paradigma da adequação*, descrito por Zhouri e Oliveira (2005), no qual, “a obra assume lugar central, apresentando-se de forma inquestionável e inexorável” (ZHOURI, OLIVEIRA, 2005, p. 53). Ou seja, não está em jogo à instalação ou não do empreendimento, mas sim, como é possível mitigar os possíveis danos referentes à obra. Dessa forma, passa a ocorrer no cenário brasileiro um “sistemático esvaziamento dos instrumentos de planejamento e decisão da política ambiental e, conseqüentemente, a viabilização de grandes projetos de infra-estrutura. Multiplicam-se, assim, cenários de confronto entre populações locais, setores do Estado e segmentos empresariais” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p.120).

Dessa forma, torna-se relevante refletir sobre o campo de possibilidades que estes sujeitos estão identificando no ambiente ao qual estão inseridos. Compreendemos que

na percepção destes sujeitos o campo de possibilidades de confronto real e direto com o grande capital é estreito demais para conferi-los algum tipo de vitória no que tange a possibilidade de não instalação do empreendimento na localidade. Para estes pescadores torna-se muito mais fácil jogar o jogo do empreendedor e dos órgãos ambientais (que na interpretação dos sujeitos pesquisados também estão do lado do empreendimento) do que fazer algum tipo de enfrentamento que provavelmente só irá desgastar o grupo, pois a implantação da obra no cenário descrito torna-se inquestionável.

Nessa perspectiva de análise, compreendemos que analiticamente estamos falando de um campo de poder extremamente desigual (BOURDIEU, 2011; ACSELRAD, 2004; ZHOURI; LASCHEFSK, 2010). Logo, a posição do pescador F., nos leva a refletir sobre as possibilidades de ação que os sujeitos pesquisados estão conseguindo visualizar dentro de um espaço social que vem se configurando a partir da instalação de grandes atividades industriais por um lado e ações preservacionistas por outro.

Assim, torna-se possível caracterizar este espaço social em Regência a partir da categoria de campo ambiental (ACSELRAD, 2004), cujo domínio da ortodoxia deste campo é dado pela concepção hegemônica de *desenvolvimento sustentável*¹²⁷, cuja essência do desenvolvimento enquanto crescimento econômico não é questionado (MARTINEZ-ALIER, 2007), mas sim, mitigado ou mesmo adequado, e isso ocorre, justamente a partir da instalação das condicionantes ambientais, exigidas pelos órgãos ambientais responsáveis (ZHOURI; LASCHEFSK, 2010).

O grupo pesqueiro em Regência aponta, portanto, para um duplo processo de impactos nas suas atividades, uma vez que, ora este pescador está em conflito com a atividade industrial, ora este pescador está em conflito com ações preservacionistas, o que torna bastante complexo as análises do campo ambiental em Regência, bem como o posicionamento dos pescadores no interior do campo. Nesse aspecto, torna-se relevante

¹²⁷ A noção ganha reconhecimento, sobretudo, a partir da II Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, quando diversos chefes de países concordam com a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento assentado no tripé economia-ecologia-equidade social. Todavia, o discurso sobre desenvolvimento sustentável vai sendo deslocado daquele sentido pretendido pela luta dos “povos da floresta” e dos ambientalistas (ZHOURI; LASCHEFSK, 2010).

considerar que apesar de todos os impactos que a indústria petrolífera ocasiona na localidade de Regência, ela, através da empresa Petrobras, é a principal parceira da instituição preservacionista da localidade – o Projeto Tamar. Relação esta constantemente questionada pelos pescadores de Regência.

Com efeito, os pescadores questionam também outras incoerências entre as práticas preservacionistas e desenvolvimentistas que correm na localidade de Regência, conforme podemos observar na fala do pesador S. (2014): “*Aí o cara nativo que pega o guaiamum, não pode, mas eles podem lá e construir um estaleiro, é o que eu te falo que tá tudo errado!*”. O relato evidencia o descontentamento acerca da intensa fiscalização do projeto Tamar e do ICMbio no que tange as práticas pesqueiras artesanais, mas, no que concernem as atividades industriais, essas instituições não demonstra ter a mesma preocupação. Os pescadores em Regência identificam assim uma incoerência nas ações preservacionistas que ocorrem na localidade de Regência, o que os leva, muitas vezes a questionar as ações preservacionistas na região. Nesse sentido, durante o trabalho de campo, escutamos muitas vezes esse tipo de reclamação, no qual, os pescadores salientam para uma possível simbiose entre as práticas preservacionistas e desenvolvimentistas na localidade de Regência.

Dessa forma, salientamos que a percepção acerca dos impactos por parte dos pescadores existe, bem como a preocupação com relação à preservação do ambiente natural em Regência. No entanto, esta preocupação não se aproxima de uma defesa da natureza intocada, mas sim, de “um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência”, mas, “não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 34). Para os pescadores a preservação dos recursos naturais é importante, pois ela garante a sobrevivência e manutenção das práticas materiais e simbólicas do grupo pesqueiro. Dito de outra forma, os pescadores não querem o ambiente preservado em Regência apenas para a manutenção e reprodução das espécies que compõem a fauna e flora local, mas, sim, para continuar exercendo o *habitus*, outrora incorporado no exercício da atividade pesqueira e agrícola destes sujeitos.

Por fim, compreendemos que os pescadores identificam a existência de um cenário de *injustiças ambientais* na localidade pesquisada. Eles salientam sobre os impactos

ambientais decorrentes das atividades de celulose, petróleo e gás, e da pesca industrial que vem ocorrendo na localidade. Além disso, o grupo também enfatiza as consequências sociais destes impactos, especialmente no que concerne a atividade pesqueira e a consequente manutenção dos modos de viver e trabalhar outrora incorporado pelo grupo. Assim, no que tange aos aspectos analíticos, buscou-se uma aproximação do grupo pesqueiro em Regência Augusta à categoria de “*ecologismo popular*” elencada por Martinez-Alier (2007). A corrente em destaque defende que a crescente escassez dos recursos naturais bem como a degradação dos ecossistemas afetam de modo desigual e injusto diferentes grupos sociais e áreas geográficas. Com isso, os adeptos desta corrente que não possui a ideia de preservação da natureza relacionada a uma reverência sagrada da natureza, mas sim, possuem um interesse material por ela, como fonte de condição para a manutenção de suas práticas materiais e simbólicas. Nessa perspectiva, acreditamos ser possível falar de um *ecologismo popular*, porém ainda latente na localidade pesquisada. Compreendemos que se trata de um ecologismo sufocado não só pelas atividades industriais, mas, também pelas ações de cunho preservacionistas que possuem destaque na localidade pesquisada.

Considerações Finais

A elaboração deste trabalho teve como ponto de partida uma reflexão sobre a atual conjuntura econômica do estado do Espírito Santo, que tem se destacado como grande produtor e exportador de *commodities* (minério, mármore e granito, celulose, petróleo e gás). Nos últimos anos a faixa costeira do estado tem se constituído um espaço de grandes intervenções da indústria extrativista, especialmente aquelas relacionadas à mineração, celulose, petróleo e gás, além da implantação de infraestrutura portuária para atender a demanda de exportação dos produtos mencionados.

Conforme observamos no documento de planejamento estratégico local: “*Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento*” (2006), o desenvolvimento destas atividades tem se mostrado bastante vantajoso, pois tem possibilitado um acelerado crescimento econômico do estado capixaba. Uma perspectiva bastante reducionista, uma vez que, os ônus provenientes deste modelo de desenvolvimento centrado na produção e exportação de *commodities*, não são aspectos abordados no documento citado, ou quando essa abordagem é feita, tais questões são tratadas como *externalidades* do processo econômico (MARTINEZ-ALIER, 2007), que, por meio dos mecanismos de compensações, geralmente considerados democráticos, consideram que tais problemas podem ser sanados.

Diante desta conjuntura econômica, buscou-se investigar como estas supostas externalidades ambientais estão sendo percebidas e vivenciadas pelos grupos locais que trabalham e residem em ambientes que hoje se configuram também em espaços de intervenções do setor industrial. Para isso, elegemos a atividade da pesca artesanal como objeto de estudo e os pescadores artesanais como os sujeitos desta pesquisa. Sobre o estudo de caso, ao longo deste trabalho, refletiu-se sobre as transformações ocorridas no distrito de Regência Augusta, município de Linhares, por se tratar de um palco simultâneo de ações tanto desenvolvimentistas (atividades de petróleo, gás e celulose), quanto preservacionistas (criação de unidade de conservação e projeto Tamar), que vem coexistindo com a atividade da pesca na região.

A pesca sempre representou uma atividade tradicional, tornando-se elemento fundamental para a reprodução social, material e simbólica das famílias em Regência.

Soma-se a atividade pesqueira, a prática da agricultura em pequena escala, que até meados do século passado, também era uma atividade que predominava no cenário estudado, tornando possível uma aproximação com o conceito de *pescadores-lavradores* (DIEGUES, 1983), ao *habitus* outrora incorporado por este grupo pesqueiro. Dito de outra forma, identificamos a partir das narrativas dos moradores antigos de Regência que nesta comunidade, em um passado não muito distante – meados do século passado – as atividades que predominavam no cenário eram a pesca e o trabalho nas roças – que existiam no interior da planície costeira do rio Doce. Todavia, uma vez destituídos do espaço da lavoura, estes sujeitos deixam de ser *pescador-lavrador* e passam a compor o grupo de *pescadores artesanais*, tendo a atividade pesqueira como principal ofício (DIEGUES, 1983).

Esse cenário de transformação é narrado pelos moradores mais antigos dando ênfase às perdas nos modos de viver e trabalhar tradicionais da região. A partir dessas narrativas, identificamos que as primeiras mudanças ocorreram com a chegada de grandes fazendeiros na região, configurando a formação de latifúndios o que resultou em um amplo processo de expropriação das terras, outrora ocupados pelas famílias de Regência e adjacências. Simultaneamente chegaram às empreiteiras que faziam o trabalho de sondagem e pesquisa para a Petrobras, contribuindo com o processo de expropriação das terras. Em seguida, a própria criação da Reserva de Comboios também é narrada como um processo autoritário e de perdas de território e de aspectos simbólicos locais.

Nesse contexto, paralelo a descrição das perdas materiais e culturais dos pescadores de Regência, estes relatam também as transformações na paisagem local, intensificadas pelo intenso desmatamento na região, com a retirada ilegal de madeira e a implantação de pastagens em áreas de mata. De acordo com o Plano de Manejo da Reserva Biológica de Comboios, as empresas Petrobras e Transpetro começaram a ocupar e a desmatar a então Reserva Estadual da Ilha de Comboios (hoje Reserva Biológica de Comboios) para a construção de estradas e instalação do Terminal Aquaviário de Regência já no início da década de 1970. Já a primeira descoberta de gás na foz do rio Doce ocorreu no ano de 1978, no campo terrestre denominado Lagoa Parda. Nas décadas seguintes foram descobertos os campos marítimos de Congoá e Peroá.

Sobre as transformações no cenário pesquisado, identificamos que muitos pescadores passaram a prestar serviços para a Petrobras e outras empreiteiras ou fábricas. Além disso, alguns pescadores salientam para um processo de melhorias na localidade de Regência, como é o caso de melhorias na estrada (antes era areia, hoje é terra), ampliação do comércio, além das novas disponibilidades de empregos na região. Entretanto, consequências negativas também são sentidas por estes mesmos pescadores. Assim, o crescimento demográfico e a subsequente pressão imobiliária decorrentes da expectativa de empregos criadas pela instalação da indústria petrolífera na região são exemplos de transformações negativas. Sobre a disponibilidade de emprego, que antes era algo positivo, com o passar do tempo os poucos empregos foram ficando cada vez mais escassos e direcionados para aqueles profissionais especializados, sobretudo externos a localidade, e com isso, os pescadores, em sua maioria com baixa escolaridade, não apresentavam mais utilidade para a atividade industrial na região. Aliás, atualmente a não contratação da mão de obra local tem sido um problema recorrente na localidade pesquisada.

O cenário de transformações em decorrência da atividade industrial foi ainda ampliado com a emergência de atividades provenientes da indústria de celulose na região, quando a Aracruz Celulose S/A no ano de 1999, abriu um canal no rio Doce, na altura da fazenda Monterrey (localizada no município de Linhares), denominando “canal Caboclo Bernardo”, tendo a finalidade de levar água até as represas que abastecem a fábrica. É interessante notar que enquanto a construção do canal beneficiou o complexo industrial de celulose no Espírito Santo, aumentando os lucros da empresa e consequentemente os índices de crescimento econômico do estado, esta mesma ação tem produzido o efeito oposto na localidade de Regência, uma vez que, após a construção da barragem, os pescadores denunciam a redução do volume de água do rio Doce e a diminuição do pescado no estuário. Além disso, as saídas das embarcações do píer dos pescadores – localizado na foz deste rio – também ficaram comprometidas.

Assim, os pescadores destacam a necessidade de percorrer distâncias maiores para continuar exercendo o ofício com certa lucratividade, tornando-se difícil a pescaria apenas no rio Doce, conforme faziam outrora. Além disso, os pescadores também denunciam o tráfego de grandes embarcações desta empresa na região, que muitas vezes

não respeitam os barcos dos pescadores e passam por cima das redes e outros petrechos de pesca.

Ampliando ainda mais o cenário de intervenções industriais na localidade pesquisada, em contexto recente, início do século XXI, a Petrobras vem realizando atividades relacionadas às pesquisas sísmicas na região, além dos campos marítimos de estação de gás na região. No que tange aos impactos provenientes da atividade petrolífera no ambiente marinho é possível apontarmos para a intensa iluminação das plataformas e embarcações petrolíferas que atrapalham a chegada dos peixes na costa, a restrição da área de pesca em torno dessas plataformas marinhas, o aumento do tráfego de navios e mais recentemente a ocorrência de atividades sísmicas que têm contribuído para o afastamento de cardumes na região e para a ampliação da área de restrição a pesca. Os pescadores apontam para um período de similitude entre as atividades sísmicas e o desaparecimento do peixe na local onde ocorreu a atividade. Somam-se a esses impactos no mar, o intenso trânsito das balsas da Fibria que não respeitam os pescadores locais e a emergência da pesca industrial na localidade. Esta realizada por grandes embarcações – as chamadas traineiras – que geralmente vem de outros estados brasileiros e fazem uso de uma pesca predatória nos pesqueiros locais e que não sofrem fiscalização por parte dos órgãos ambientais.

A partir das narrativas locais e das análises históricas deste cenário, identificamos que os pescadores de Regência têm sofrido de forma desproporcional com os danos provenientes da atividade industrial na região, principalmente a indústria de petróleo/gás e celulose, o que caracteriza uma situação de *injustiça ambiental* (MARTINEZ-ALIER, 2007; ACSELRAD, 2004; 2004b; 2010; HERCULANO, 2006; ZHOURI; OLIVEIRA, 2005; 2007). Nesse sentido, é importante salientar que o ofício dos pescadores artesanais é realizado a partir de uma intensa interação com o ambiente natural no qual está inserido. Ou seja, além de dependerem dos recursos naturais, estes sujeitos possuem todo um conjunto de saberes e práticas que são relativos ao ambiente natural no qual estão inseridos. Assim, todo o impacto sofrido no ambiente provoca alterações nos *habitus* outrora incorporado por estes sujeitos, ocasionando um processo de desencaixe nas relações sociais tradicionais. Levando, portanto, a necessidade de mudanças e invenções criativas nos modos de viver e trabalhar na localidade, conforme

observamos no processo de alteração do espaço da pescaria, que outrora predominava no rio Doce e hoje mescla o ambiente fluvial com o marinho.

Paralelo à configuração do cenário de grandes intervenções industriais, emerge também ações preservacionistas na localidade, sobretudo a partir da década de 1980, com a criação da Rebio de Comboios e instalação de uma base do Projeto Tamar na praia de Comboios. A partir deste período a captura de ovos de tartaruga, prática comum na região, torna-se proibida. Além disso, o controle e a fiscalização da atividade pesqueira passam a ser recorrentes na região. No que se refere às ações preservacionistas identificamos que este conjunto de práticas muitas vezes não tem contribuído para valorizar os saberes tradicionais, ao contrário disso, o que identificamos foi uma supervalorização do saber técnico em detrimento dos saberes e costumes do grupo pesqueiro. Nesse sentido, a bandeira do preservacionismo se impõe como sagrada na localidade e os pescadores se vêm obrigados a respeitar as novas regras. No entanto, no dia a dia com os pescadores é possível observar o descontentamento destes sujeitos no que concerne a tais valores e práticas, o que nos leva a compreender que não há uma horizontalidade no debate entre técnicos ambientais e pescadores na região.

Diante das distintas agências e racionalidades identificadas na localidade pesquisada, buscamos uma aproximação com as três correntes analíticas elencadas por Martinez-Alier (2007), a saber: o *culto a vida silvestre*, o *credo da ecoeficiência*, e o *ecologismo popular*. De acordo com o autor, o ambientalismo se expandiu no cenário internacional como uma reação a inexorabilidade do crescimento econômico como característica necessária ao desenvolvimento dos países. No entanto, “nem todos os ambientalistas se opõem ao crescimento econômico. Alguns, até apoiam em razão das promessas tecnológicas que ele apresenta” (Ibid., p. 21). Assim, para o autor é extremamente plausível afirmar que há distintas formas de pensar e agir a partir de um discurso ambientalista. Ou seja, não é possível considerar que o discurso ambientalista seja homogêneo, ao contrário disso, devemos assumir que diversos interesses e racionalidades estão em jogo na defesa pelo ambiente.

Assim, na localidade de Regência podemos verificar nas ações dos técnicos da Rebio de Comboios e dos profissionais e estagiários do Projeto Tamar, uma preocupação em preservar o local, muito parecida como os motivos descritos por Martinez-Alier na

corrente do *culto ao silvestre*, que buscam preservar espaços da natureza situados fora da influência de mercado. A base científica que respalda as ações desta corrente é a biologia da conservação e o grupo conta “com conceitos e teorias – *hot spots*, espécies cruciais – evidenciando que a perda da biodiversidade caminha a passos largos” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 22). Com efeito, somam-se as essas razões científicas os motivos estéticos, como é o caso das belas paisagens e das espécies bandeiras, além de motivos utilitários, como é caso da proteção a futuras espécies que poderão ser comestíveis e para fins medicinais no futuro (Ibid., 2007).

Na prática, a proposta desta corrente é manter espaços naturais protegidos da interferência humana, para isso, criam-se as unidades de conservação, que no Brasil, atualmente se dividem em dois distintos grupos: 1) proteção integral, e 2) uso sustentável. A criação e a gestão destas áreas protegidas têm gerado conflitos com as populações locais, que muitas vezes possuem interesses que divergem da proteção apenas como um culto à natureza e evocam uma preocupação mais material para a proteção ao meio ambiente, uma vez que, dependem dos recursos naturais para manutenção dos seus modos de vida e trabalho.

Identificamos que essa disputa pelo ambiente vem ocorrendo na localidade pesquisada, onde há uma unidade de proteção integral, a Rebio de Comboios – e uma base do Projeto Tamar – que restringe as práticas agrícolas na região e ainda estabelece uma série de regras e proibições para a atividade pesqueira, causando interferências na cultura local e o descontentamento por parte dos pescadores, que muitas vezes se sentem acuados e desrespeitados nas regras e nas relações estabelecidas entre eles e os agentes ambientalistas.

Todavia, torna-se importante destacar uma indignação constante dos pescadores de Regência no que tange ao apoio financeiro da Petrobras recebido pelo Projeto Tamar. Fato bastante criticado pelos pescadores que questionam que tipo de preservacionismo e ambientalismo é este que aceita apoio de empresa principal responsável pelos impactos na fauna e na flora local. Compreendemos que tal parceria financeira gera um grande incomodo para o grupo de pescadores que consideram uma ação incoerente do projeto, que presa pela preservação da região e das tartarugas marinhas, no entanto, não se incomoda de receber dinheiro de uma empresa que causa danos ao ambiente na região.

Soma-se a esta indignação dos pescadores, o fato de que a própria Petrobras, na percepção destes sujeitos, nunca investiu nos pescadores artesanais e no distrito de Regência, pois todo o capital destinado à compensação da empresa é investido nas ações do Projeto Tamar. Nesse aspecto, torna-se interessante salientar situação semelhante no cenário internacional, através da “associação entre a Shell e a WWF para o plantio de eucalipto em várias áreas ao redor do mundo com base no argumento de que isso diminuirá a pressão sobre os bosques naturais e, presumivelmente, promoverá também o aumento da absorção do carbono” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 33). Mostrando, portanto, a fácil articulação discursiva entre os interesses desenvolvimentistas e preservacionistas, que na prática, porém, causa no mínimo certa estranheza.

Logo, partindo da perspectiva de um credo social no desenvolvimento sustentável, a Petrobras (assim como a FIBRIA) afirma ter uma preocupação em realizar uma exploração dos recursos naturais, mas sem deixar de lado sua preocupação com as comunidades e o ambiente no qual instala suas empresas. Essa é a justificativa pelo apoio ao Projeto Tamar na região. Além disso, há uma preocupação da empresa em demonstrar que suas tecnologias são eficientes para mitigar os danos ambientais, evocando assim, o discurso baseado no credo de uma modernização ecológica. Nesse sentido, podemos fazer uma aproximação analítica das ações desenvolvimentistas na localidade, a partir da corrente *credo da ecoeficiencia* descrita por Martinez-Alier (2007). Os adeptos desta corrente acreditam que a preocupação com a economia deve sempre está em primeiro plano, no entanto, o crescimento econômico só corre com sustentabilidade ambiental e social – acreditam no desenvolvimento sustentável – e evocam também a necessidade de criar e investir sempre em tecnologias que permitam superar os possíveis danos ambientais – evocam o discurso da *modernização ecológica* e do *desenvolvimento sustentável*.

Ampliando o cenário de disputa do ambiente e dos recursos naturais na localidade de Regência, é necessário apontarmos ainda para outra forma de reivindicação, todavia esta ainda marginalizada dentro de um cenário de disputa local. Logo, as análises das vivências e percepções dos pescadores acerca das transformações sociais em seu local de moradia e trabalho nos permitiu uma apontar para a emergência de uma percepção das mudanças socioambientais por parte destes sujeitos pesquisados. Todavia esta percepção socioambiental não se adéqua a um *ecologismo ecoeficiente*, muito menos

preservacionista. Ao contrário desses dois tipos de interesses e racionalidades que tem tido destaque em Regência, no que tange aos aspectos analíticos, torna-se possível uma aproximação do grupo pesqueiro em Regência Augusta à categoria de “*ecologismo popular*” (Martinez-Alier, 2007), uma vez que, quando falam em preservação, estão falando no intuito de preservar a natureza para manter suas condições materiais e simbólicas enquanto pescadores e porque não, pequenos agricultores também.

Diante do exposto, partindo de uma abordagem analítica sobre campo ambiental, compreendemos que a paisagem e o território em Regência devem ser vistos como um espaço social permeado por disputas entre diferentes agentes que possuem interesses e racionalidades distintas e muitas vezes divergentes. Nesse sentido, identificamos em Regência uma correlação de forças bastante complexa, que constantemente envolve duas frentes com poderes ortodoxos dentro do campo ambiental em destaque, a saber: desenvolvimento sustentável e Preservacionismo. Logo, na contramão de ambos os discurso ortodoxos, identificamos que a ideia de *justiça ambiental*, ainda é latente na localidade.

Trata-se, portanto, de uma noção que incorpora de forma singular a questão do meio ambiente com as dinâmicas sociais e políticas que tradicionalmente estão relacionadas com a construção das lutas por justiça social, possibilitando uma ressignificação da questão ambiental (ACSELRAD, 2010). Nesse sentido, o Movimento por Justiça Ambiental trava uma luta para que nenhum grupo social sofra uma carga desproporcional dos danos ambientais como vem ocorrendo com o grupo de pescadores artesanais na localidade pesquisada. Concluímos então o trabalho chamando a atenção para a questão da justiça ambiental, movimento este ainda embrionário na localidade.

Nesse sentido, é necessário destacar que além do cenário de impactos ambientais e transformações nos modos de viver e trabalhar das famílias de Regência, o grupo estudado corriqueiramente faz alusão ao cenário de intensa violação dos direitos no que concerne aos processos de licenciamento ambiental referente aos empreendimentos instalados na região. Na perspectiva do grupo estudado, o processo de licenciamento é visto pelo prisma do disfarce, ou seja, quando chega à etapa de audiência pública, não está mais em jogo a instalação ou não da obra, pois ela vai ser instalada de qualquer

forma. Compreendemos que frente ao grande capital, os pescadores estão tendo dificuldade de visualizar formas de enfrentamento direto.

Destarte, identificamos que por um lado, o grupo pesqueiro, apesar de perceber e denunciar o cenário de injustiças demonstra sentir dificuldades no que concerne ao enfrentamento direto aos grandes empreendimentos industriais instalados e aos que ainda buscam se instalar na localidade, alertando-nos para a configuração de um cenário que nos remete especialmente ao “paradigma da adequação” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005; ZHOURI, 2008). Por outro lado, os pescadores sentem dificuldade em visualizar os agentes ambientalistas como parceiros de uma possível luta contra as injustiças ambientais quem vem correndo na região, alertando-nos para a recorrente aproximação entre os valores e racionalidades presentes nos discursos referentes ao desenvolvimento sustentável e modernização ecológica com os discursos e práticas preservacionistas (MARTINEZ-ALIER, 2007). Com esta análise, esperamos, portanto, ter contribuído de algum modo para a visibilidade de um cenário de *injustiça ambiental* em Regência Augusta e para a situação dos pescadores da região.

Sobre o contexto de finalização deste texto, torna-se importante salientar ainda que no cenário desenvolvimentista prossegue o conflito territorial no Entre Rios, além disso, tem aumentado os rumores da possível autorização para a licença prévia de instalação do Porto Norte Capixaba (empreendimento da Manabi) e ainda emerge rumores sobre uma suposta balsa a ser construída no rio Doce, por outro lado, no cenário preservacionista, cresce a tentativa de criação de uma nova unidade de conservação na região, agora a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do rio Doce, proposta encampada primordialmente por ambientalistas *outsiders* a localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a.

_____; PÁDUA, J; HERCULANO, S. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

_____; CAMPELLO, C; MELLO, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2009.

_____. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 5ªed. São Paulo,: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009b.

_____. Ambientalização das lutas sociais – O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, 24 (68), p. 103-119, 2010.

ALONSO, Angela e COSTA, Valeriano. **Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil**. Paper apresentado no Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO. Rio de Janeiro, 2000.

ALVARES, Claude. Ciência. In: SACHS, W. (org.) **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente & Sociedade**, no. 5, 2º. Semestre de 1999.

ARRUDA, Rinaldo; DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro, Zahar editora, 1999.

BECKER, Howard. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução: Marco Estevão, Renato Aguiar. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BICALHO, Charlene Sales. **Além da Superfície: Impactos do Desenvolvimento na Pesca Artesanal de Regência Augusta-ES**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

_____; TRIGUEIRO, A. KNOX, W. BEHR, R. Movimento das Águas Caboclas: narrativa visual, cotidiano e ruptura na comunidade pesqueira de Regência Augusta-ES. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais (CADECS)**, Vitória, vº2, nº1, p. 19-42, 2014.

BITTENCOURT, G. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. **Razões Práticas – sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papius, 2011b.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

BRASIL. **Lei Federal nº9.985** de 18 de julho de 2000. Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

CABRAL; Nájila; SOUZA, Marcelo. **Área de Proteção Ambiental: Planejamento e gestão de paisagens protegidas**. 2º edição. São Carlos, SP: RiMa, 2005.

CAÇADOR, Sávio Bertochi; GRASSI, Robson Antonio. A situação da economia do Espírito Santo no início do século XXI: um estado desenvolvido e periférico? **Revista Geografares**, Vitória, nº 14, p.107-132, Junho, 2013.

CAVALCANTI, Clovis (org). **Desenvolvimento e Natureza – estudos para uma sociedade sustentável**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. **Ambiente e Sociedade**, Vol. VIII, nº , jan-jun, 2004.

_____. Meio Ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. In: LIMA, Marco; DAVID, Mauricio (org). **A Atualidade do pensamento de Celso Furtado**. São Paulo: Verbena, 2008.

_____. Só existe desenvolvimento sustentável: a economia como parte da natureza. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elima. **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia: A contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Senac, 2010.

_____. Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema? In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elima. **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CICCARONE, Celeste. **Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Guarani-Mbya**. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

CREADO, Eliana Santos Junqueira. **Entre lugares e não lugares: restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jaú (AM)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH/UNICAMP, 2006.

CREADO, Eliana Santos Junqueira e FERREIRA, Lucia da Costa. O caleidoscópio conservacionista: O SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. **VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, Niteroi, ano II, nº 4, 2012.

DALY, Herman. Crescimento sustentável? Não, obrigado! **Ambiente & Sociedade** – Vol. VII n.º. 2 jul./dez. 2004.

DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos Diegues. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

_____ **Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. In: São Paulo em Perspectiva, n.º6 (1-2): 22-29, jan/jun, 1992.

_____ **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ **O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras**. In: CASTRO, Edna e PINTON, Florence (orgs.) “Fases do trópico úmido: Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente”. Pará: editora CEJUP, 1997.

_____ **Ilhas e Mares: Simbolismo e imaginário**. São Paulo, HUCITEC, 1998.

_____ (Org). **Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo, HUCITEC, 2000.

_____ **Tradição Marítima e Oralidade: Pesca de Marcação e Mestranda em Galinhos, Rio Grande do Norte** – Brasil. Proj. História, São Paulo. (22). Jun, 2001.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso; ou o progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, A. (ORG). **Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo, HUCITEC, 2000.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025**. Vitória, 2006. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br/>. Acessado em 24 de novembro de 2013.

ESPÍRITO SANTO. Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra/E.S (CDDH/ES). **O Projeto Agroindustrial da Aracruz Celulose (Fibria) e as Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte**, 2010.

ESTEVAN, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.) **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Lourdes. Dinâmicas Sociais e Conflitos da Pesca na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio De Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

FERREIRA, Lucia da Costa. **A questão ambiental. Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Dimensões Humanas da Biodiversidade: Mudanças Sociais e Conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente e Sociedade** – vol. VII n°1 jan/jun. 2004.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. “Donos do lugar”: A Geo-Grafia Negra e Camponesa do Sapê do Norte-ES. **Revista Geografares**, Vitória, n°8, 2010.

FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, J. L. A; DUTRA, S. D; DRUMOND, J. A e TAVARES, G, G. (orgs.) **“História Ambiental: Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GIBBS, Grahah. **Análise de dados qualitativos**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Em defesa da Sociologia: Ensaio, interpretações e réplicas**. São Paulo: UNESP, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 6. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental: A Formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HERCULANO, Selene. **O Clamor por Justiça Ambiental e contra o Racismo Ambiental**. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente (INTERFACEHS), v° 3, n°1, Artigo 2, Janeiro-Abril, 2008.

IBAMA. **Plano de Manejo Reserva Biológica de Comboios – Fase 1**. In: IBAMA, 1997.

IGLESIAS, Roberto. **Análise dos grandes projetos de investimentos no Espírito Santo**. In: IJSN. Espírito Santo: Instituições, Desenvolvimento e Inclusão Social. Vitória, ES, 2010.

IVO, Anete. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 25, n° 65, 2012.

KNOX, Winifred. **Vivendo do mar: Modos de vida e de pesca**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

LEFF, Enrique. **A Racionalidade Ambiental: A Reapropriação Social da Natureza**. Tradução: Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. [Tradução da primeira edição: Jorge E. Silva; revisão técnica desta edição: Carlos Walter Porto-Gonsalves]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia Ambiental: Risco e Sustentabilidade na modernidade**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia Política como Etnografia: Um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n° 25, p. 85-103, jan/jun. 2006.

MARACCI, Marilda Teles: A Apropriação de Territórios Para Monocultura de Eucalipto, Impactos Socioambientais e Conflitos Territoriais no Espírito Santo – Brasil. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, Universidade Federal de São Paulo. **Anais**

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres: Conflitos ambientais e linguagens de valoração** [Tradutor: Mauricio Waldman]. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia Qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v°30, n°2, p.289-300, maio/ago, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência à questão política no campo**, 3ª edição, São Paulo, 1991.

McCORMICK. **Rumo ao paraíso – a história do movimento ambientalista**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1992.

MEIRELLES, Daniela; CALAZANS, Marcelo. **H2O para celulose x água para todas as línguas: o conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A – Espírito Santo**. [S.I.: s.n.], 2006.

_____. A Reconfiguração de Territórios no Espírito Santo pelas Atividades Petrolíferas. In: Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabará (org). **50 Anos da Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Indústria Petrolífera no Brasil: Conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal**. FASE, Rio de Janeiro, 2013.

NASCIMENTO, Elimar. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, 26 (74), 2012.

NISBET, Robert. **História da ideia de progresso**. [Tradutor: Leopoldo José Collor Jobim]. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Do sistema nacional de unidades de conservação. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Dez anos do sistema nacional de unidades de conservação da natureza: Lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília, 2011.

PINTO, Raquel. Pesca artesanal e conflito ambiental na Baía de Guanabará. In: Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabará (org). **50 Anos da Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Indústria Petrolífera no Brasil: Conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal**. FASE, Rio de Janeiro, 2013.

PLEIN, Clério; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Do Mito do desenvolvimento econômico ao mito do progresso: uma homenagem a Celso Furtado e Gilberto Dupas. **Perspectiva econômica**, 8 (1): 13-23, 2012.

POCHMANN, Marcio. **Qual desenvolvimento?** São Paulo: Publisher, 2009.

PREFEITURA DE LINHARES. **Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para as Comunidades do Entorno da Reserva Biológica de Comboios**. Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas, Regência, 2002.

RAMALHO, Cristiano. **“Ah, esse povo do mar!”: trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFPE, Recife, 2002.

_____. Territorialidades Marítimas, Conflitos e Pertencimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2006, Rio de Janeiro. **Anais**.

_____. Estética Marítima Pesqueira: Perfeição, Resistência e Humanização do Mar. **Ambiente & Sociedade**, Campinas: v. VIII, nº 1, p. 95-110, 2010.

_____. Sentimento de Corporação, Cultura do Trabalho e Conhecimento Patrimonial Pesqueiro: Expressões Socioculturais da Pesca Artesanal. In: **Revista de Ciências Sociais**; periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, UFC, 2012.

REIS, Regina. **Caboclo Bernardo: história e cultura na barra do rio Doce**. Linhares: Unilinhães, 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins Ribeiro. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. **Ci. Inf.**, Brasília, 21(1): 23-31, jan./abr. 1992.

_____. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos**, CEBRAP, nº80, março 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIST, Gilbert. O decrescimento para todos? In: LENA, Philippe e NASCIENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **Enfrentando os limites do decrescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

ROCHA, Haroldo. COSSETTI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição da indústria no Espírito Santo – 1850/1930**. Vitória: UFES/NEP/COPLAN/IJSN/GERES, 1983.

RODRIGUEZ, Célia Jaqueline. S. **Tartarugas marinhas e sua proteção: encontros e desencontros entre a população de Regênciã e o Projeto Tamar**. 2004. (Dissertação) Universidade Estadual do Norte Fluminense, Niterói, 2004.

_____. Tartarugas Marinhas e o Risco de Extinção: práticas, saberes e poderes na relação sociedade e natureza. In: 25º Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. 25º Reunião brasileira de antropologia, 2006.

ROSSI, Paolo. **Náufragos sem espectador: a idéia de progresso**. São Paulo: UNESP, 2000.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentato**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. **O&S**, v. 12, n. 33, p.151-165, Abril/junho-2005.

SANTOS, E. F. **Vias de Comercialização, Conquista Territorial e Colonização Estrangeira no Espírito Santo do Século XIX**, Dimensões, revista do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, v. 17, p. 47-68, 2005.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Sandro José. Identidades Quilombolas na Produção da Natureza. **Comunidade, Meio ambiente e Desenvolvimento**, n° 17, EICOS: Revista do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, UFRJ, 2007.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo – 1950/1990. **Fenix: Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 6, ano VI, n°4, 2009.

SUASSUNA, Dulce. A educação Ambiental e o Projeto Tamar. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, 9: 55-67, 2004.

_____. **Um olhar sobre Políticas Ambientais: O Projeto Tamar**. Brasília: Thesaurus, 2007.

SVAMPA, Maristella. Consenso de lós commodities y lenguajes de valoración em América Latina. **Nueva Sociedad**, n° 244, marzo-abril de 2013.

SZTOMPKA, Piort. **A Sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

TRIGUEIRO, Aline e LEONARDO, Flávia, A. M. Política Ambiental e Agenda 21 da cidade de Vitória: algumas reflexões críticas. **Revista Vitas – Visões transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, n° 2, janeiro, 2011.

TRIGUEIRO, Aline e KNOX, Winifred. A virtuosidade do progresso e outras ‘histórias pra boi dormir’: a pesca artesanal e os reflexos do desenvolvimentismo no ES. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciência Social, 2013, Águas de Lindóia, São Paulo. **Anais eletrônicos**.

TRIGUEIRO, Aline; KNOX, Winifred e LEONARDO, Flávia, A.M. “Ao vencedor as Batatas”: Projetos de desenvolvimento e impactos socioambientais na atividade pesqueira artesanal no litoral do ES. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2013, Salvador, Bahia. **Anais**.

VIEIRA, Luiz Henrique. **Os impactos socioambientais dos empreendimentos industriais na comunidade de pescadores artesanais de Barra do Riacho- Aracruz-ES**. Monografia do curso de bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ZHOURI, Andrea e OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e desterritorialização de Populações Locais: Conflitos socioambientais em Projetos Hidrelétricos. In: ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA. **A Insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Desenvolvimentos, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: O caso das Usinas hidrelétricas. **Ambiente e Sociedade**: Campinas, Vol. X, n.º 2, p. 119-135, 2007.

ZHOURI, Andrea. Justiça Ambiental, diversidade cultural e Accountability: Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n.º 68, 2008.

ZHOURI, Andrea e LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação**. In: _____. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

ZORZAL E SILVA, M. **Trajetória político- institucional recente no ES**. In: Instituto dos Santos Neves. O Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. **Panorama histórico de Linhares**. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1941.

Sites:

<http://www.brasil-rounds.gov.br/> (acessado em 23/11/2014).

<http://www.linhares.es.gov.br> (acessado em 23/11/2014)

<http://seculodiario.com.br/> (acessado: 23/11/2014)

ANEXO

NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE AS AUSÊNCIAS

De forma breve vamos apresentar as notas etnográficas realizadas pela pesquisadora em três distintos eventos que ocorreram no município de Linhares durante o trabalho de campo, a saber: 1) Audiência Pública da implantação do Porto Norte Capixaba; 2) Ordem de serviço do Píer dos pescadores em Regência; 3) Audiência Pública para conciliação entre a empresa União Engenharia e comunidade Ribeirinha de Regência. Nos três eventos – que descrevo por cenas – foi possível visualizar e interpretar os posicionamentos dos agentes sociais em Regência acerca da implantação de empreendimentos indústrias na localidade pesquisada.

Cena 1 – Audiência Pública para implantação do Porto Norte Capixaba (Fase LP)

Era 16:00h do dia 31 de janeiro de 2014, estava em Vitória, quando descobri que teria uma Audiência Pública, no município de Linhares, no mesmo dia, marcada para 19:00h. O motivo da Audiência era a implantação do Porto Norte Capixaba, na localidade de Degredo, empreendimento proposto pela empresa Manabi. Cheguei ao lugar da Audiência as 21:00h, estava no final das apresentações sobre o estudo dos impactos socioambientais do empreendimento na localidade. A mesa era composta pelos representantes da empresa Manabi e como mediadora estava uma representante do IBAMA. O espaço estava cheio. O som estava péssimo, ocasionando dificuldade em entender o que estava sendo dito. As pessoas estavam um tanto quanto desatentas às apresentações. Havia muita conversa entre os participantes.

Logo que cheguei, houve um intervalo para o lanche – que podia ser adquirido, através de uma ficha, por todos que fizeram inscrição no início do evento. Finalizado o intervalo, teve início o momento das falas e perguntas dos membros das comunidades presentes. Não mencionarei todas as intervenções, apenas aquelas as quais considere relevantes para o trabalho. As duas primeiras falas foram de Secretário da Prefeitura de Linhares, sendo um deles o secretário de Cultura. Ambos os secretários apoiaram a empresa Manabi, sendo que um chegou ao ponto de dar “boas vindas” à empresa, além de agradecer a sua suposta chegada ao município de Linhares. É importante ressaltar que, durante a fala de ambos os secretários houve intensa manifestação, por meio de

vaias, do plenário. Inclusive, um senhor exigiu que “o microfone fosse usado apenas para a elaboração de perguntas e não como palanque de políticos, porque aquele não seria o espaço para isso”.

Em seguida, foi à vez do representante da ONG Voz da Natureza, que criticou o empreendimento por diversos motivos, sendo um deles que o mesmo não poderia solicitar apenas uma licença, pois o projeto da empresa prevê, no mínimo, duas atividades distintas: a extração de minério no estado de Minas Gerais e a exportação do mesmo, através da construção do superporto em Linhares, ou seja, deveria haver uma licença para cada atividade. Neste momento um representante do empreendimento respondeu salientado que a licença deveria ser apenas uma, pois apesar das atividades serem distintas, uma dependia da outra. Enquanto o representante do empreendimento falava, novas manifestações do plenário, novamente através de vaias. Dessa vez, a mediadora (representante do IBAMA) interviu alegando que as vaias estavam prejudicando a audiência. Logo, compreendemos que a mediadora estava falando que as vaias não representavam uma manifestação legítima.

Na fala de mais um político, desta vez do prefeito de um município próximo – por onde vai passar o mineroduto – um grupo grande de pessoas saiu do espaço, Uma forma clara de recusar-se a escutar, mais uma vez, o apoio ao empreendimento. Todavia, o prefeito em destaque falou sobre possíveis doenças que poderão atingir os moradores das regiões próximas ao empreendimento, além de questionar o quanto a empresa pretende investir nas regiões possivelmente impactadas. Além disso, salientou também sobre a precariedade dos empregos oferecidos pela empresa. Neste momento, a empresa Manabi utiliza o espaço para falar, mais uma vez, sobre os empregos, criando uma grande expectativa em cima da contratação de mão de obra local. No entanto, é possível escutar, por parte da plenária, frases do tipo: “mas a gente não quer trabalhar na Manabi, nós queremos pescar!”.

Outras perguntas foram feitas no que tange a possibilidade de empregos. Todavia, já era 23:15h e a plenária já estava bem vazia, ainda faltavam 24 inscrições orais. Neste momento, um pescador, da Barra do Riacho (município de Aracruz), que estava inscrito para fazer pergunta oral, foi embora sem se manifestar, pois tinha que acordar cedo no outro dia para trabalhar.

Houve duas manifestações de moradores de Regência. Ambos se apresentaram como da comunidade ribeirinha de Regência. O primeiro ribeirinho fez um breve histórico sobre as atividades da Petrobras em Regência e como isso impactou as famílias da região, salientando que não seria interessante para a comunidade a presença de mais uma empresa instalada na localidade. O segundo ribeirinho, enfatizou em sua fala o fato de que a sua comunidade vai ser expulsa da região e que não é do seu interesse discutir impactos em animais, mas sim, em pessoas. O representante da Manabi reforçou que não vai ter impacto na comunidade de Regência. Os impactos nessa localidade serão restritos aos pescadores que hoje pescam na região que o porto pretende se instalar. Salientou que as obras do porto vão ocorrer apenas do lado norte do rio Doce e, portanto, Regência é considerada área de influência indireta (AII), já a comunidade de pescadores de Regência é considerada área de influencia direta (AID).

Por fim, torna-se importante destacar nesta pequena nota etnográfica que não reconheci mais nenhum outro pescador de Regência, além dos dois que se identificaram como ribeirinhos de Regência, e o presidente da associação, que apesar de presente na audiência, não se manifestou em nenhum momento, seja em prol, ou contra o empreendimento.

Cena 2 – Ordem de serviço para reforma no píer dos pescadores em Regência

11 de fevereiro de 2014

Um dia antes, durante todo o dia, era possível escutar a bicicleta com aparelhos sonoros, que passava pelas ruas, anunciando a visita do governador do estado a Regência, tendo a finalidade de outorgar a ordem de serviço para a reforma do píer dos pescadores. A reforma deste píer é uma reivindicação antiga dos moradores de Regência, que, por isso estavam receosos se dessa vez iria se concretizar tal promessa. No dia marcado houve uma solenidade com a presença de vários políticos (prefeito de Linhares, vários secretários estaduais e municipais, deputado Luiza Durão), representantes de empresas, como o caso da União Engenharia, representantes do Projeto Tamar e membros da comunidade, entre eles o presidente da ASPER, alguns pescadores, integrantes da banda de Congo, entre outros moradores. A solenidade aconteceu na seguinte ordem: o vice-

governador¹²⁸ chegou de helicóptero no campo de futebol da localidade. A banda de congo de Regência estava esperando para recepcioná-lo. Houve um tour até o porto, com a participação da banda de congo. Inclusive fizeram o vice-governador e outras autoridades dançarem. Em seguida, todos foram até uma tenda, próxima a ASPER, que estava montada apenas para esta solenidade. Inicialmente tiveram as falas de alguns moradores de Regência, em seguida as falas das autoridades presentes. Por fim, foi servido camarão frito e bolinho de peixe para todos os participantes. Destacamos aqui algumas das falas das autoridades presentes:

Essa comunidade é uma comunidade carente, aqui não tem indústria, não tem emprego, porque esse povo aqui vive para pescar [...] não pode deixar abandonada [...] fico muito feliz de vim aqui para entregar esse furgão aí, porque sei que vai melhorar a situação deles, vão ter um carro para vender seu peixe [...] **a dificuldade é muito grande aqui nesta comunidade, é um povo trabalhador, só não tem indústria infelizmente, mas é um povo que luta, é um povo ordeiro, acolhedor** [...] É um povo que merece! E as coisas tão caminhando muito bem, o nosso município tá sendo beneficiado, ampliado [...] esse farol é um marco daqui, temos que valorizar Regência, olhar ela com carinho, com bons olhos, porque isso aqui pode ser um balneário de mais nome do Brasil [...] (Nozinho Correa – Prefeito de Linhares, 2014).

Quero agradecer ao deputado Luiz Durão pela vontade de tá nos ajudando aqui na associação de pescadores de Regência e o senhor governador pela parceria [...]. Hoje nós temos mais uma parceria, que é o senhor governador do estado, temos uma parceria junto com a Petrobras, com a Prefeitura de Linhares, que seu Nozinho Correa, porque hoje nós entregamos pescadinha para merenda escolar e isso é uma coisa muito importante [...] Fico muito satisfeito do senhor hoje como prefeito assumir esse compromisso com a associação de pescadores [...] E quero agradecer também a todos porque pelo trabalho que a gente tem feito em Regência conjunto com os pescadores que seja muito apoiado pelo governador, pelo prefeito, pelo deputado Luiza Durão, que nos apoia e todas as caravanas do prefeito Nozinho Correa (Presidente da Associação de Pescadores de Regência).

[...] E será uma obra muito importante, em primeiro lugar, para os pescadores, que hoje têm que atracar os seus barcos de maneira improvisada e até de maneira arriscada; mas, em segundo lugar vai compor com aquele visual, até o acesso que é também muito bonito, vai compor um ponto de visitação turística com certeza, porque quem vier aqui vai querer visitar aquele píer, porque vai ser um local para tirar fotos, para encontrar pescadores, vai ser um ponto de encontro da cidade. Acho até que podia pensar em iluminar [...] (Givaldo Vieira, governador em exercício, 2014).

Durante os agradecimentos feitos pelo vice-governador, destacamos um que foi feito em especial a empresa União Engenharia que se comprometeu em reformar o antigo farol de Regência para as comemorações do centenário da festa do Caboclo Bernardo:

[...] Priscila Turco diretora da união engenharia. Quero fazer um destaque especial a União Engenharia porque está conversando conosco – a secretaria de cultura – deve colaborar conosco na restauração do nosso farol histórico, mais de 100 anos de

¹²⁸ O governador estava de férias, por isso, a presença do vice-governador.

existência do farol, que recuperado será certamente um ponto de visitação, que já é e será muito valorizado [...] esse aqui é um espetáculo a parte, que a gente quer revitalizar e entregar a comunidade [...] (Givaldo Vieira, governador em exercício, 2014).

Cena 3 – Audiência Pública de conciliação entre a empresa União Engenharia e a comunidade Ribeirinha de Regência

25 de agosto de 2014

Neste dia ocorreu uma Audiência Pública, solicitada pelo promotor de Linhares, com a finalidade de promover a conciliação entre a comunidade ribeirinha localizada no espaço denominado localmente de Entre Rios – espaço entre a comunidade de Areal e o centro de Regência – e a empresa União Engenharia. O local escolhido foi o Centro Ecológico do Projeto Tamar (em Regência). A Audiência começou com a professora do colégio de Regência fazendo uma pequena acolhida. Em seguida a empresa teve a oportunidade de falar. Todavia, ao invés disso, ela utilizou todo o tempo para mostrar um vídeo institucional da empresa, que contava a história do fundador – Salvador Turco – e depois falava sobre a construção da empresa e suas atividades, além do compromisso da mesma com os valores cristãos. O vídeo trazia referências também sobre como a empresa teria supostamente adquirido o terreno no Entre Rios – que está em disputa com a comunidade ribeirinha que vive e cultiva na região. O que chamou a atenção no vídeo – na verdade o motivo para descrevermos esta cena – é o fato de que aparece um depoimento do presidente da associação de pescadores afirmando que na área conhecida como Entre Rios não morava ninguém até o momento que a empresa União Engenharia comprou a mesma e começou suas atividades na região. Ele fala também da importância da vinda desta empresa para a localidade de Regência, pois a mesma vai gerar empregos. Neste momento foi possível escutar uma série de vaias e gritos de “vendido”, direcionados ao presidente da associação de pescadores, por parte dos participantes da audiência.